

Universidade Federal De Pelotas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Rafael Klumb Arnoni

A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil

Pelotas, 2013

Rafael Klumb Arnoni

A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin

Pelotas, 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A763t Arnoni, Rafael Klumb
A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil /
Rafael Klumb Arnoni; orientadora Francisca Ferreira Michelin. –
Pelotas, 2013.
170 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2013.

1. Tradição. 2. Identidade. 3. Marcas de gado. 4. Campos neutrais.
5. Região Platina. I. Michelin, Francisca Ferreira, orient. II. Título.

CDD: 398.0277

Rafael Klumb Arnoni

A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Data da aprovação: 05 de junho de 2013

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin (orientadora)

Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Ana María Sosa González

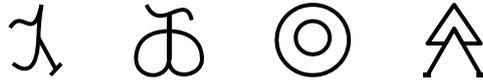
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Pós-doutoranda PNPDI-CAPES – Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

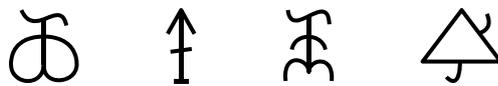
Este trabalho é dedicado

à memória de

Rafael Arnone,



Major Arnoni,



Queca Arnoni,

Osmarino Arnoni



e a José Vasconcelos Arnoni

e Sofia Melo da Silva Arnoni.

É dedicado também à memória do Seu Alvaro
e a todos que ajudam a perpetuar, a seu modo, essa tradição.

AGRADECIMENTOS

Às funcionárias e ex-funcionárias da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, Vera Rodrigues, Aline Terra, Marie Madalena Pereira e Cátia Teixeira, pela orientação nas primeiras etapas de levantamento do acervo de marcas.

À Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar, por haver permitido a pesquisa no acervo.

À Denise Clavijo e Marizele Teixeira, pela entrevista e pelo apoio constante durante a pesquisa no acervo.

À CAPES, por haver possibilitado a realização das investigações na Argentina, através da concessão da bolsa de estudos.

No Uruguai, ao Sr. José Sosa Días, diretor do DICOSE e na Argentina, aos senhores José Cesca e Martin Amado, da *Unidad para el Cambio Rural* do *Ministerio de la Agricultura*, senhores Eduardo Benitez, Julio Chento, Cesar Ledesma e Emílio Contreras, do *Departamento de Registro Ganadero* da Província de Buenos Aires, senhor Jorge Retamar, da *Administración Provincial de Impuestos* da província de Santa Fé, e senhora Raquel Gregorutti, do *Departamento de Sellos* da Província de Entre Ríos, pela gentileza e receptividade, pelas disponibilidades para as entrevistas e pelo material cedido.

Aos professores do PPGMP, pelas novas experiências e aprendizados, especialmente Sidney e Carla, pelas orientações feitas durante a qualificação.

À professora Letícia Ferreira, por todo o apoio e incentivo e à Nanci, pela atenção e gentileza.

Ao professor Alejandro Benedetti, por toda orientação, ajuda e interesse no trabalho.

À minha orientadora Francisca Michelon, pelos direcionamentos, orientação, incentivo com a dissertação e por despertar o interesse a novos temas de estudo.

Aos meus entrevistados, Alvaro Cardoso, Cláudio Coutinho Rodrigues, Carlos Inácio Talavera Campos, Alcy Cardoso, Olavo Acosta e Aníbal Dias de Mattos, por sua ajuda fundamental a este trabalho, permitindo-me conhecer suas famílias e suas histórias.

Ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, por haver possibilitado meu afastamento durante dois anos para a realização da pesquisa e aos colegas da Coordenadoria de Design, pelo apoio e incentivo durante o período em que estive ausente.

Aos amigos, em especial à Marília, por toda a ajuda na construção do trabalho.

À minha mãe, Zeli, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

Ao meu pai, José, pela inspiração, entrevista, ajuda ao trabalho em Santa Vitória e apoio.

À Sofia, por tua sagacidade, alegria, paciência e pelo interesse em dar continuidade à tradição.

À Karen, por estar sempre junto, pela parceria de sempre e eterna e por toda ajuda, sem a qual este trabalho não existiria.

RESUMO

ARNONI, Rafael Klumb. **A tradição familiar das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil.** 2013. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.

Este trabalho tem como tema as marcas de gado registradas e utilizadas no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil, na região historicamente conhecida como Campos Neutrais. As marcas são estudadas a partir de sua utilização como instrumento de registro de propriedade e como elemento simbólico, originando uma tradição de criação, transmissão e renovação destes usos. O objetivo do trabalho é identificar e registrar os mecanismos inerentes a estes processos, de forma a compreender como essa tradição se estabelece e se renova através do tempo. Para atender a este objetivo inicialmente é realizada uma investigação voltada à descrição do espaço onde esta tradição se desenvolve, apontando características históricas, geográficas, políticas e sociais que apresentem a posse de terras e de gado como fatores marcantes à formação social e cultural do campo de estudo. Os Campos Neutrais encontram-se inseridos em um contexto regional mais amplo, denominado Região Platina, que abarca o Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, parte da mesopotâmia e da pampa da Argentina e pelo Uruguai. Posteriormente é verificado como as marcas se convertem em instrumentos legais de determinação da propriedade da criação em toda a região. Para tal, são identificadas as particularidades dos lugares investigados, buscando-se estabelecer relações entre as práticas dos três países. É possível observar que a utilização das marcas de gado se mantém como referentes simbólicos, gradativamente recebendo transformações em sua forma de utilização, o que permite tanto a atualização e ampliação de seu campo de abrangência, quanto sua identificação enquanto elemento identitário. Como referentes teóricos para esta discussão são utilizados, para o primeiro capítulo, autores voltados à discussão de territórios, fronteiras e limites vindos da geografia, em especial Haesbaert. A bibliografia relativa à formação histórica é baseada em historiadores gaúchos, argentinos e uruguaios, em especial Golin e Pesavento. Para os capítulos posteriores, onde o foco é dado às marcas, foram utilizadas as referências existentes sobre o assunto, em especial Pont e Maia. Do campo da antropologia e memória se buscam os referentes para a discussão sobre identidade e tradição, em especial a partir de Candau e Arévalo.

Palavras-chave

Tradição. Identidade. Marcas de gado. Campos Neutrais. Região Platina.

RESUMEN

ARNONI, Rafael Klumb. **A tradição familiar das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil.** 2013. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.

Este trabajo tiene como tema las marcas de ganado registradas y utilizadas en el extremo sur de Rio Grande do Sul, Brasil, en la región históricamente conocida como Campos Neutrais. Las marcas se estudian desde su uso como un instrumento de registro de la propiedad y como elemento simbólico, dando lugar a una tradición de creación, transmisión y renovación de estos usos. El objetivo de este trabajo es identificar y registrar los mecanismos que intervienen en estos procesos, con el fin de entender cómo esta tradición se establece y se renueva a través del tiempo. Para cumplir este objetivo inicialmente se realiza una investigación centrada en la descripción del espacio donde se desarrolla esta tradición, señalando las características históricas, geográficas, políticas y sociales con la propiedad de tierras y ganado como factores importantes en la formación cultural y social del campo de estudio. Los Campos Neutrais se insertan en un contexto regional más amplio, denominado Región Platina, que cubre Rio Grande do Sul, en el extremo sur de Brasil, parte de la mesopotamia y de la pampa de Argentina y por Uruguay. Posteriormente se verifica como las marcas se convierten en instrumentos jurídicos para determinar la posesión de la creación en toda la región. Para ello, están identificadas las particularidades de los lugares investigados, buscando establecer relaciones entre las prácticas de los tres países.

Se puede observar que el uso de marcas de ganado permanece como referencias simbólicas, gradualmente recibiendo transformaciones en su forma de uso, lo que permite tanto la actualización y la expansión de su ámbito de aplicación, como su identificación como un elemento de identidad.

En lo que se refiere a los teóricos, se utilizan, para el primer capítulo, autores centrados en la discusión de territorios, fronteras y límites de la geografía, en particular Haesbaert. La bibliografía sobre la formación histórica se basa en historiadores gauchos, argentinos y uruguayos, en particular Golin y Pesavento. Para los últimos capítulos, donde se da el foco a las marcas, se utilizan las referencias sobre el tema, en particular Pont y Maia. En el campo de la antropología y la memoria son buscados los referentes a la discusión de la identidad y tradición, en particular de Candau y Arévalo.

Palabras clave

Tradición. Identidad. Marcas de ganado. Campos Neutrais. Región Platina.

ABSTRACT

ARNONI, Rafael Klumb. **A tradição familiar das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil.** 2013. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.

This work has the theme of cattle brands registered and used in southern Rio Grande do Sul, Brazil, in the region historically known as Campos Neutrais. Brands are studied from its use as a tool for property registration and as a symbolic element, establishing a tradition of creation, transmission and renewal of these uses. The objective is to identify and register the mechanisms inherent in these processes in order to understand how this tradition establishes itself and renews itself through time. To meet this goal is initially performed a study aimed to describe the space where this tradition develops, pointing out historical, geographical, political and social features that have ownership of land and livestock as significant factors to the social and cultural formation of the field of study. Campos Neutrais are embedded in a wider regional context, called Platina Region, which covers Rio Grande do Sul, in southern Brazil, the mesopotamia and the pampa of Argentina and Uruguay. Posteriorly is verified how the brands are converted into legal instruments to determine the ownership of creation throughout the region. To this end, the particularities of investigated places are identified, seeking to establish relationships between the practices of the three countries. It is possible to observe that the use of cattle brands remains as symbolic references, gradually getting transformations in its manner of use, allowing both the upgrade and expansion of their scope, as its identification as an element of identity. As theoretical reference for this discussion, are used, for the first chapter, authors focused on the discussion of territories, boundaries and limits coming from geography, especially Haesbaert. The bibliography on the historical formation is based on historians, gauchos, Argentinian and Uruguayans, especially Golin and Pesavento. For the later chapters, where the focus is given to brands, was used the existing references on the subject, especially Pont and Maia. From the field of anthropology and memory are sought the references to the discussion of identity and tradition, especially from Candau and Arévalo.

Keywords

Tradition. Identity. Cattle brands. Campos Neutrais. Platina Region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da abrangência da Região Platina	31
Figura 2 – Mapa sobre as possibilidades do Tratado de Tordesilhas	36
Figura 3 – Mapa sobre o Tratado de Madri (1750) e o alargamento do Rio Grande	37
Figura 4 – Mapa sobre as dúvidas de Santo Ildefonso	39
Figura 5 – Mapa atual da região dos antigos Campos Neutrais com demarcação dos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí.....	44
Figura 6 – Mapa apresentado a localização dos demarcadores portugueses e espanhóis às margens do Arroio Chuí.	45
Figura 7 – Mapa sobre o limite cambiante do Chuí (1750-1909).....	46
Figura 8 – Plano hidroviário para o Rio Grande do Sul; s/a, s/d.....	48
Figura 9 – Detalhe do mapa Itinéraire des cinq voyages accomplis dans l'intérieur du Brésil 1816- 1822; Saint-Hilaire, 1887	50
Figura 10 –Campos destinados à plantação de arroz e pecuária	59
Figura 11 –Silo de estocagem de arroz.....	59
Figura 12 –Conjunto de casas pertencentes a uma granja	60
Figura 13 –BR-471, em direção à fronteira.	60
Figura 14 –Banhado do Taim	61
Figura 15 –Escola rural abandonada.....	62
Figura 16 –Campo destinado à pecuária.....	62
Figura 17 –Marco de entrada da Fazenda Botafogo.	63
Figura 18 –Mapa com a introdução do gado na Região Platina.....	64
Figura 19 –Ilustração de egípcios na atividade de marcação.....	70
Figura 20 –Página da ata do Cabildo de Santa Fé, em 12 de novembro de 1576, com as primeiras marcas registradas na região do Rio da Prata.....	71
Figura 21 –Livros de registros de marcas e sinais de Entre Ríos	77
Figura 22 –Página do livro do Registro de Marcas de Entre Ríos.....	78
Figura 23 –Página de livro de marcas da Província de Buenos Aires	81
Figura 24 –Fichário com catalogação das marcas	81
Figura 25 –Ficha com classificação de desenhos	82
Figura 26 –Formulário para registro de marca	82
Figura 27 –Reprodução de uma página do catálogo de marcas da Primeira Fase	85
Figura 28 –Quadro de marcas existente no DICOSE.....	86
Figura 29 –Ilustração com exemplos de construção do Sistema <i>Armonia</i>	87
Figura 30 –Ilustração com exemplos de construção do Sistema <i>Elzaurdia</i>	88
Figura 31 –Ilustração com exemplos de construção do Sistema <i>Unico</i>	89
Figura 32 –Ilustração com exemplos de construção do Sistema <i>Rural</i>	90
Figura 33 –Reprodução de passe de gado de 1905, descrevendo as marcas dos animais transportados.	92

Figura 34 –Livros de Atas do Registro de Marcas e Sinais de Santa Vitória do Palmar	97
Figura 35 –Página do Livro de Atas do Registro de Marcas e Sinais de Santa Vitória do Palmar	98
Figura 36 –Página do Livro de Registro de Marcas	99
Figura 37 –Livro de Registro de Marcas.....	99
Figura 38 –Detalhe da página 10 do Livro de Registro de Marcas.....	99
Figura 39 –Livro do Registro de Sinais.....	102
Figura 40 –Páginas do Livro de Registro de Sinais.....	102
Figura 41 –Fichas de registro já preenchidas com marcas a serem oferecidas aos requerentes	104
Figura 42 –Formulário para requerimento de registro de marca	105
Figura 43 –Certidão de Registro da Marca.....	105
Figura 44 –Página do censo do Departamento de Nogoyá, Entre Ríos, Argentina	108
Figura 45 –Ilustração com exemplo de marcas de família originada a partir de uma marca caixão	114
Figura 46 –Ilustração com marcas da Estância da Sesmaria do d'Ávila	115
Figura 47 –Ilustração com marcas de Praxedes Inácio da Fonseca	115
Figura 48 –Ilustração com marcas do posteiro Amaral	115
Figura 49 –Ilustração com marcas da Cruz sobre três Crescentes.....	116
Figura 50 –Detalhe de Carta de 1945, com o município de Santa Vitória do Palmar	118
Figura 51 –José Arnoni realizando a marcação de animais.....	120
Figura 52 –Animais da raça Hereford da produção de José Arnoni	121
Figura 53 –Mapa localizando as sedes das propriedades do Major Arnoni, Queca Arnoni e José Arnoni.....	125
Figura 54 –Placa na porteira da <i>Estancia La Blanqueada</i>	132
Figura 55 –Mapa localizando as sedes da Estancia <i>La Blanqueada</i> e Estância do Cordão.....	134
Figura 56 –Sr. Álvaro Cardoso com chimarreira, onde aparece sua marca gravada.	139
Figura 57 –Tampa da chimarreira com marca gravada.....	139
Figura 58 –Mapa localizando a sede da Fazenda Dona Silvina	140
Figura 59 –Marcas em porteiras no Uruguai	146
Figura 60 –Marcas em entradas de propriedades em Santa Vitória do Palmar e Chuí.....	147
Figura 61 –Marca em loja de produtos agropecuários.	148
Figura 62 –Marca da empresa <i>La Martona</i>	149
Figura 63 –Marca antiga da empresa <i>La Serenisima</i>	150
Figura 64 –Marca atual da empresa <i>La Serenisima</i>	150
Figura 65 –Marcas de restaurantes especializado em carnes	151
Figura 66 –Página de catálogos de marcas com propaganda de estâncias e cabanhas.....	152

Figura 67 –Página da revista <i>La Propaganda Rural</i> com anúncio de estância	153
Figura 68 –Páginas dos Anais da <i>Sociedad Rural Argentina</i> do ano 1966 com propaganda de estâncias e cabanhas.....	153
Figura 69 –Detalhe da página dos Anais da <i>Sociedad Rural Argentina</i> no ano 2012 com propaganda de cabanha.....	154
Figura 70 –Cartazes de remate com marcas de gado.....	155
Figura 71 –Páginas dos Anais da <i>Sociedad Rural Argentina</i> de 2012	156
Figura 72 –Camisa de escritório de contabilidade rural, com patrocínio de estâncias e cabanhas.....	156
Figura 73 –Marcas de gado adesivadas em carros.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Órgãos municipais responsáveis pelo registro de marcas	95
Quadro 2 – Livros de Atas do Registro de Marcas de Santa Vitória do Palmar	100
Quadro 3 – Representação gráfica da genealogia e marcas da família Arnoni	124
Quadro 4 – Esquema com os registros das marcas da família Arnoni, a partir de José Lopes Arnoni e ramo José Lopes Arnoni Filho	126
Quadro 5 – Esquema com os registros das marcas da família Arnoni, a partir de Dálcio Silveira Arnoni	127
Quadro 6 – Representação gráfica da genealogia e marcas da família Correa Ferreira e Paiva Coutinho.....	135
Quadro 7 – Esquema com os registros brasileiros de marcas das famílias Correa Ferreira e Paiva Coutinho.....	136
Quadro 8 – Representação gráfica da genealogia e marcas da família Cardoso ...	141
Quadro 9 – Esquema com os registros de marcas da família Cardoso	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADG – Associação de Designers Gráficos do Brasil

API – *Administración Provincial de Impuesto de la Provincia de Santa Fe*

ATI – *Administradora Tributaria de Entre Ríos*

BR – Rodovia Federal

CEFET-RS – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul

DICOSE – *División Controlar de Semovientes*

DPG – *Dirección Provincial de Ganadería*

FEE – Fundação de Economia e Estatística/Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MAA – *Ministerio de Asuntos Agrarios de la Provincia de Buenos Aires*

Mercosul – Mercado Comum do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O ESPAÇO DAS MARCAS, A REGIÃO PLATINA E OS CAMPOS NEUTRAIS	26
2.1	A Ocupação Ibérica na Região Platina	34
2.2	Os Campos Neutrais	40
2.2.1	Os Campos Neutrais e Santa Vitória do Palmar	40
2.2.2	Campos Neutrais visitados por Saint-Hilaire	49
2.2.3	A paisagem dos Campos Neutrais dos dias de hoje	57
2.3	A cultura da marcação do gado	63
3	AS MARCAS DE GADO, POSSE E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	69
3.1	Legislação e Formas de Registro	73
3.1.1	Os sistemas de registro de marcas e sinais argentinos	76
3.1.2	O sistema de registro de marcas e sinais uruguaio.....	83
3.1.3	A legislação brasileira.....	91
3.2	O Acervo de Marcas de Santa Vitória do Palmar	94
3.2.1	Organização Administrativa Municipal e o Registro de Marcas.....	94
3.2.2	Constituição do Acervo.....	96
3.2.3	Processo de registro.....	104
4	O USO SIMBÓLICO E A TRADIÇÃO DAS MARCAS DE GADO.....	106
4.1	A transmissão das marcas no contexto familiar.....	112
4.1.1	Família Arnoni	119
4.1.2	Famílias Corrêa Ferreira e Paiva Coutinho	128
4.1.3	Família Cardoso	137
4.2	Os usos múltiplos das marcas de gado	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	165

1 INTRODUÇÃO

Uma das lembranças mais antigas que possuo sobre a vida de campo data do ano de 1983. Poucos anos antes havia morrido meu bisavô, ou vô Queca, deixando como herança para os três netos, meu pai e seus irmãos, parte de suas terras, a sede da principal propriedade – São Miguel – e animais. Durante um ano, os irmãos administraram a fazenda em condomínio, momento em que tive de forma mais intensa o contato com o campo. Passado o período de aproximação dos herdeiros com as atividades pecuárias, foi decidida a separação das terras e dos animais. Ocorreu, então, a divisão do gado e dos cavalos, remarcando-os para cada um dos herdeiros. As marcas também haviam pertencido ao avô, sendo que a mais utilizada por ele acabou sendo sorteada para meu pai, o que, por toda minha infância, e até hoje, foi motivo de orgulho. A marca do vô Queca era nossa.

Mas o motivo da lembrança não diz respeito à importância daquele momento de divisão. Minha preocupação ali era outra. O sistema adotado durante o processo de marcação era o de rodízio. Ficavam os ferros com as três marcas à disposição e, a cada animal que entrava no tronco, utilizava-se a marca da vez. Minha atenção neste dia estava voltada a um pequeno cavalo, ganho algum tempo antes, que estava misturado com os outros animais a serem marcados. Estava atento para que fosse marcado corretamente, com a marca do meu pai. Então, com seis anos de idade, ficava imaginando o que aconteceria se fosse utilizada a marca errada. Provavelmente o perderia. A aflição só terminou quando este entrou no tronco e meu pai interrompeu o rodízio gritando “- Esse é meu!” e, assim, foi utilizada a marca correta. Depois dessa, algumas outras marcações vieram, já na nova sede da fazenda, nomeada então como Estabelecimento Rural Queca Arnoni, mas nenhuma é tão clara na memória quanto aquela na Estância São Miguel. Mal sabia eu que, inconscientemente, naquele momento, estava atribuindo ao desenho de uma flecha cortada com um traço a autoridade de dizer que aquele petiço pertenceria

definitivamente a mim.

Vários anos depois, em 2006, já bastante afastado das atividades e da vida do campo, atuando como professor de design no então CEFET-RS, foi-me solicitado pelo coordenador da época a criação de uma marca e um cartaz para um Fórum de Design do Mercosul. Buscando referências e, principalmente, um conceito integrador, que pudesse representar sinteticamente o que haveria em comum em um design próprio desta extensa região, surgiu e a ideia de que a marca do evento remetesse à marca de gado e o cartaz ao ato de marcação. Nesse momento, dei-me conta da unidade regional existente e possível de ser representada pelas marcas de gado. O seminário ao final não aconteceu, mas a marca e o cartaz do evento foram criados e a ideia das marcas de gado ficou como algo a ser trabalhada mais adiante, em um contexto acadêmico-científico.

Retomo essas duas histórias por ilustrarem a relação que possuem com as principais vertentes que abordamos para desenvolver o trabalho sobre a tradição das marcas de gado, relacionadas aos usos memoriais, vinculados às famílias produtoras de gado e aos usos múltiplos que extrapolam este contexto e que têm, conforme veremos, uma amplitude significativa. Em 2009, a possibilidade de abordar o tema surge, inicialmente, como uma proposta voltada a desenvolver os possíveis vínculos com a área do design. No Brasil, a discussão sobre as marcas de gado já havia sido iniciada, na década de 1970, por Ariano Suassuna, através do Movimento Armorial¹. Indicava ele a existência de uma tradição de transmissão e transformação das marcas entre gerações sucessivas de famílias no nordeste do Brasil, tomando como referência registros existentes na Paraíba. Mais recentemente, Virgílio Maia deu sequência a esses estudos, com a publicação do livro *Rudes Brasões*, em que foi retomada a discussão da tradição familiar no Ceará.

A partir dessas referências, ocorreu-me a possibilidade de desenvolver investigação semelhante no Rio Grande do Sul onde, de acordo com as analogias que pude estabelecer, as marcas poderiam ser lidas como uma forma de expressão vernácula ou popular do design. Ademais, a partir de minha vivência com a prática

¹ O Movimento Armorial tem sua origem em Pernambuco nos anos 70, com Ariano Suassuna e seu texto-manifesto *Arte Armorial*. O termo armorial, ligado a brasões e à heráldica, passa a “identificar a arte que defende uma arte erudita que, baseada no popular, é tão nacional quanto a arte popular, elevando-se à importância desta e conseguindo manter, com ela, uma unidade fundamental para combater o processo de vulgarização e descaracterização da cultura brasileira” (SUASSUNA, 2009).

da marcação de gado, estava evidente a existência de uma tradição junto às famílias do sul, coisa ainda não descrita, e que merecia receber uma abordagem científica. Com esse redirecionamento a proposta foi apresentada para desenvolvimento no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural.



Os registros sobre a utilização de marcas no gado datam de antes do desenvolvimento da escrita, ocorrendo em diversas partes do planeta, sendo uma prática generalizada, não apenas sob o ponto de vista histórico, mas também geográfico. Estas representam uma estratégia importante para assegurar e explicitar a propriedade do gado. Indicam também, pela natureza do sistema perpetuado pela produção pecuária, se não a posse da terra em si, ao menos o consentimento à sua ocupação.

A origem da ligação entre a posse de objetos ou animais e esses símbolos remonta, segundo Adrian Frutiger (1999) à Idade da Pedra, quando tribos nômades utilizavam a expressão individual, representada através de assinaturas, para identificar o rebanho e alguns objetos (op. cit., p.271). Atualmente, por influência das estratégias da economia de mercado globalizada, amplamente difundidas, quando nos referimos a uma marca, somos remetidos ao entendimento de uma assinatura que representa instituições, empresas, coletivos ou mesmo indivíduos, que transmitem, através de suas formas, o posicionamento desses grupos em relação a outros. Estas representações gráficas acabam criando uma referência junto a consumidores ou determinados segmentos sociais, por denotarem comportamentos, sentimentos e valores, expressos pelos primeiros e compartilhados por estes últimos.

Nas áreas da publicidade e do design, a esse conjunto de valores e posicionamentos projetados para a marca, dá-se o nome de *branding*², termo que se origina do norueguês arcaico *brandr*, e que passa ao inglês como *burning*. Interessante observar que este último termo corresponde ao tradicional assinalamento do gado com ferro incandescente (HEALEY, 2008, p. 6). Por meio desse assinalamento, os animais recebem uma marca, sob a forma de um símbolo gráfico, que identifica seu proprietário.

É possível dizer que as marcas de gado se caracterizam como marcas vernaculares (WEIMAR, 2006, p. 1), elaboradas sob a forma de monogramas, números, formas geométricas, abstratas ou figurativas. Muitas vezes carregam elementos simbolicamente representativos a seus proprietários, sempre tendo como

² A Associação de Designers Gráficos do Brasil, no livro **O Valor do Design** define *branding* como “sustentação da identidade de uma empresa, produto ou serviço; conjunto de ações destinadas à consolidação de uma marca no mercado” (ADG BRASIL, 2004, p.171).

uma das principais preocupações a necessidade de diferenciação clara em relação a outras marcas.

Particularmente à discussão que interessa a este trabalho, que trata da tradição do uso das marcas, as primeiras referências encontradas dizem respeito aos vínculos das marcas a uma tradição familiar em que cumprem um papel de suporte para memórias. Autores como Maia (2004), Pont (1983) e Paes (2011) reforçam a discussão sobre o caráter identitário das marcas de gado, afirmando que constituem um elemento importante à afirmação de tradições e à identidade de grupos, representando um vínculo entre seus membros atuais e seus antepassados, assegurando, dessa maneira, sua permanência e atualidade. Segundo Ariano Suassuna (2009), as marcas seriam comparáveis aos antigos brasões de armas, formando uma espécie de heráldica vernacular.

Nesse sentido, as marcas podem ser avaliadas como elementos constituintes de processos de transmissão hereditária, sendo submetidas a momentos de permanência e renovação de sua forma gráfica, ou mesmo ao descarte em detrimento de novos símbolos. Essa propriedade pode ser diretamente vinculada à descrição de Arévalo (2004, p. 926), quando menciona a necessidade da existência dessas características em conjunto para a constituição de uma tradição. Afinal, por estarem arraigadas às práticas de criação pecuária desde o começo dessa atividade, as marcas vêm sendo transmitidas e transformadas por gerações, absorvendo e manifestando em sua forma os valores culturais de seu tempo.

Na região do extremo sul do Brasil, uma das últimas a ser incorporada ao país e palco de inúmeras batalhas pela conquista das terras e do gado, o modo de vida local e a história estão fortemente vinculados à criação pecuária. Não apenas pelo aspecto econômico a elas associado, mas também pelos valores culturais que carregam, tal como queremos demonstrar. Entretanto, observamos a quase inexistência de trabalhos relativos ao papel das marcas no sul do Brasil, o que nos motivou a realizar uma abordagem nesta região sobre sua importância e significado, a exemplo do descrito em outras partes do país.

Delimitados o tema e o campo de investigação e considerando o entendimento do papel simbólico inerente às marcas de gado, a questão central à qual este trabalho pretende contribuir diz respeito à identificação da existência de uma tradição relacionada aos usos simbólicos das marcas de gado nos Campos

Neutrais. Essa investigação, em função dos exemplos previamente conhecidos e descritos, dar-se-á tanto junto a grupos familiares, quanto externamente a estes.

Sobre o campo de estudos, são necessários alguns esclarecimentos, vinculados aos processos de ocupação do território, suas características histórico-geográficas e as manifestações culturais que nela se observam. Fazem-se necessários porque, em diversas ocasiões, nos reportaremos a escalas com amplitudes bastante diferenciadas, os Campos Neutrais e a Região Platina.

A escolha dos Campos Neutrais, no extremo sul do Rio Grande do Sul, se justifica basicamente por quatro aspectos: a) pelo papel de destaque da região nas disputas e formação dos limites entre Portugal e Espanha, estimuladas, dentre outras questões, pela posição militar estratégica; b) pelo histórico de ocupação do território, influenciado pelas políticas do período colonial, através do sistema de doações de sesmarias, em que a produção de gado foi ampliada; c) pelas relações de fronteira existentes, em especial no que tange à propriedade de terras e relações familiares Brasil-Uruguaí, com o conseqüente trânsito ou uso comum das marcas entre os dois países; d) pela aptidão da região à produção pecuária, o que permitiu que a atividade prosperasse.

Embora à época das disputas territoriais os Campos Neutrais compreendessem as áreas hoje pertencentes aos municípios de Santa Vitória do Palmar, Chuí e uma parte do Rio Grande, para o desenvolvimento deste trabalho o campo de coleta de dados ficou restrito à Santa Vitória do Palmar, em razão de alguns fatores. O primeiro diz respeito ao desfecho das disputas territoriais que definiram os limites internacionais do extremo sul do Brasil, que teve na fundação do município um marco político estratégico. Outro quesito importante diz respeito ao fato de Santa Vitória possuir a maior área territorial relativa à região original dos Campos Neutrais, utilizada, em grande parte para a produção pecuária, atividade de relevância econômica para o município até os dias atuais. O município do Chuí foi emancipado de Santa Vitória do Palmar em 1997 e, portanto, os dados de registros de marcas anteriores a esta data constam no acervo vitoriense, fato que, em conjunto aos demais, corroborou a escolha deste.

A Região Platina, por sua vez, configura-se como a escala de estudo mais ampla, abrangendo uma região transnacional, servindo como base para apresentar aspectos históricos, políticos e econômicos comuns à região. Está compreendida, para este estudo, pela região mesopotâmica pampiana argentina, pelo Uruguaí e

pelo Rio Grande do Sul, mais especificamente em sua região de fronteira oeste e sul. Será abordada, portanto, como o meio comum onde se dão as práticas de transmissão e os múltiplos usos, que serão espacializados e apresentados nos Campos Neutrais.

As características compartilhadas se estabelecem, sobretudo, em decorrência do inter-relacionamento das questões mencionadas anteriormente: a formação e disputa pelo território, em especial no período colonial, e a produção pecuária, que se constituiu durante grande parte da história como principal atividade econômica. Algumas implicações destas sobre os aspectos sociais e culturais, que influenciarão o uso das marcas de gado, serão abordadas no trabalho e devem reforçar a escolha da adoção das diferentes escalas trabalhadas.

O objetivo geral da dissertação consiste em identificar e discutir aspectos relacionados à existência de uma tradição vinculada ao uso das marcas de gado, tendo como campo de pesquisa a Região dos Campos Neutrais. Para tal, serão explorados o contexto histórico, geográfico, social e cultural no qual essas marcas foram criadas e utilizadas, bem como as características inerentes aos usos identificados.

Com o intuito de contribuir a esta identificação e discussão, estabelecemos como objetivos específicos: a) investigação de aspectos histórico-geográficos relativos à ocupação do território e seus vínculos à produção pecuária e a utilização das marcas de gado, nos Campos Neutrais e na Região Platina; b) investigação e descrição de aspectos legais, formas de sistematização de registros e acervos de marcas, de maneira a subsidiar a abordagem sobre os mecanismos de regulamentação das marcas; c) identificação dos usos de marcas existentes, tanto em contextos familiares quanto externos a estes; d) identificação e descrição de mecanismos de transmissão das marcas dentro de um contexto familiar na região de estudo; e) identificação e descrição de alguns vínculos observados, existentes entre o uso das marcas e a formação da identidade individual e familiar dos Campos Neutrais; f) identificação de possíveis relações existentes entre os usos em contextos familiares e externos a estes, bem como a existência de uma tradição vinculada a estes usos.

Para a identificação e descrição da existência de uma tradição associada aos usos das marcas de gado, buscou-se realizar um reconhecimento desse campo de estudo, iniciando por uma revisão na bibliografia existente. Ao mesmo tempo,

foram investigados institutos e órgãos que pudessem oferecer informações sobre as marcas. As informações obtidas nesse primeiro momento permitiram a definição de algumas vertentes de estudo.

A primeira, e mais importante, diz respeito aos levantamentos realizados no acervo do registro de marcas de Santa Vitória do Palmar, que permitiram estabelecer os primeiros vínculos existentes entre as marcas de gado e algumas famílias. A partir desse momento, foram realizadas entrevistas com alguns proprietários de terras e criadores de animais, descendentes de algumas das famílias identificadas nos registros mais antigos do acervo. Essas entrevistas permitiram a confirmação da existência de uma transmissão familiar, corroborada posteriormente por uma análise mais meticulosa dos registros de marcas. Foi também o diálogo com esses entrevistados que apontou existência de uma relação muito estreita entre as marcas avaliadas até aquele momento e as existentes nos países vizinhos, Argentina e Uruguai, o que tornou necessário ampliar os limites do campo de estudos.

A primeira exploração foi realizada no Uruguai e se mostrou profícua, sendo possível estabelecer relações e avaliar comparações entre as formas de registros de marcas realizadas neste país e no Brasil. Mostrou-se importante também por revelar a existência de usos simbólicos associados às marcas, de forma muito semelhante ao que começávamos a identificar junto aos nossos entrevistados.

A possibilidade de pesquisa na Argentina foi viabilizada em virtude do convênio entre o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e a *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires*. A missão foi apoiada através do oferecimento de bolsa de estudos pelo Programa de Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-graduação Brasil/Argentina, da CAPES. As investigações naquele país reforçaram ainda mais as observações realizadas no Uruguai e Campos Neutrais, relativas às práticas pecuárias, de identificação e registro de animais e usos simbólicos das marcas, o que apontou para a possibilidade da adoção de uma ideia de área cultural. Nessas investigações, foi possível abordar novamente as formas de utilização e de registro das marcas, possibilitando a comparação entre as práticas adotadas pelos três países. Especialmente deve ser mencionada a contribuição advinda da participação no seminário *Territorios y regiones, límites y fronteras: Abordaje teórico-metodológico y empírico desde una perspectiva político-cultural*, realizado pelo Prof. Dr. Alejandro

Benedetti, em função do aporte teórico oferecido para compreender a existência de relações profundas entre os locais que estava coletando informações e a região definida para este estudo.

Assim, por diversos caminhos, ao trabalho inicialmente voltado aos Campos Neutrais foi-se consolidando a necessidade de ampliação da região de abordagem, como forma de subsidiar seu objetivo principal, relacionado à identificação de uma tradição ligada ao uso das marcas. Cabe salientar que o foco do estudo baseou-se sempre nos Campos Neutrais e em seu entorno próximo, de onde provém grande parte dos dados e elementos identificados e analisados. A possibilidade de análise de material levantado em outros pontos da Região Platina em nenhum momento alterou o cerne da proposta inicial, sendo tomada essencialmente como forma de reforçar ou realçar os estudos realizados nos Campos Neutrais.

Conforme dito, uma das principais fontes de pesquisa foi o acervo do Registro de Marcas e Sinais do município de Santa Vitória do Palmar, cuja data de abertura remonta 1890. Este acervo é composto por um conjunto com mais de 4.000 marcas, em que se descrevem novos registros, transferências e baixas. Esses apontamentos permitiram reconstruir os indícios que reforçaram as relações familiares, principalmente por meio das transmissões ali registradas. A pesquisa no Rio Grande do Sul contou ainda com pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

No Uruguai e Argentina, as informações foram obtidas através de visita aos departamentos de registros de marcas, bem como através de pesquisas em arquivos históricos e bibliotecas, tanto das províncias visitadas, Entre Ríos, Santa Fé e Buenos Aires, quanto das capitais Montevideu e Buenos Aires. Nessas investigações, foi possível obter registros dos usos familiares, de utilização das marcas em transações comerciais e catálogos com marcas. Também foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos registros nos três países, o que possibilitou a compreensão das similaridades e diferenças existentes entre a legislação e forma de sistematização das marcas. Em paralelo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica da região, buscando desvelar aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e econômicos que caracterizam o campo da pesquisa, os quais se revelaram importantes para a compreensão dos valores atribuídos às marcas e às transformações que elas receberam com o passar do tempo.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, organizados de forma a apresentar inicialmente o campo de estudo, seguido da descrição das fontes consultadas e dos aspectos legais referentes às marcas, encerrando com a identificação e descrição dos usos simbólicos das marcas.

O objetivo do primeiro capítulo é descrever o contexto histórico-geográfico vinculado aos usos das marcas de gado nos Campos Neutrais e na Região Platina. Com esse intuito, foi realizada uma breve abordagem sobre os conceitos de território, territorialidade, limites e fronteiras, os quais fundamentaram o estabelecimento de relações entre as marcas e o espaço ao qual estão associadas. O capítulo também apresenta um apanhado histórico sobre a formação do espaço denominado como Região Platina, discorrendo sobre fatos que influenciaram a formação e ocupação do território, apresentando algumas particularidades sobre os Campos Neutrais. Ao final, é apresentada uma síntese sobre a história da produção pecuária na região, buscando demonstrar sua relevância para a formação de uma área cultural. Desse modo, ficam estabelecidas as duas escalas de abordagem do trabalho, a dos Campos Neutrais e seu entorno, onde foram desenvolvidos os maiores esforços em relação aos levantamentos e entrevistas, e a Região Platina, na qual se podem observar, em uma escala mais ampla, as relações existentes entre a produção e formação do território. As fontes de pesquisa desse capítulo apoiam-se principalmente em relatos históricos, tanto de autores brasileiros quanto argentinos e uruguaios.

Após a contextualização do campo de estudo, o segundo capítulo tem por objetivo apresentar os primeiros registros de utilização das marcas de gado na América do Sul buscando, em seguida, apresentar as primeiras normatizações relativas à sua utilização e registro. De forma geral, busca-se resgatar o momento em que as marcas são institucionalizadas e se tornam instrumento legal de legitimação da posse. Também são apresentados os diferentes sistemas de registro de marcas na Região Platina, com o intuito de mostrar os aspectos que aproximam e que diferenciam as formas de registros e suas sistematizações na região. Esse conteúdo é de extrema importância, pois, além de apresentar as fontes utilizadas na elaboração do trabalho, terá implicações na forma como são utilizadas as marcas e como são estabelecidos vínculos afetivos a elas. As fontes de pesquisa para esta etapa foram obtidas nos próprios departamentos de registros de marcas, onde foram realizados entrevistas e registros fotográficos, em especial o acervo de Santa Vitória

do Palmar que teve todo seu conteúdo digitalizado.

O terceiro capítulo apresenta a discussão sobre a tradição das marcas e explora relações existentes entre tradição, hereditariedade e identidade, através de uma narrativa que permite compreender como essas relações foram sendo estabelecidas e modificadas desde o final do século XIX até os dias de hoje. A relação das famílias com as marcas de gado, destacando seu caráter memorial, é abordada em um momento distinto, no qual são realizadas entrevistas com proprietários de marcas, membros de famílias produtoras de gado da região dos Campos Neutrais. Os relatos revelam, em conjunto com a história familiar, a ligação dessas famílias com a produção pecuária e com as marcas. As entrevistas são apoiadas pela pesquisa no acervo de registro de marcas, descrita no segundo capítulo, sendo possível reconstruir a genealogia da família a partir das transmissões das marcas. Em um segundo momento, busca-se demonstrar através dos relatos dos entrevistados, tanto de produtores quanto de funcionários dos departamentos de registro, e das observações em campo, os diferentes usos simbólicos das marcas.

A partir dos diferentes usos identificados, buscamos, ao final do trabalho, apontar para a existência de uma tradição associada a estes, bem como analisar algumas possíveis relações entre os aspectos identificados. Esperamos demonstrar por meio dessas observações que as marcas de gado, elementos tão representativos e difundidos na cultura local, devam se impregnar de grande importância para quem às possui e as percebe como elementos expressivos de sua cultura.

2 O ESPAÇO DAS MARCAS, A REGIÃO PLATINA E OS CAMPOS NEUTRAIS

Marca-se para determinar que algo pertence a alguém ou está sob sua autoridade. Entretanto, junto à ideia de marcar para assegurar a posse, estão associados fatores que influenciam e são influenciados por este ato. Marca-se um bem quando este adquire uma importância significativa na vida de uma pessoa ou de um grupo. Essa importância está relacionada tanto à própria subsistência, quanto ao desejo de manter sob nosso domínio o objeto de interesse.

No caso do gado, o ato de marcar representa ter domínio de algo que possibilita, além da subsistência, ganhos econômicos, que podem, inclusive, em determinados contextos, implicar melhorias relacionadas à qualidade de vida. Contudo, essa possibilidade de benefícios sempre esteve, como veremos neste e no próximo capítulo, associada à propriedade de terras, passíveis de abrigar o rebanho. Desde já é importante entender essa propriedade de uma forma mais ampla, pois está não apenas vinculada ao controle dos circuitos de produção, circulação e consumo, mas também ao controle da mobilidade e estabelecimento ou fortalecimento de limites ou fronteiras, ambos extremamente relevantes em termos de domínio territorial. Assim, podemos dizer que tal posse, o controle (e o próprio poder) se exercem no campo do vivido e dos simbolismos – indissociáveis na visão de Lefebvre, conforme mencionado por Haesbaert (2011, p.23). Podem ser relacionados a uma forma de expressão do que Sack (2011) trata por territorialidade. Este afirma que territorialidade é “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (op. cit., p. 76).

Essas definições descrevem com precisão as relações em que estarão inseridas as marcas de gado, que se dão em função de um desejo ou necessidade de controle sobre uma área importante economicamente e estratégica

comercialmente. Em nosso campo de estudo, o controle e o desejo de ocupação são realizados por sujeitos que, incentivados por um poder central, tomam posse de áreas de campos e as demarcam como suas – e conseqüentemente desse poder que os legitima – por meio, entre outros, dos símbolos gráficos que são as marcas de gado. Essa demarcação simbólica, realizada nos animais, apesar de não delimitar fisicamente uma área, assegura seu domínio por meio do gado que nele vive.

Haesbaert (op. cit.) aborda deste controle, delimitado fisicamente ou não, quando trata do conceito de território³, afirmando que:

O território envolveria, portanto, não somente um controle físico, material, mas também um controle/poder simbólico, através, por exemplo, da construção de identidades territoriais. O fortalecimento tanto das desigualdades sociais quanto das diferenças (em sentido estrito, ou seja, diferenças de natureza e não apenas diferenças de grau) alimentaria esse refaz do território, “produto de uma relação (político-econômica) desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político do espaço e sua apropriação simbólica”, relação esta muito variável conforme as classes, os grupos culturais e as escalas geográficas de análise (op. cit., p. 23).

Da disputa pela terra, originou-se boa parte dos conflitos que resultaram na constituição do Rio Grande do Sul, da República Oriental do Uruguai e mesmo da República Argentina⁴. No caso do Rio Grande do Sul, a propriedade de grandes áreas de terra e de gado possibilitou uma ascensão social e política de determinados grupos, que tiveram seu prestígio, poder e determinação de área de influência associados, dentre outros fatores, ao reconhecimento da representatividade das marcas de gado.

A história de formação política e econômica do Rio Grande do Sul é marcada em sua quase totalidade por disputas do território, originada em razão de divergências em relação às convenções de tratados que estabeleciam os limites entre as coroas ibéricas. Quando, em meados do século XVI, se tem as primeiras descrições das terras entre Laguna e o Rio da Prata, ambos os reinos as reivindicavam como suas, em consequência da imprecisão dos limites estabelecidos, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas. A este se seguiram outros

³ Sobre as formas de entendimento do conceito de território ver Benedetti (2011).

⁴ Utilizam-se os nomes contemporâneos das unidades geopolíticas em que está situada a região do campo de trabalho para que o leitor tenha uma referência atual do território. Os nomes utilizados na época serão utilizados quando forem imprescindíveis para o entendimento do assunto abordado.

tantos que tentavam reestabelecer a ordem a partir da ocupação – irregular ou não – tanto de portugueses como de espanhóis no território hoje conhecido como a República Oriental do Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul.

Esses conflitos podem ser tomados como ponto de partida para abordarmos as disputas e a forma de ocupação do território, que, conseqüentemente, levaram aos acordos que auxiliaram a definir os limites geopolíticos e as identidades que se formaram na região. Nesse contexto, os proprietários de terras assumiram um forte vínculo com as partes litigantes, tomando para si a função de defensores das divisas sob sua tutela. Ao mesmo tempo em que se militarizavam, tornavam-se os chefes locais com influência econômica e política, na medida em que possuíam grandes quantidades de gado que financiavam suas empreitadas militares, e de empregados para constituírem pequenos exércitos. Estava criada, assim, a figura do caudilho, figura que detém poder econômico, político, social e militar local, muitas vezes também ligado a uma conotação pejorativa, em função do poder exercido em função de seus próprios interesses.

O estabelecimento da propriedade sobre o território estava, como dito, vinculado a relações de poder mais amplas, pautadas por interesses polarizados, que acabaram por estabelecer uma zona de transição ou de fronteira de interesse comum aos centros de tomadas de decisão de poder. Nesse sentido, a fronteira se constitui, também, como um centro atrator de interesses, em que identidades se misturam e são compartilhadas, possibilitando que novas identidades locais se formem. Para Tau Golin (2011), a fronteira representa uma nova composição social e cultural, baseada em diferenças que se juntam para formar algo novo, o que pode ser considerado, segundo Reichel (2006), como uma forma distinta e peculiar, por não se dar propriamente pela diferença em relação ao outro, mas por criar um novo caldo. Assim a fronteira se diferencia e se distancia do entendimento de limites.

O limite seria, suscintamente, a representação formal de onde terminaria o espaço de um e começaria o espaço do outro. Segundo Golin (op. cit.),

[...] limite e fronteira são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos típicos da soberania nacional e sua segurança, ora se insinuam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços transfronteiriços (op. cit., p. 17).

A região em estudo enquadra-se de forma clara na colocação do autor. Ao mesmo tempo em que se sucediam os tratados de limites, com o intuito de barrar a invasão e a perda de terras e gado, criou-se um espaço ambíguo entre o Rio Grande

do Sul e o Uruguai, caracterizado pelas trocas e relações sociais e culturais entre os habitantes da região de fronteira, propiciando a formação de novas identidades a partir destas. Reichel (op. cit.) afirma que

diante da instabilidade política e da constante disputa territorial, a fronteira tinha um peso significativo no viver da sua população, quer rural, quer urbana. Contraditoriamente, ela unia e separava, afastava e atraía. As linhas demarcatórias eram estabelecidas no além-mar e, no aquém, era difícil delimitá-las. Não eram precisas, não havia interesse em obedecer a elas. Pelas raias fronteiriças bandeavam-se pessoas, animais, transportavam-se mercadorias, inclusive, dentre essas, escravos. Enquanto os governos coloniais ibéricos estipulavam domínios, a população transitava livremente sobre marcos e linhas imaginárias.

[...]Essa era a situação vivenciada pelos homens e mulheres que habitavam as terras localizadas na divisa do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina. Eles experimentavam a fronteira nos seus dois sentidos, o de linha que separa e o de zona que aproxima (op. cit., p. 51).

Mesmo depois de superadas as divergências em relação à demarcação dos limites, pode-se dizer que se estabelece entre os habitantes dessa região uma relação de compartilhamento em que estes se beneficiam da permeabilidade possibilitada pela região, para usufruir de espaços que oficialmente não seriam seus.

Essas relações podem ser observadas na própria configuração econômica, basicamente estruturada na pecuária extensiva, em que proprietários possuem estâncias⁵ ou cabanhas⁶ em ambos os lados da fronteira, compartilhando muitas vezes as marcas para suas terras e animais. Essa relação aparece, também, na constituição de cidades fronteiriças, das quais podemos destacar as cidades de Chuí e *Chuy*⁷, Santana do Livramento e Rivera, separadas somente por uma avenida e em que sua população se relaciona como em uma única cidade, ou ainda o caso das cidades de Aceguá e *Acegua*, que mesmo não fazendo divisa por meio de uma avenida, compartilham o mesmo nome.

Podemos, ainda, ampliar a descrição da zona de fronteira para toda a região que abrange a campanha do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da mesopotâmia

⁵ Segundo o dicionário Aulete Digital, estância é um “lugar onde se permanece por algum tempo [...]; a ação de lá estar” (AULETE DIGITAL, 2012). No Rio Grande do Sul, a origem está em *estança*, pois na época de colonização em que as distâncias de centros habitados eram grandes, as propriedades rurais serviam de lugar de parada para os viajantes. O mesmo dicionário define estância, em um regionalismo do Rio Grande do Sul, como “grande propriedade rural, fazenda”.

⁶ Regionalismo gaúcho para “fazenda de criação e manutenção de gado reprodutor ovino e caprino, compreendendo pasto para cada espécie e instalações que garantem a higiene e o descanso dos animais. [F.: Do espn. cabaña.]” (op. cit., 2012).

⁷ A relação entre as duas cidades-gêmeas é tratada no trabalho A Organização Social das Fronteiras: etnografia do cotidiano fronteiriço de Chuí/Chuy (SANTOS, A., 2006).

Argentina. Reichel (2006) menciona que a Região Platina (Figura 1) transcenderia os limites geopolíticos atuais que separam as regiões, sendo que as fronteiras serviriam, neste espaço, como “fronteiras-zona”, estimulando contatos, intercâmbios, formas de resistência ao homem que aí vivia. Segundo Vieira (2009),

toda essa imensa região é reconhecida tradicionalmente pela denominação de **Região Platina**, justa alusão ao processo histórico que lhe deu origem. Essas terras permaneceram desinteressantes às explorações coloniais de espanhóis e portugueses justamente pela falta de atrativos econômicos que justificassem uma empreitada colonizadora. De fato, nessas paragens não havia ouro, prata ou exploração agrícola rentável que justificasse o interesse dos exploradores europeus. Somente a possibilidade de exploração de uma rota clandestina de escoamento da prata do centro da América chamou a atenção. A partir daí esse território passou a ser então motivo de cobiça das duas coroas, ensejando uma disputa que extrapolou os limites da política para combates e guerras efetivas (op.cit., grifo nosso).

O entendimento dado à designação de região, e que será utilizada para este trabalho, apoia-se na descrição de Benedetti (2009):

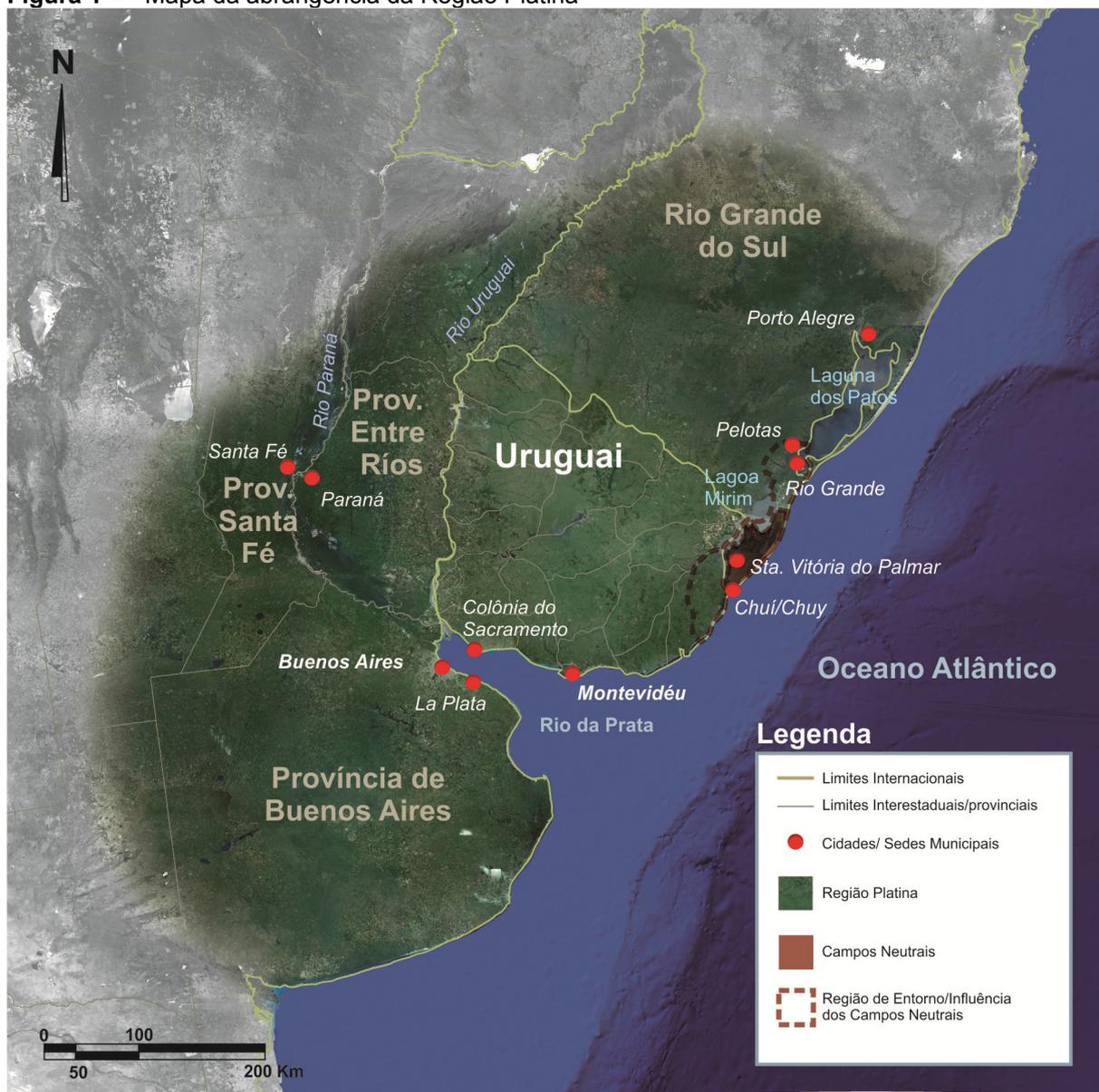
Región y territorio aparecen en algunas propuestas como categorías equivalente. Se observa un énfasis en la historicidad de las regiones, lo que lleva a considerarlas ya no como realidades fijas, sino como **procesos abiertos, dinámicos, contingentes, en permanente transformación a partir de las prácticas materiales y culturales de la sociedad**. Esta perspectiva, si bien no desconoce la dimensión material de la región, pone un mayor énfasis en la dimensión simbólica de la región, en su invención histórica, en las representaciones colectivas y en las relaciones de poder, en la construcción colectiva de la idea de región y en el análisis de su faceta narrativa. Desde esta mirada se pueden reconocer diferentes escalas espaciales y temporales en el proceso de construcción regional, donde intervienen sujetos sociales e institucionales de la más variada gama. En esta perspectiva se suelen analizar los procesos sociales vinculados a la región, en los sentidos antes apuntados: la región como división espacial que supone algún proceso de negociación entre niveles territoriales; la región como regionalismo, como ideología territorial, como proceso de construcción de identidades sub o supra estatal-nacionales. En otras palabras, la cuestión regional se plantea como una geografía cultural, una instancia surgida de las relaciones de poder y, también, como una entidad geográfica e histórica –o geohistórica –, prestando atención a las manifestaciones sociales de las minorías, de los grupos excluidos, de los actores sociales subalternos (op. cit., grifo nosso).

Embora a descrição de Região Platina seja mais bem desenvolvida a seguir, neste momento cabe destacar a noção de identidade cultural e territorial comum a ela. Vieira (2009), ao abordar as origens da formação territorial e urbana do extremo sul do Brasil, descreve a Região Platina da seguinte forma:

A relevância do tema está em caracterizar o período em que se dá este embate específico entre Portugal e Espanha, na Região Platina, e que será capaz de produzir uma sociedade e um espaço específico. São as cidades do Prata, **fruto da disputa fronteiriça, característica do espaço do pampa e da gente gaúcha**.

Além do mais, a integração propiciada por essa realidade histórica e geográfica tem a capacidade de produzir **uma identidade regional muito forte, que ignora fronteiras e ultrapassa nacionalidades**. A possibilidade de reconstituir a história por meio do espaço é singular. Analisar hoje as cidades existentes em diferentes países, mas que foram produzidas sob a mesma lógica é desafiador. Ainda mais quando se observam a separação que se impôs a essas terras e gentes, a par das semelhanças ainda hoje presentes (op. cit., grifo nosso).

Figura 1 – Mapa da abrangência da Região Platina



Fonte: Imagem de satélite obtida de Google Earth 2013. Base cartográfica obtida de GADM (2013). Editada por Rafael Arnoni em maio de 2013.

Interessa-nos destacar que a ideia do contraditório, de uma construção social apoiada tanto por aspectos comuns como pela diferença, é uma referência importante para compreender a formação das identidades regionais em questão,

relacionadas à posse de terras. Ademais, ao mesmo tempo em que a ideia de posse traz junto de si um sentido de exclusão – o que é meu e não é seu – e contribui ao estabelecimento de barreiras, reais ou simbólicas, ela auxilia a delimitar o espaço onde o indivíduo pode atuar e onde os outros podem ou não entrar. No caso da região de estudo, esses elementos, que são importantes para a definição de uma identidade regional, estão, como vimos, fortemente associados ao processo de ocupação do território, ao estabelecimento de limites e tal como queremos endossar, ao processo de criação e marcação de gado. Esta identidade regional é definida por Haesbaert (1999) quando afirma que

partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias (sic) quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172 apud CHELOTTI, 2010, p. 173).

Nesse sentido, em que pese o caráter beligerante da disputa pelos limites que a história imprimiu, a noção mais importante a ser destacada advém da zona de contato resultante desses fatos, que constitui a identidade territorial, tal como argumenta Vieira (2009):

Portanto a denominação “do Prata” para essas cidades visa lhes conferir uma identidade cultural e territorial cuja justificativa é histórica, uma vez que comungam da mesma sorte de acontecimentos para explicar suas origens, e também geográfica, já que compartilham um território de características comuns, marcados pela paisagem do pampa. Os tipos que daí emergem, o gaúcho e o missioneiro, fundamentalmente, são construções fundadas nos elementos da história e da geografia dessa região, que encontram na disputa territorial, no embate com as elites dominantes e no processo de afirmação de identidade um caudal que desenvolve a cultura local. [...] Ela é tão somente identificadora dos processos históricos e geográficos responsáveis pela produção de um espaço heterogêneo, ainda que produzido por processos que na origem foram comuns (op. cit.).

Outra expressão muito associada à Região Platina e aos Campos Neutrais, carregada de significados que auxiliam a caracterizar a identidade local, diz respeito à orientação geográfica sulina que o território ocupa na América do Sul e no Brasil. O “sul” seria, nas palavras de Leal (1997), um território cujas fronteiras, conformadas pela diferença alargada, não coincidem necessariamente com as fronteiras nacionais:

Os limites desta área cultural etnografada e etnografável, frequentemente nominada o Sul, numa estratégica imprecisão retórica, não coincidem com

os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul ou mesmo os da nação Brasil. É, sem dúvida, a região geográfica do pampa, seus homens e seus cavalos, que torna-se o grande semantizador das práticas culturais, encompassando outras diversidades e reconstituindo-se como diferença, vis a vis uma suposta homogeneidade da cultura nacional (op. cit., p. 202).

Tratando da constituição identitária do Rio Grande do Sul, Érico Veríssimo (1964), no texto intitulado *Um romancista apresenta sua terra*, relaciona as consequências das guerras e do modo de vida como fatores de influência na formação das características marcantes do povo gaúcho. Para o autor, essas distinções seriam reconhecidas tanto em âmbito local quanto no restante do Brasil, descrevendo-as da seguinte forma:

Somos uma fronteira. No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então 'imenso deserto', tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos coloniais até o fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira — alçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair da faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno — e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências algo impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos num permanente estado de cavalaria. A verdade, porém, é que nenhum dos heróis autênticos do Rio Grande que conheci, jamais "proseou", jamais se gabou de qualquer ato de bravura seu. Os meus coestaduanos que, depois da vitória da Revolução de 1930, se tocaram para o Rio, fantasiados, e amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco — esses não eram gaúchos legítimos, mas paródias de opereta (op. cit., p. 3-4).

Essas construções podem também ser entendidas através da noção de identidade, conforme a descrição feita por Arévalo (2004):

[...] la identidad es resultado de un hecho objetivo (el determinante geográfico-espacial, los datos históricos, las específicas condiciones socioeconómicas.) y una construcción de naturaleza subjetiva (la dimensión metafísica de los sentimientos y los afectos, la propia experiencia vivencial, la conciencia de pertenencia a un universo local o de otro nivel de integración sociocultural, la tradición, el capital cultural y la específica topografía mental que representan rituales, símbolos y valores)
 [...] La identidad es una construcción social que se fundamenta en la diferencia, en los procesos de alteridad o de diferenciación simbólica. Y la imagen de la identidad se conforma desde la percepción interior y desde la visión exterior. Por una parte está el cómo nos vemos (adscripción voluntaria), y por otra, el cómo nos perciben (identificación) (op. cit., p. 933-934).

Assim, em consonância com a identificação da existência de uma identidade cultural e territorial, de um caudal que desenvolve a cultura local, está a noção de área cultural. Baseado nas referências utilizadas pelo projeto Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS (KOSBY & SILVA, 2013), cujo universo de pesquisa também é construído a partir das redes de relações que envolvem a pecuária extensiva no Rio Grande do Sul e países limdeiros, este nosso estudo integra a Região Platina ao território que Leal chamou de “o sul” como área cultural”. Priorizando a questão da diferença, com relação à ideia de homogeneidade da cultura nacional, a autora mapeia características que possam caracterizar o “sul” como uma área cultural, ou seja, como um constructo antropológico.

O conceito de área cultural, apresentado pelo antropólogo Franz Boas (2004)⁸, no livro “Antropologia Cultural”, diz respeito a um território amplo – não necessariamente com continuidade geográfica – que é construído sócio-antropologicamente e “reflete a realidade de uma identidade social específica, de um sistema de valores e de uma determinada ordem social”. É o que acontece, por exemplo, quando estudamos grupos que, embora habitem espaços político-administrativos diferentes, compartilham traços culturais fundamentais para sua identidade, como é o caso dos *gauchos* e dos gaúchos.

A partir dessa perspectiva, embora o presente trabalho tenha como objeto de estudo as marcas de Santa Vitória do Palmar, localizada nos Campos Neutrais, é importante estabelecer claramente que essa região pode ser entendida como uma área cultural, amalgamada às noções de Região Platina e Sul, fundamentais para sua avaliação e compreensão.

2.1 A Ocupação Ibérica na Região Platina

O território do atual estado do Rio Grande do Sul, e de toda a Região Platina, esteve envolto em uma série de disputas desde o começo da ocupação europeia. Podemos afirmar que, a partir do final do século XV, adentrando pelos quatro séculos seguintes, a disputa pelas terras dessa região foi uma constante na política e na economia, perpassando todo o período colonial e meados do imperial.

⁸ Pioneiro nas pesquisas de campo etnográficas e na criação de premissas que desviavam das tendências evolucionistas unilineares.

Mesmo não sendo o foco deste trabalho realizar um levantamento histórico minucioso dessa época, procuraremos delinear alguns fatos que permitam enxergar questões relacionadas principalmente à política de demarcação de limites na região, sua influência na ocupação do território, na economia, particularmente vinculada à produção pecuária.

As disputas pelo território do Rio Grande do Sul começam em 1494, com a instituição do Tratado de Tordesilhas, realizado entre os reinos de Portugal e Espanha. Segundo Garcia (2010) e Espírito Santo (2006), devido à imprecisão desse tratado, em decorrência do caráter rudimentar da cartografia à época, ambos os reinos reivindicavam o território que hoje forma o estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai. Espírito Santo (2006) esclarece resumidamente esta situação:

Entretanto, os atrasos na astronomia, a insuficiência dos instrumentos de óptica e de arte da relojoaria resultaram na maximização de desvios de cálculo das longitudes, levando à produção de uma cartografia viciada por erros insuperáveis.

Por esta cartografia, construída sobre o cálculo inexato das longitudes, aliada às discrepâncias nas medidas das léguas, e as havia de 14 $\frac{1}{6}$; 15; 16 $\frac{2}{3}$; 17 $\frac{1}{2}$ e 21 $\frac{7}{8}$, por grau do Equador, Portugal traçou a raia de Tordesilhas a oeste da Colônia do Sacramento e sustentava sua legalidade em avançar até a margem do Prata; a Espanha se contrapunha a essas medidas e localizações, fazendo passar a linha imaginária na altura do Rio Grande de São Pedro (op.cit., p. 25).

Garcia (2010) faz afirmações semelhantes, demonstrando as possíveis leituras do Tratado (Figura 2), apontando a linha traçada por Martim Afonso de Souza, em 1531, como sendo a legítima para Portugal.

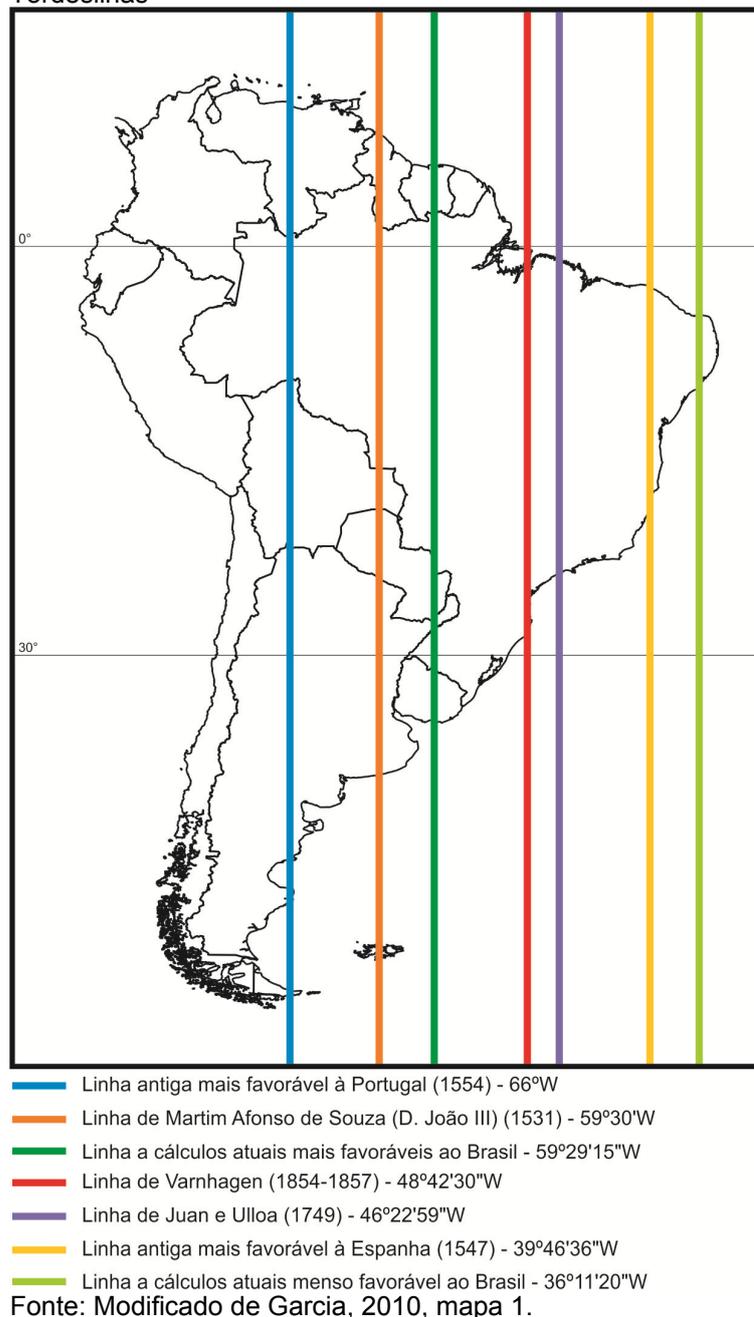
Em 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, no local que seria o limite português, segundo Tordesilhas. Pesavento (1985) afirma que interessava a Portugal consolidar um mercado com a prata vinda de Potosi, furando o monopólio espanhol. A autora assegura que

economicamente, além da preservação do comércio ilícito, implicou o conhecimento, por parte dos portugueses, das imensas reservas de gado da "Vacaria del Mar". Nesta passou a se desenvolver uma intensa atividade de caráter predatório. Caçava-se o gado xucro para dele extrair o couro, que era exportado para a Europa por Buenos Aires ou Sacramento (op. cit., p.10).

Em 1750, é assinado o Tratado de Madri (Figura 3), com o objetivo de resolver os conflitos em relação à Colônia do Sacramento, que havia sido invadida pelos espanhóis. Por ele, Colônia do Sacramento ficaria com a Espanha, enquanto

os Sete Povos das Missões ficaria com Portugal. Ficava estabelecida, também, a condição de *uti possedetis*, com Portugal tomando posse de boa parte do território que seria o atual Rio Grande do Sul.

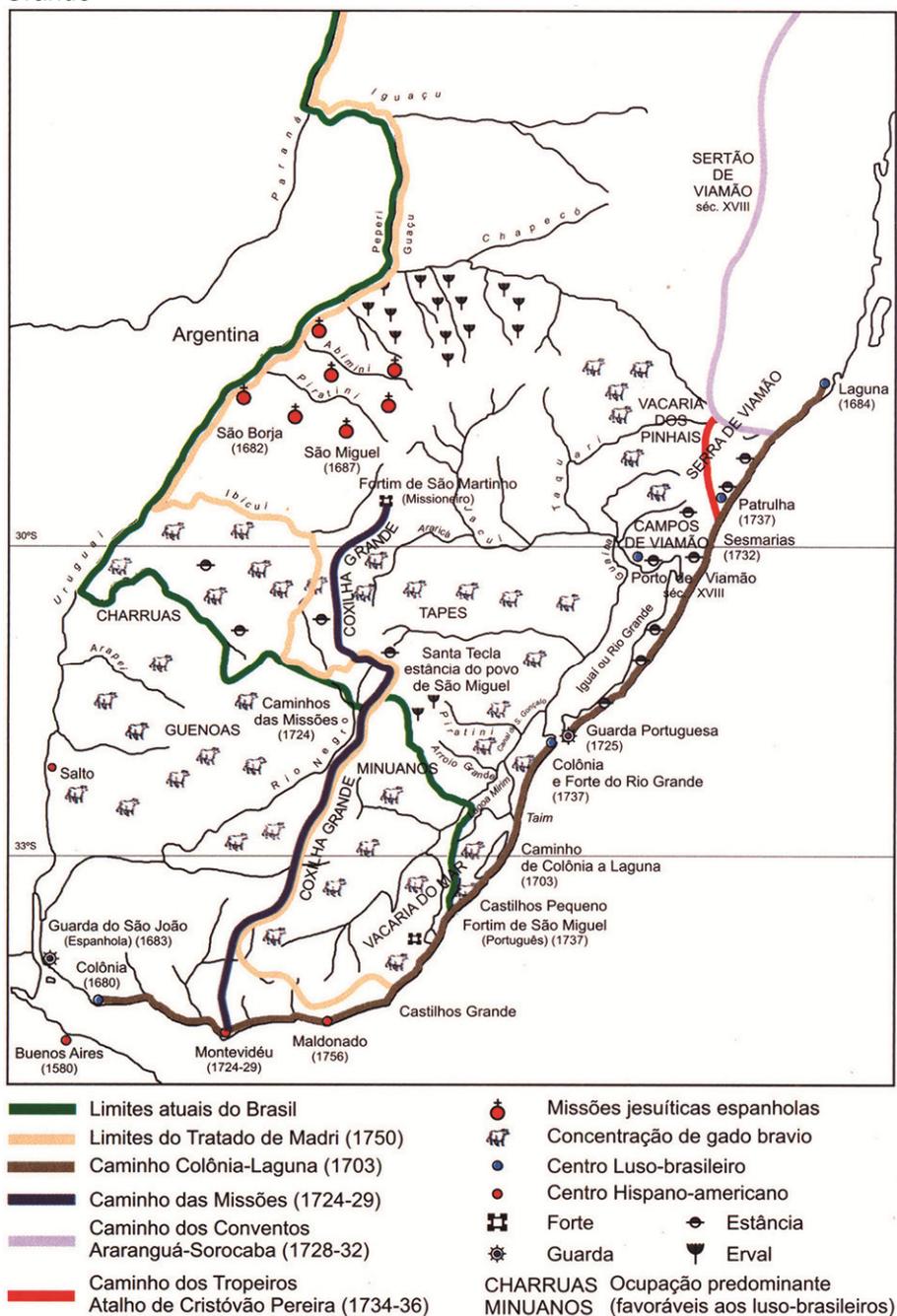
Figura 2 – Mapa sobre as possibilidades do Tratado de Tordesilhas



Em 1761, o Tratado de Madri é cancelado pelo Tratado de El Pardo, onde as missões jesuíticas são devolvidas à Espanha e Colônia do Sacramento volta à Portugal. Desejando retornar as posses espanholas à condição do Tratado de Tordesilhas, D. Pedro Cevallos, então vice-rei das província do Rio da Prata, invade

o território português em 1763, toma Colônia do Sacramento e chega, inicialmente, a São Pedro de Rio Grande, atual cidade do Rio Grande. Nesse local havia sido criada, em 1737, a fortaleza-presídio Jesus-Maria-José, que servia como um ponto intermediário entre Laguna e Colônia do Sacramento e “posto militar que estabelecia oficialmente a posse portuguesa da área”, representando uma “garantia para a manutenção do comércio do gado” (PESAVENTO, 1985, p. 20).

Figura 3 – Mapa sobre o Tratado de Madri (1750) e o alargamento do Rio Grande



Fonte: Garcia, 2010, mapa 4.

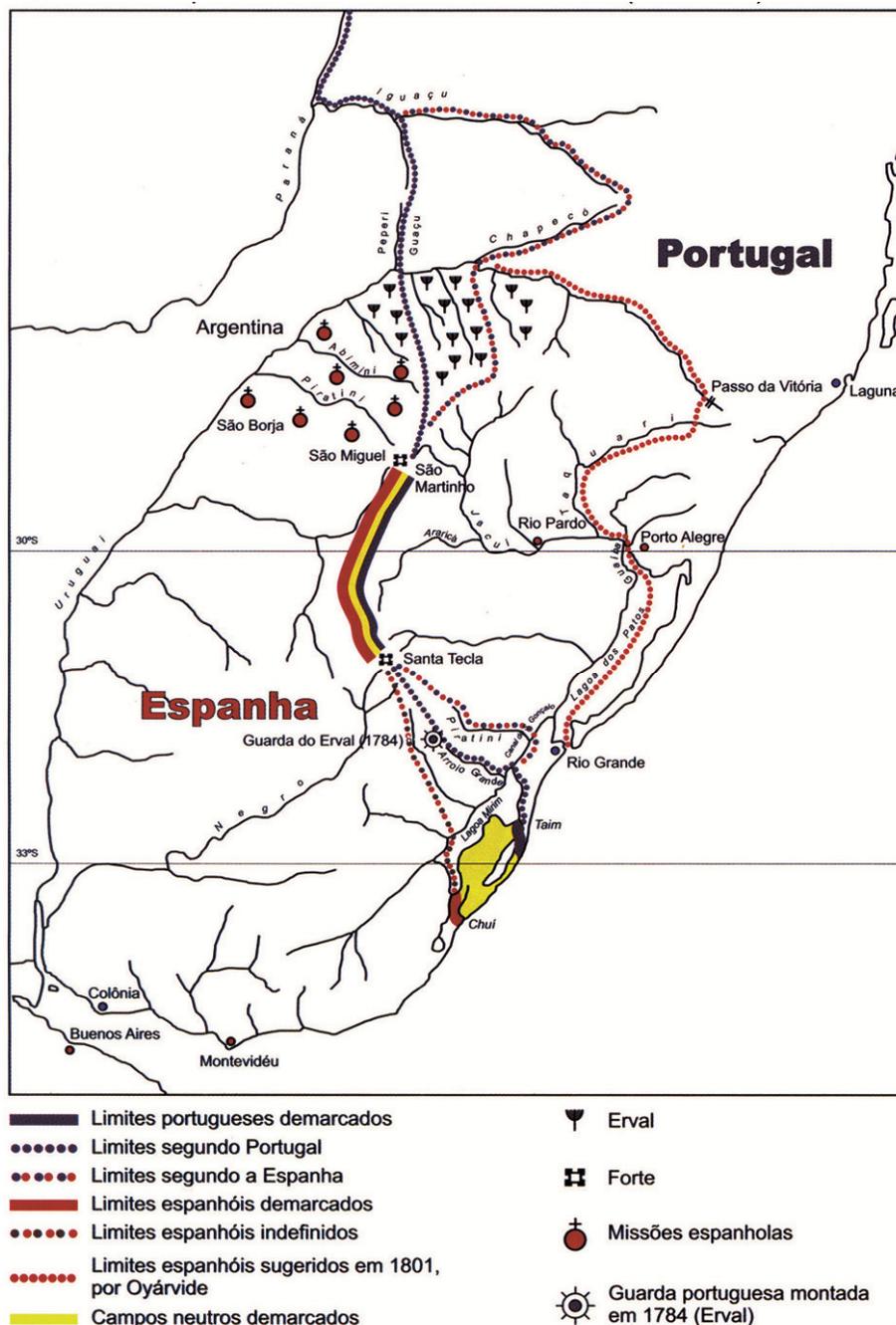
A ocupação de São Pedro do Rio Grande dura até 1776, quando o General João Henrique de Böhm reconquista a região para a Coroa Portuguesa. Em 1777, Portugal e Espanha firmam o Tratado de Paz de Santo Ildefonso, devolvendo os Sete Povos das Missões à Espanha e criando zonas neutras nas fronteiras entre os dois reinos. Essas zonas seriam conhecidas como Campos Neutrais. Garcia (2010) aponta o Tratado de Santo Ildefonso como um tratado de paz preliminar não ratificado, mas que influenciaria as disputas que viriam a seguir. O autor cita, ainda, as dificuldades de delimitação (Figura 4), em razão das diferenças de interpretação do tratado, das ocupações já existentes e dos interesses de ambos os reinos em determinadas áreas que deveriam ser entregues. Surge, então, um sentimento de manutenção do *status quo*. As únicas regiões consolidadas efetivamente como Campos Neutrais seriam uma faixa de terra entre as guarnições de São Martino e Santa Tecla e a região entre o Arroio Chuí e o Arroio Taim. Esta última seria, por fim, a região que efetivamente seria reconhecida com esse nome.

A paz desejada na região seria mantida até 1801 quando, cinco anos antes, em decorrência da ascensão de Napoleão Bonaparte, a Espanha alia-se à França, rompendo a aliança com Portugal e Inglaterra. A então Capitania do Rio Grande, mais bem preparada econômica e militarmente que seus vizinhos hispânicos, retoma boa parte dos territórios do antigo Tratado de Madri, perdidos no Tratado de Paz de 1777. Segundo Garcia (op. cit.), a invasão portuguesa foi a base da atual formação territorial do Rio Grande do Sul.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, D. João VI ambiciona a expansão dos limites do Brasil até a margem setentrional do Rio da Prata (op. cit., p. 200-201). Essa ambição toma forma em 1811, justificada a princípio pela defesa das fronteiras de seu território, com base nas revoltas ocorridas na Banda Oriental, chefiadas por Artigas. O general pretendia, entre outros propósitos, instaurar a república na região e recuperar os territórios das Missões e dos Campos Neutrais, seguindo a delimitação do Tratado de Paz de Santo Ildefonso. A invasão luso-brasileira seria apoiada pelo governo de Montevideú, agora capital do Vice-Reino do Rio da Prata, que desejava a expulsão de Artigas de seu território. A ocupação

portuguesa duraria até 1812, quando Montevidéu e Buenos Aires⁹ assinam um Armistício.

Figura 4 – Mapa sobre as dúvidas de Santo Ildefonso



Fonte: Garcia, 2010, mapa 5.

⁹ Buenos Aires havia iniciado o processo de Independência da Espanha em 1810, apoiando Artigas em suas campanhas.

Em 1815, Artigas forma a Liga Federal, reunindo a Banda Oriental, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes (op. cit., p. 212), retomando o ideal de reintegrar as Missões a sua origem hispânica. Novamente D. João reage a essas investidas invadindo, em 1816, a Banda Oriental, incorporando-a ao Reino em 1821 como Província Cisplatina.

As disputas pela Banda Oriental se mantêm ainda entre o Brasil, Repúblicas Unidas do Prata e a população da região até 1828, quando, por intermediação da Inglaterra, é criada a República Oriental do Uruguai. Entretanto, os limites definitivos entre o Brasil e o Uruguai só seriam definidos pelo Tratado de Limites, realizado em 1851 e revisado em 1909 quando, pelo Tratado da Lagoa Mirim, o Brasil cede ao Uruguai parte das águas da referida lagoa.

2.2 Os Campos Neutrais

2.2.1 Os Campos Neutrais e Santa Vitória do Palmar

Dentre as zonas de fronteira disputadas por Portugal e Espanha, uma das mais importantes para este trabalho é a região que abrange a faixa de terra localizada entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico.

Iniciando no Arroio Taim ou no Banhado do Albardão e terminando no Arroio Chuí, a área (Figura 5) representou um marco em relação à forma como a ocupação portuguesa ocorreu na Região Platina. Os governantes luso-brasileiros estimulavam a ocupação de territórios que não estavam em seus domínios e que se encontravam desocupados pelos espanhóis. Essa prática reverteu muitas vezes na expansão de seus domínios quando na assinatura de tratados, utilizando-se sempre do recurso jurídico de *uti possedetis*.

Embora não tenha sido palco das maiores batalhas, pois estas ocorreriam na fronteira oeste do Rio Grande, a atual região do extremo sul brasileiro representou um ponto de afirmação para os interesses portugueses, tanto em função da posição militar estratégica, quanto das possibilidades de obtenção de vantagens econômicas com sua ocupação.

As primeiras referências que se conhecem sobre os Campos Neutrais são a descrição do naufrágio de Martim Afonso de Souza, em 1531, supostamente nas margens do Arroio Chuí (AMARAL, [197-?], p. 23). Martim Afonso havia partido do Rio de Janeiro com a missão de demarcar o território português definido pelo

Tratado de Tordesilhas que, segundo o entendimento luso à época, ficaria a oeste da embocadura do Rio da Prata, próxima à atual localização da Colônia do Sacramento.

Em 1703, cria-se uma ligação entre Colônia do Sacramento e Laguna, conhecida como Caminho do Mar (Figura 3). A partir da utilização desse caminho, temos a primeira descrição escrita da região dos Campos Neutrais, realizada por Domingos Filgueira que, no mesmo ano, percorre o trecho entre Colônia e a barra do Rio Grande.

A região será oficialmente ocupada em 1737, quando José da Silva Paes, vindo de Colônia do Sacramento, funda o forte-presídio Jesus-Maria-José, em um local situado “entre o Saco da Mangueira, o canal formado pelo Continente e uma ilha, posteriormente chamada de *Marinheiros*” (AMARAL, [197-?], p. 48) onde seria instalada, também, a povoação de São Pedro ou Rio Grande de São Pedro do Sul. A ocupação tinha como objetivo

[...] tomar posse do território rio-grandense, defender a Colônia do Sacramento, expulsar os espanhóis de São Gabriel, ocupar e fortificar Montevideu, examinar a posição de Maldonado e promover a ocupação e fortificação do porto do Rio Grande de São Pedro.

Quando chegou ao Rio Grande, em fevereiro de 1737, Silva Paes encontrou Cristóvão Pereira de Abreu e muitos outros estancieiros. A ocupação oficial foi precedida de uma ocupação particular, que se iniciou com a expedição de João de Magalhães. O povoamento seria feito principalmente por moradores do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo, Minas Gerais e Bahia (SANTOS, C., 2006, p. 65).

A ocupação anterior à presença de Silva Paes é confirmada por Azambuja (1978), quando relata que “uma guarda avançada de 12 homens estabelecera, antes, em janeiro de 1737, o dignatário e tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, no lugar *aonde chamam Chuy*, a fim de espionar os castelhanos de outro lado das Angusturas de Castilhos” (op. cit., p. 53). Santos (op. cit.) descreve também a importância que a criação de gado adquire já no começo da ocupação.

Para preencher as necessidades das tropas e da população com menor custo para a Fazenda Real, Silva Paes teve a iniciativa de organizar as estâncias reais. Em 1737 iniciou a organização das estâncias reais de Bojuru e Capão Comprido, ao norte de Rio Grande. Escreveu ao governador do Rio de Janeiro informando que já havia reunido duas mil vacas e, em junho do mesmo ano, já possuía três mil na estância de Bojuru. Essa estância prosperou ao receber, sobretudo, parte do grande rebanho existente entre a lagoa Mirim e o oceano, calculado por Silva Paes em mais de oito mil cabeças (op. cit., p. 67).

Com o intuito de resguardar a região dos espanhóis, Silva Paes manda erguer, ainda em 1737, uma fortificação de pedras no cerro de São Miguel, às margens do arroio São Miguel (Figura 5), consolidando a ocupação da região.

As desavenças entre portugueses e espanhóis em relação às fronteiras na região do Prata e disputas familiares entre os governantes dos dois reinos culminam na assinatura do Tratado de Madri, em 1750, quando a região entre o Banhado do Taim e o Arroio Chuí passa ao domínio português, estendendo-se também ao sul até a Angustura de Castilhos Grande (Figura 3), onde é estabelecida, em 1762, a Fortaleza de Santa Teresa.

No período entre 1737 e 1758, são apontadas por Amaral ([197-?]), as primeiras doações de sesmarias, sempre no intuito de reforçar a ocupação. O autor descreve a forma como eram realizadas:

As terras distribuídas faziam-se por “título legal”, concedidas pelo governo. Três tipos de povoadores se apresentaram, classificados segundo o local de onde provinham. Em primeiro lugar, os foragidos da Colônia do Sacramento – militares e civis; outros procedentes do centro e norte – aventureiros em busca de fortuna; finalmente, muitas glebas eram entregues a militares servindo nas guardas e fortes, ficando assim, na dupla função de soldados e criadores, o que não constituía novidade, na época (op. cit. 72).

Com a invasão de 1767, Cevallos toma sem resistência a Fortaleza de Santa Tereza, o Forte de São Miguel e Rio Grande, ocupando-o até 1776 quando o General João Henrique de Böhm reconquista a região para a Coroa Portuguesa. Segundo Amaral (op. cit.),

retomada a vila de Rio Grande, e suas fortificações, mandou o general-em-chefe avançar um esquadrão comandado pelo Capitão Camilo Maria e trinta dragões para estabelecer uma guarida, acampando: o primeiro no Albardão e o segundo, no lugar chamado Taim. Estes dois postos avançados viriam, mais tarde, exercer papel importantíssimo na demarcação definitiva da fronteira do Xuí. O domínio espanhol, pelo espaço de treze anos, transformou a região ocupada em verdadeiro deserto (op. cit., p. 51).

A assinatura do Tratado de Paz de Santo Ildefonso, em 1777, em que Portugal cede a maior parte de suas conquistas à Espanha, torna-se emblemática pela constituição de zonas neutras ou, em termos contemporâneos, zonas de exclusão, que não pertenceriam a nenhuma das duas coroas. Essas zonas configurariam os Campos Neutrais, Neutrais ou Campos Neutros. Transcrevemos a seguir, os artigos do Tratado que descrevem essas condições:

ARTIGO V.

Conforme ao estipulado nos Artigos antecedentes, ficarão reservadas entre os Domínios de huma, e outra Coroa as lagoas de Merim, e da Mangueira, e as línguas de terra que medeão entre ellas, e a costa de mar, sem que nenhuma das duas Nações as ocupe, servindo só de separação; de forte, que nem os Portuguezes passem o Arroyo de Tahym, linha recta ao mar até á parte Meridional, nem os Hespanhoes o Arroyo de Chui, e de S. Miguel até á parte Septentrional: Cedendo Sua Mageftade Fidelissima em seu Nome, e de seus Herdeiros, e Successores a favor da Coroa de Hespanha, e desta divisão, qualquer direito, que possa ter ás Guardas de Chui, e seu districto, á Barra de Castilhos grandes, ao Forte de S. Miguel, e a tudo o mais que nella se comprehende.

ARTIGO VI.

A Semelhança do estabelecido no Artigo antecedente, ficará também reservado no restante da Linha divisoria, tanto até a entrada no Uruguay do Rio Peperi-guaçú, quanto no progresso, que se especificará nos seguintes Artigos, hum espaço sufficiente entre os Limites de ambas as Nações, ainda que não seja de igual largura á das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se Povoações por nenhuma das duas partes, nem construir-se Fortalezas, Guardas, ou Póstos de Tropas, de modo, que os taes espaços sejam neutros, pondo-se marcos, e signaes seguros, que fação constar aos Vassallos de cada Nação o sitio, de que não deverão passar, a cujo fim se buscarão os lagos, e Rios, que possam servir de Limite fixo, e inalterável, e em sua falta os cumes dos montes mais sinalados, ficando estes, e as sua saldas por termo neutral divisorio, em que se não possa entrar, povoar, edificar, nem fortificar por alguma das duas Nações (PORTUGAL, 1777).¹⁰

Segundo Garcia (2010), a demarcação dos Campos Neutrais teria se iniciado apenas em 1784 (Figura 6), sendo a posição correta dos limites contestada por ambos os lados. Por parte dos portugueses, havia o desejo de permanecer na região entre o Arroio Grande e o Rio Piratini, forçando o limite para o sul. Por parte dos espanhóis, havia o desejo de preservar os ervais mais ricos dos Sete Povos, localizados entre o Forte São Martinho e o encontro do Peperi, no Rio Uruguai (Figura 4).

Em 1788, a comissão de demarcação se desfaz, tendo conseguido demarcar apenas o trecho entre os fortes de Santa Tecla e São Martinho e a região entre o Arroio Taim e o Arroio Chuí. Esta última é a área que efetivamente se configura como a região dos Campos Neutrais, sendo historicamente conhecida por essa denominação. No período de 1767 a 1801, os Campos Neutrais permanecem praticamente desocupados, ou melhor dizendo, sem uma ocupação oficial e legal. É comum na bibliografia sobre a região¹¹ a referência a uma terra ocupada por foragidos e contrabandistas.

¹⁰ Optamos para este trabalho manter a grafia original dos documentos históricos nas citações. Por esse motivo, transcrições de tratados e leis aparecerão em seu formato original à época de criação.

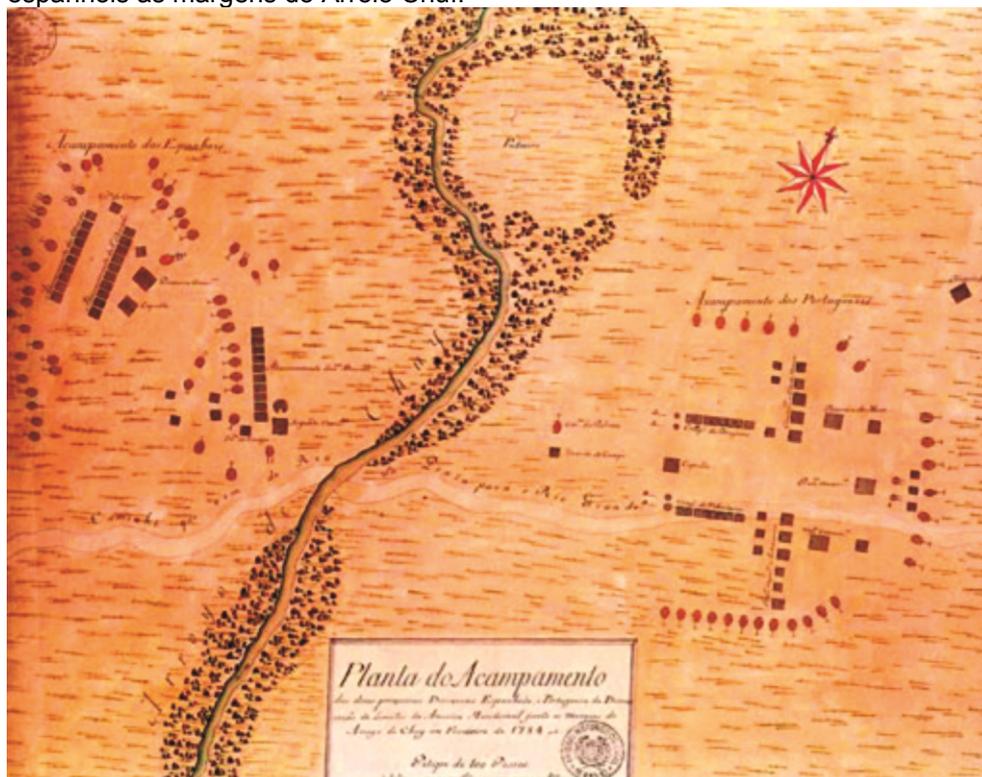
¹¹ Amaral ([197-?]), Azambuja (1978), Mello (1992)

Figura 5 – Mapa atual da região dos antigos Campos Neutrais com demarcação dos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chui



Fonte: Imagem de satélite - LANDSAT 7 ETM/2003 disponível em <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Base cartográfica - GADM/2012 disponível em <http://www.gadm.org/> Informações dos limites dos Campos Neutrais conforme Gutierrez (2001, p.49) e Cardoso (2013). Editada por Rafael Arnoni/2013.

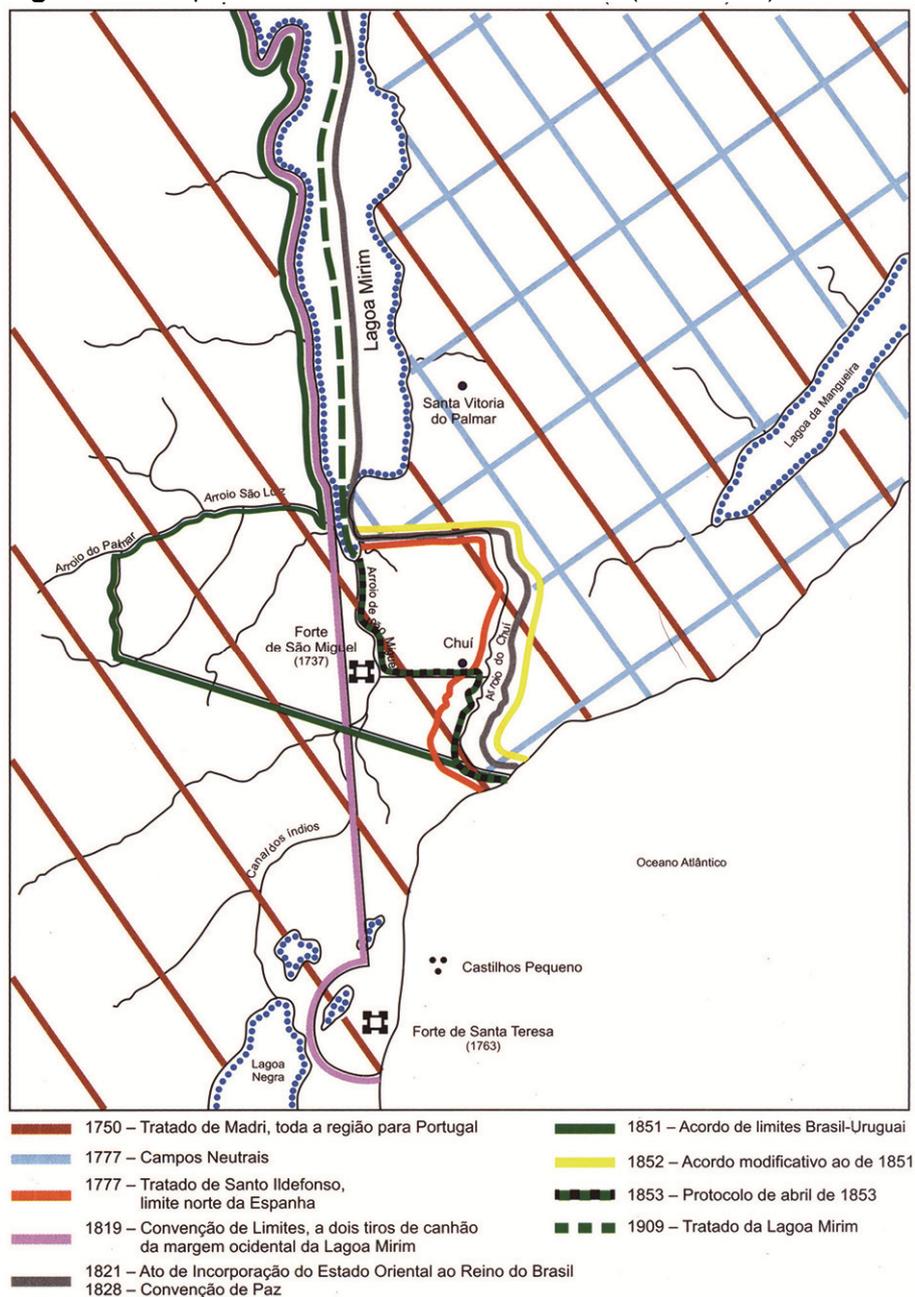
Figura 6 – Mapa apresentado a localização dos demarcadores portugueses e espanhóis às margens do Arroio Chuí.



Planta do acampamento das duas primeiras Divizoens Espanhola e Portuguesa da Demarcação de limites da America Meridional junto as margens do Arroio de Chuy em fevereiro de 1784. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Cartografia Manuscrita do Brasil, 1252. Fonte: Golin, 2011, p. 396.

As guerras napoleônicas e o alinhamento da Espanha com a França rompem novamente a paz entre os reinos ibéricos. Esse rompimento é o motivo para uma nova invasão portuguesa em direção aos Campos Neutrais e às Missões. Segundo Garcia (op. cit.), “o Rio Grande ‘prosperara muito e já existia uma consciência localista’. A guerra de conquista de 1801 foi o resultado de um movimento de intensa participação comunitária, que congregou todas as classes e etnias da Capitania na busca de uma vitória luso-brasileira”. A partir desse momento, os Campos Neutrais passarão definitivamente a ocupar o território luso e posteriormente brasileiro. Normalizada a situação na fronteira, as sesmarias voltam a ser distribuídas entre 1814 e 1818, e os Campos Neutrais, agora distrito do Taim, repovoados (AMARAL, [197-?]). Os limites ainda sofreriam alterações (Figura 7) entre 1819 e 1921, com a conquista da região Cisplatina por D. João VI, entre 1851 e 1953 quando é reconhecida a independência do Uruguai e 1909, no Tratado da Lagoa Mirim.

Figura 7 – Mapa sobre o limite cambiante do Chuí (1750-1909)



Fonte: Garcia, 2010, mapa 12.

A história do município de Santa Vitória do Palmar começa no momento da demarcação do limite internacional entre Brasil e Uruguai, após o processo de sua independência a partir de 1851. O território anteriormente destinado a servir como zona neutra entre Portugal e Espanha torna-se um distrito de Rio Grande, denominado Taim. Através de ato lavrado em 19 de julho de 1849, o Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, Francisco Soares de Andréa, sanciona a lei 176, criando a capela com invocação de Santo Antônio do Palmar de Lemos, no distrito do Taim, Rio Grande. A demarcação do povoado é feita por Andréa,

designado pelo governo brasileiro a realizar a demarcação definitiva dos limites (MELLO, 1992). Atendendo ao pedido do tenente-coronel e comendador Manoel Corrêa Mirapalmete instala o povoado em local denominado Coxilha do Palmar de Lemos, localizado na sesmaria de Antonio de Carvalho Porto, junto ao palmar que tomara o apelido de seu primitivo dono, José de Lemos (MELO, 1992, p. 67). O povoado, criado em 19 de dezembro de 1855, recebe o nome de *Andréa* tendo como padroeira Santa Vitória, santa de devoção da família Andréa.

Em 1858, é criado o segundo distrito do Taim, constituído pela capela de Santa Vitória do Chuí. No mesmo ano, é sancionada a Lei nº 417 elevando a vila à categoria de freguesia, (op. cit., p. 68). A Lei nº 808, de 30 de outubro de 1872, passa a freguesia à vila, emancipando-a do município de Rio Grande (IBGE, 2010b) e criando os lugares de primeiro tabelião e escrivão do público, judicial e notas. Nesse momento, a vila recebe a designação de Santa Vitória do Palmar. A vila de Santa Vitória dará posse a sua primeira Câmara de Vereadores em 1874, pela Lei Provincial nº 945, de 15 de maio (op. cit.). Finalmente, em 24 de dezembro de 1888, a vila é elevada à categoria de cidade.

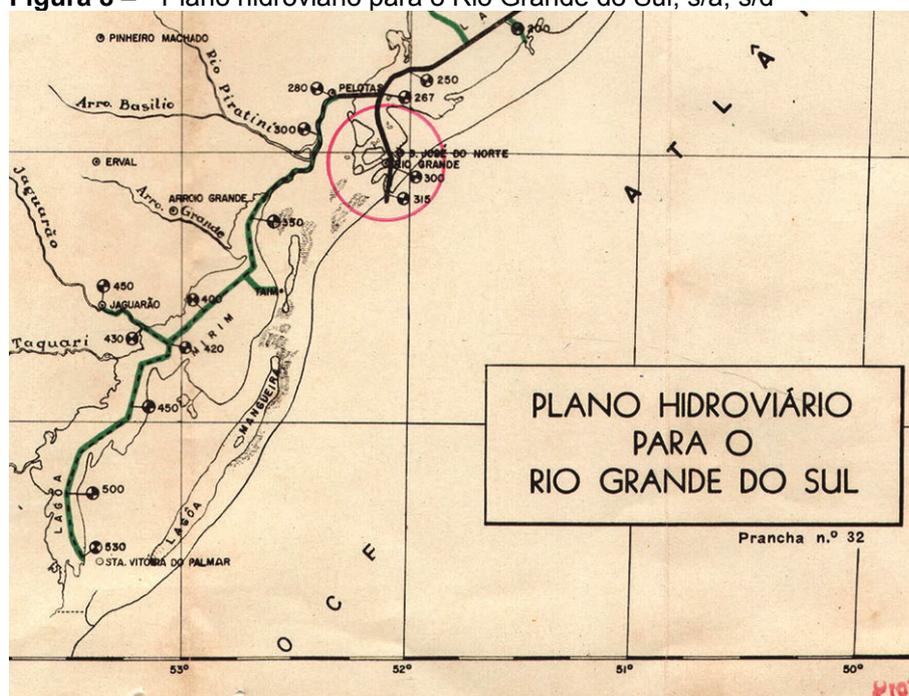
Inicialmente a cidade é constituída administrativamente pela Câmara Municipal, por não existir um poder executivo municipal durante o período imperial. Com a proclamação da República, são constituídas Juntas Republicanas em substituição às Câmaras. Somente em 1891 é constituído o poder executivo, na forma de Intendência Municipal, mesmo momento em que as Juntas são substituídas pelos Conselhos Municipais. Essa configuração irá perdurar até 1930, quando esses órgãos serão renomeados para Prefeitura e Câmara Municipal, respectivamente.

O município (Figura 5) possui uma área de 5.244,379 km² e uma população de 30.900 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. Encravada entre a lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, a região está ligada por rotas fluviais (Figura 8) a toda a bacia da Lagoa dos Patos. O potencial hídrico, apesar de não ser utilizado para o comércio fluvial, é de extrema importância para a produção de arroz. A disponibilidade hídrica oferecida pelas lagoas Mirim e Mangueira, associada à topografia caracterizada pelo relevo praticamente plano, torna o município propício a essa cultura. Da mesma forma, a pecuária beneficia-se do terreno plano e limpo para a criação extensiva de animais. O município caracteriza-se por compartilhar com Rio Grande uma grande extensão de praia com, aproximadamente, 250

quilômetros, iniciando na Barra dos Molhes e terminando na Barra do Chuí.

Santa Vitória do Palmar tem sua economia marcada pela produção agropecuária, basicamente pela criação bovina, ovina e produção de arroz. O município terá da venda de gado para abate em charqueadas e frigoríficos sua principal fonte de renda, associada à produção de lã e carne ovina. Segundo Mello (1992), o município possuía em 1900, 100.000 cabeças de gado bovino e 200.000 de ovinos, chegando a mais de 230.000 de bovinos e 860.000 de ovinos no início da década de 1980 (IBGE, 2010a). A produção de arroz entra como fonte de renda importante para o município a partir de 1955 (AZAMBUJA, 1978, p. 206), disputando com a pecuária o posto de principal produto de exportação do município.

Figura 8 – Plano hidroviário para o Rio Grande do Sul; s/a, s/d



Fonte: IHGRGS, 2009.

Em decorrência da produção e da exportação do arroz, é construída, em 1969, a BR-471, denominada Rodovia Silva Paes, objetivando resolver o problema de escoamento da produção, historicamente comprometida pela passagem do banhado do Taim, ponto intransitável na ligação entre Santa Vitória e o restante do estado. Anteriormente, toda a produção da pecuária era conduzida “a pé” pelas estradas existentes em meio às propriedades, sendo realizada pela beira da lagoa Mirim na faixa correspondente ao banhado.

Realizado esse breve histórico político e econômico dos Campos Neutrais e do município de Santa Vitória do Palmar, consideramos particularmente oportuna a descrição da paisagem, merecendo uma abordagem pormenorizada, pelas características que proporcionaram à região assumir uma posição estratégica em relação à fronteira do país e pelo favorecimento da atividade agropecuária. Por isso, é detalhada a seguir, incluindo e partindo de um olhar estrangeiro, o que, conforme argumentamos na abertura do capítulo, ajudou a construir a identidade do lugar e a definir seu papel na região cultural que integra.

2.2.2 Campos Neutrais visitados por Saint-Hilaire

O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire atravessa a região dos Campos Neutrais em 1820 (Figura 9), descrevendo-a, segundo o olhar de um estrangeiro, com uma visão particular e independente. Ficam registrados em sua narrativa os aspectos que impressionam o viajante e que podem ser descritos como uma marca da região, entre eles o sentimento de amplitude e desolação da paisagem, bem como o isolamento e insegurança vividos pelos habitantes locais.

Saint-Hilaire narra a ocupação dos Campos Neutrais após a segunda ocupação portuguesa da Banda Oriental. Nesta descrição aparecem as primeiras considerações sobre a posse das terras ocupadas.

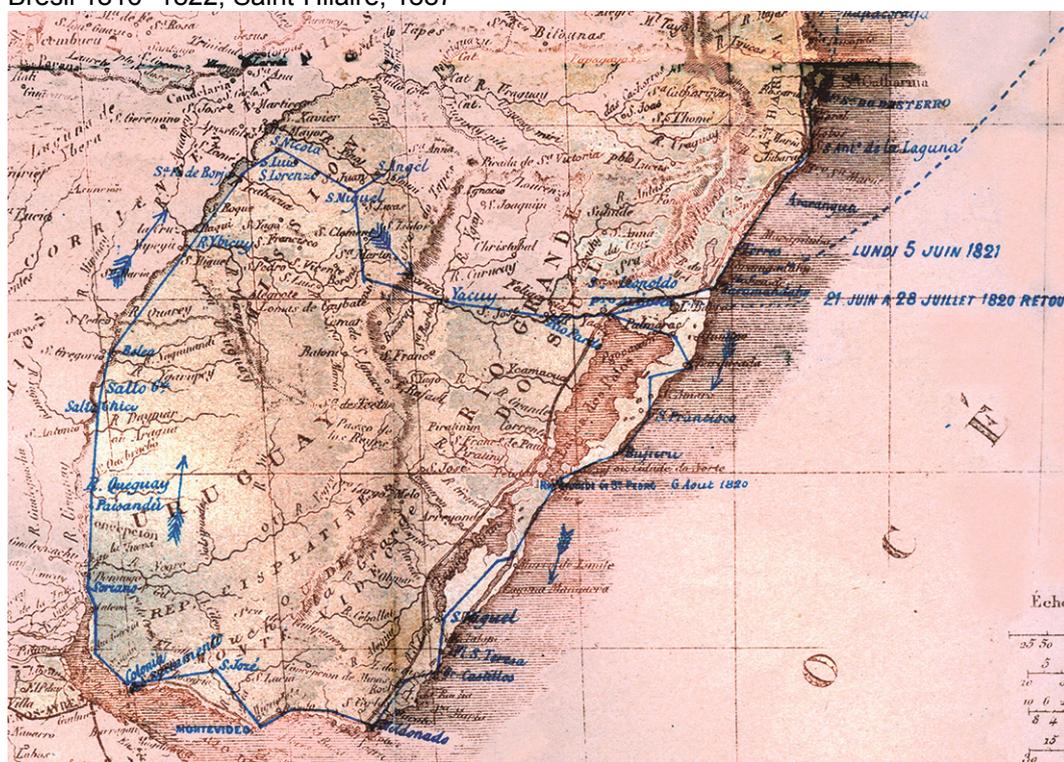
A uma légua de Capilha, encontra-se o lugar chamado Taim, onde estão acampados alguns soldados. Outrora, Taim era o limite das divisões portuguesas. Do outro lado, os campos neutros (campos neutrais), que se estendiam numa extensão de trinta léguas, até a Estância do Xuí, onde começavam as possessões espanholas. Se é verdade o que me disseram, os campos neutrais foram, originariamente, povoados pelos portugueses, que, por força de um tratado, se viram obrigados a abandonar suas possessões. Homens pobres, vendo uma tão grande área de terras sem proprietário, sonharam aí se estabelecer, solicitando, para isso, a posse dela aos comandantes portugueses da fronteira. Esses, para não se comprometerem, recusaram-lhes autorização direta, mas se prontificaram a fechar os olhos a essa violação do tratado, e recomendaram aos agricultores procurarem entendimento com os comandantes espanhóis, que, por dinheiro, consentiam tudo. Assim foram os campos neutrais povoados pela segunda vez, pelos portugueses. Mas hoje, que essas terras são consideradas como parte do domínio português, os primeiros donos se apresentam com títulos legítimos, concedidos pelo rei, e pretendem reaver suas terras, pois os últimos ocupantes ali se estabeleceram fraudulentamente, burlando assim o tratado. Parece que as autoridades estão dispostas a decidir em favor dos mais antigos donos (SAINT HILAIRE, 2002, p. 137).

Essa descrição confirma o que foi relatado anteriormente sobre a forma de conquista e ocupação pelos portugueses que iam cedendo terras com o intuito de

garantir a posse. Entretanto, é possível perceber a sensação de insegurança e abandono por parte de quem ocupa essas terras, associado à instabilidade política e econômica, agravada nesse caso, pelo ambiente natural da região. Seus moradores são confrontados frequentemente, conforme descreverá adiante Saint-Hilaire, com um lugar ermo e distante de tudo, de topografia plana e vegetação rarefeita.

A partir desse primeiro reconhecimento do território, é possível abordar os aspectos da paisagem descritos pelo viajante. Antes, porém, é necessário que se entenda a perspectiva com a qual o narrador abordará esta paisagem.

Figura 9 – Detalhe do mapa Itinéraire des cinq voyages accomplis dans l'intérieur du Brésil 1816- 1822; Saint-Hilaire, 1887



Fonte: IHGRGS, 2010.

Para que se possa avaliar a narrativa de Saint-Hilaire em relação ao ambiente e às pessoas que descreve, abordaremos os conceitos de paisagem e lugar, através da visão geografia humanista¹².

¹² Segundo Maria Geralda de Almeida (1993, p. 41), “nesta nova abordagem os geógrafos se interrogam sobre o corpo do homem, seu espírito, sua percepção do Mundo e seu universo imaginário. Este homem é culturalmente definido pelo seu meio ecológico, sua educação, seu meio social, suas experiências, suas crenças dos modelos que ele aceitou ou escolheu”. Consideramos pertinente essa abordagem por estabelecer uma relação com o espaço a partir de ser humano, incorporando suas experiências ao entendimento, no caso, das paisagens e lugares.

No artigo *Memórias de Viajantes: Paisagens e Lugares de um Novo Mundo*, Werther Holzer (2000) estabelece, de forma semelhante à descrição que se deseja realizar, uma relação entre a narrativa de viajantes do século XVI e a abordagem feita sobre a paisagem encontrada. Faz, dessa forma, uma comparação entre os conceitos de lugar e paisagem que consideramos pertinente a este trabalho. Inicialmente o autor descreve o conceito de lugar, citando Yu-Fu Tuan, e afirmando:

[...] Segundo ele, o lugar encarna as experiências e as aspirações pessoais, é uma realidade que deve ser compreendida da perspectiva dos que lhe dão significado. **O lugar é definido como um conjunto complexo, enraizado no passado e incrementando-se com a passagem do tempo, com o acúmulo de experiências e de sentimentos. Seria a experiência primitiva do espaço experimentada a partir do corpo.** Tempo e espaço relacionam-se com a distância: são estruturados e orientados pela intencionalidade humana. O tempo, inseparável da atividade locomotora, está implícito nos lugares, a partir das idéias (sic) de movimento, esforço, liberdade, objetivo e acessibilidade (op. cit., p. 113, grifo nosso).

Através de Holzer, pode-se concluir que ao lugar é imprescindível à passagem do tempo e à consciência do ser em relação ao espaço e tempo que ocupa, para que ali se constituam suas memórias, possibilitando a esse indivíduo o reconhecimento e o sentimento de pertencimento a partir do passado experimentado.

Essa não seria certamente a forma mais adequada de enquadrar Saint-Hilaire e sua narrativa, por não possuir o fator da permanência no local, fundamental para a descrição de um lugar. Sua perspectiva será mais bem enquadrada no conceito de paisagem, descrita novamente por Holzer (2000), nesse momento citando Carl Sauer:

[...] O autor compreendia a paisagem como o processo físico e cultural de formatação da Terra. Formatação gerada pelo “fatos do lugar”, e pela análise da constituição, limites e relações genéricas entre paisagens. Sauer (1983) define a paisagem como um conceito maior que o todo visível de seus constituintes. Suas qualidades físicas seriam determinadas a partir de suas características de habitat presente ou potencial. Deste modo, a cultura seria o agente, a área natural o meio, a paisagem o resultado. A definição de paisagem que considero apropriada é a seguinte: **A paisagem é uma marca, porque ela exprime uma civilização;** mas também é uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação, isso é, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (op. cit., p. 114, grifo nosso).

Completando a descrição e reforçando o que foi descrito em relação ao posicionamento dos viajantes, frente a seu objeto de descrição e análise, Holzer (op. cit.) afirma:

O lugar, portanto, implica em (sic) uma pausa no deslocamento, em um acúmulo de experiências e no aparecimento de expectativas e de aspirações em relação ao sítio, dando-lhe o significado especial de “lugar”. Segundo esta definição, a relação do viajante com o sítio é intermitente. O acúmulo de experiências ao longo do tempo é pequeno. Os viajantes que estudo aqui podem ser relacionados com os turistas do século XX: sua relação com o sítio é superficial, seus contatos com as pessoas são rápidos e descontínuos.

[...]Neste sentido, para os viajantes não existem lugares, não existe a segurança do conhecimento nem a certeza do tipo de decisão a ser tomada.

Pode-se dizer que para os primeiros viajantes europeus não existe a memória dos lugares, a não ser a dos lugares dos outros. Assim, como veremos, eles só transmitiam a memória das paisagens (op. cit., p. 118-119, grifo nosso).

Temos, dessa forma, o posicionamento de Saint-Hilaire frente a seu objeto, na condição de um viajante que irá observar o local em que transita como uma paisagem, muitas vezes associando-a com suas referências habituais da França. Através desse filtro, serão abordados o ambiente e a vida dos moradores da região.

Uma das características mais recorrentes na narrativa do viajante é a descrição do ambiente. Como naturalista, suas viagens eram focadas no estudo da flora e da fauna dos locais por onde passava. Entretanto, é perceptível a recorrência no relato da planície, apontando a topografia plana, a ausência de vegetação de grande porte e a vastidão do espaço. A repetição em seu relato acaba tornando-se, mesmo que sem intenção, uma forma de transmitir ao leitor o mesmo sentimento de monotonia e isolamento que marcou o viajante.

No início da viagem, ao sair do Rio Grande com destino ao sul, o autor ainda descreve um local plenamente ocupado pela produção agrícola e pecuária.

O terreno que hoje percorri, mais chato que nossas planícies de Beauce, não oferece a mínima ondulação; durante alguns instantes, atravessamos areais, mas, em seguida, caminhamos, sempre sobre um relvado muito raso; contudo, principalmente à direita, percebíamos ao longe extensos areais.

Apesar da igualdade do terreno, o aspecto do campo, onde pastam grande número de cavalos e bois, nada tem de monótono. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 132).

Entretanto, à medida que adentra a península entre a Lagoa Mirim e o oceano, sua descrição passa, além de reforçar o terreno plano, a descrever paisagens cada vez menos ocupadas.

Num espaço de cerca de duas léguas após a Estância do Velho Terras até Capilha, o terreno é absolutamente semelhante ao que atravessei nos dias precedentes; é, também, plano e coberto de um relvado muito raso, onde florescem, ainda, as mesmas plantas que indiquei no diário de 20 (op. cit., p. 136).

As pastagens que atravessei hoje são mais crescidas que as dos dias precedentes, porque o gado não é aqui tão numeroso. A erva nova só começa a despontar no meio dos tufos dessecados. O terreno sempre plano.

Da casa em que pernoitei até aqui não vi nenhuma estância, além do Curral Alto (op. cit., p. 139).

Em determinado momento Saint-Hilaire completa sua descrição do ambiente, agregando suas impressões e sensações pessoais em relação às condições da viagem. Permite-se realizar comparações com paisagens familiares, refletir sobre suas semelhanças, sendo possível perceber a ótica com que observa e narra a viagem.

Depois que deixei o Rio Grande, não cessou de soprar um vento cortante e muito forte; hoje, sobretudo, o tempo está desagradável, e o panorama dos campos mostra-se em harmonia com a tristeza do tempo.

Um verdadeiro dia de inverno. Nos campos, sempre planos, a erva, de coloração parda, ainda está inteiramente seca; os próprios gramados ainda estão amarelados; as árvores, sem folhas, nem ao menos começaram a brotar, e quase nenhuma flor eu vi (SAINT HILAIRE, 2002, p. 141).

[...]É de notar que, atualmente, os campos estão secos, como em França daqui a um mês, aproximadamente. Mas aqui veremos, dentro de algumas semanas, os campos se cobrirem de nova verdura, ao passo que em França isso só acontecerá com a chegada do inverno. Assim o outono e a primavera da vida se parecem: ambos oferecem os mesmos sinais de fraqueza; esta é embelezada pela esperança, e o outro não inspira se não temores (op. cit., p. 143).

Até sua chegada ao Forte de São Miguel, junto ao Arroio Chuí, sua narrativa seguirá reforçando as características recorrentes da região por onde passa. Sua descrição somente se modificará ao chegar ao Cerro onde está situado o forte.

Este lugar oferece a mais linda paisagem que tenho visto desde o Rio Grande. Até agora atravessamos planícies sempre uniformes, sem a mais leve ondulação do terreno, e unicamente animadas pela presença do gado que nela pasta. Aqui um rio serpenteia por entre verdejantes pastagens. À margem direita, encontram-se algumas choupanas. À esquerda, um vasto gramado; além se vê a serra, que não é mais elevada que uma colina comum (op. cit., p. 149).

O ambiente torna-se, como se percebe pela narrativa, um elemento a reforçar a sensação de isolamento e abandono, agregando um horizonte aberto em que se tem a sensação de estar distante de tudo.

Bastante descritivo em relação ao ambiente, Saint-Hilaire será mais analítico em relação às suas observações sobre os habitantes e costumes locais. Será possível, novamente, perceber a comparação que o autor faz dos habitantes com suas referências pessoais. Dentre os aspectos apontados na narrativa, um dos que mais impressiona, pela recorrência, é a descrição da receptividade destinada a ele

pelos moradores. Essa receptividade parece estar diretamente vinculada ao isolamento em que vivem essas pessoas, associada à vontade de agradar um estrangeiro referendado pelo governo¹³ imperial em busca de possíveis favores.

Assim, pode-se afirmar que o ambiente e situação política da época acabam por formar ou forçar a criação de uma identidade aos habitantes da região, provavelmente não explícita, mas perfeitamente detectável para quem observa de fora. Sigamos a narrativa de Saint-Hilaire, retomando sua partida do Rio Grande até a chegada a São Miguel, destacando trechos que abordam essa hospitalidade.

Meu hospedeiro é um bom velho, cuja hospitalidade é notória na região. Ofereceu-me uma excelente ceia, serviu-me pão e vinho, e mandou preparar-me um bom leito (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 134).

Logo que saí da Estância de Caioá, um dos negros da carroça me informou que estavam carneando uma vaca, e ofereceu-me um pedaço dela; deu-me, muito gentilmente, uma enorme porção, sem aceitar recompensa em dinheiro; mas devo este favor, creio, ao fato de saber que mantenho estreitas relações com o conde, de quem espera receber algum obséquio (op. cit., p. 135).

É impossível ser melhor que José Bernardes; teve para comigo pequenos cuidados, sem que se tornasse importuno; deu-me duas galinhas, pão e farelo para meus cavalos, sem aceitar qualquer retribuição. Comprei, em Rio Grande, algumas quinquilharias para fazer presentes; mas, se continuo a receber tanta hospitalidade, em breve nada mais me restará (op. cit., p. 141).

O viajante narra, no trecho a seguir, a receptividade já descrita, a relação entre o governo oficial e os habitantes da região, além de um admirado elogio à beleza das mulheres do local.

Quando cheguei, só me arranjaram duas juntas, e o proprietário se escusou por não ser possível me atender melhor, porque as tropas que acabavam de deixar Santa Teresa levaram-lhes as demais. Prontifiquei-me a pagar-lhe o que pedisse pelas duas juntas, mas nada aceitou, obrigando-me, até, a tomar duas xícaras de café. Esse homem, como muitos outros, aliás, lamenta-se muito dos vexames que lhes causam os militares, os quais, usando de violência, se apoderam dos cavalos dos estancieiros, para, em seguida, vendê-los; outras vezes, também, apropriam-se de vacas, nos campos, matam-nas, para comerem um par de libra de carne, abandonando o resto.

A estância em que fiquei não passa de uma desprezível choupana, sem mobiliário, cercada de algumas senzalas. Logo que entrei, a dona da casa se ocupava em coser, acocorada sobre tábuas, colocadas em cima de pedras e cobertas por uma pele de carneiro. Estava bem apresentável e, ainda que tímida, respondeu às perguntas que lhe formulei.

¹³ Saint-Hilaire relata em muitos momentos ter recebido o posto de coronel. Durante toda sua viagem pela região é acompanhado por soldados que fazem sua escolta e atendem a suas necessidades.

Todas as mulheres que tenho visto do Rio Grande a esta parte são bonitas. De olhos e cabelos negros e, ao mesmo tempo, muito brancas. Superam, certamente, as francesas pela beleza da tez corada. Manifestei ao meu hospedeiro o desejo de adquirir carne. Imediatamente, saiu à procura de uma vaca nos campos e abateu-a; deixou meu soldado escolher os pedaços melhores, sem olhar quais eram, recusando-se a falar em pagamento; contudo asseguraram-me que esse homem não é rico, o que, aliás, se comprova pela sua moradia e seu traje (op. cit., p. 139).

Percebe-se por esse trecho, a condição de submissão e insegurança que reinava na região. A presença de militares é geralmente associada a abusos de poder, seja por parte dos soldados de passagem por ali, seja por parte dos comandantes estabelecidos nos centros de poder. A presença de Saint-Hilaire, com um posto de coronel, cria de certa maneira receio aos habitantes, da mesma forma que nutre a esperança de que, agradando ao viajante, sejam obtidos favores junto aos comandantes da região. A relação com o governo e os militares é descrita a seguir:

José Bernardes é filho de um velho contrabandista, que serviu de guia ao General Lecor, do Rio Grande a Montevideú, e que traçou o itinerário para minha viagem. Esse homem foi um dos primeiros a se estabelecer nesses campos, após o tratado que os declarava neutros.

Logo que os portugueses se tornaram senhores absolutos da região, seu filho, José Bernardes, reclamou do Marquês de Alegrete a terra que este ocupava e que nunca tinha sido doada a ninguém: seu protesto despertou no secretário particular do marquês a idéia de apossar-se desse terreno, e o pobre José Bernardes viu-se, em breve, obrigado a abandonar sua casa.

“Após o dia em que perdi minha mãe”, dizia-me ele, “não houve para mim outro mais triste que aquele em que deixei a choupana em que nasci” (SAINT HILAIRE, 2002, p. 141).

Como não havia bois na estância do Curral Grande, mandei um de meus soldados procurá-los a uma estância vizinha. Pouco depois voltou, dizendo-me que o proprietário da estância estava pronto a me emprestar algumas juntas até o Xuí, mas sob a condição de lhe dar um atestado, declarando tê-lo requisitado. Aceitei a proposta; o homem trouxe-me os bois e, inutilmente, ofereci-lhe uma recompensa. Tal generosidade não é, contudo, muito meritória, porque, no momento, os bois e carroças da região são constantemente requisitados para conduzir ao Rio Grande a bagagem das tropas que estão em Santa Teresa, e o estancieiro com quem acabava de falar, emprestando-me os bois, livra-se de um prejuízo maior (op. cit., p. 145).

Ângelo Núñez era, antes da guerra, o proprietário mais rico da região, mas tendo sido igualmente maltratado por espanhóis e portugueses, está atualmente quase arruinado.

[...] Uma das maiores injustiças que cometeram os portugueses, nessa guerra, foi a de terem considerado como crime de rebelião a resistência dos espanhóis. Os portugueses não agiam como aliados do rei de Espanha; apossavam-se por conta própria do território de seus vizinhos e, conseqüentemente, era muito natural que estes se defendessem. Podiam ser tratados como inimigos, mas como rebeldes nunca. De qualquer sorte, o Conde de Figueira veio ainda agravar a situação do infeliz Ângelo Núñez

apoderando-se, em nome do rei, do terreno onde estava situada a estância do espanhol (op. cit., p. 151).

Em Xuí havia eu mandado carnear uma vaca para meus criados, porém minha hospedeira não me deixou pagá-la, e ainda me obrigou a aceitar o cavalo que me havia emprestado para ir a São Miguel. Atribuo tal excesso de cortesia aos pequenos serviços que prestei ao Sr. Delmont, à idéia (sic) que fazem de minha importância e ao desejo de pedirem que me empenhe com o General Lecor para conseguir a baixa de um irmão que está na fronteira. Apesar da opinião geral ser esta, não creio que devo unicamente atribuir à presença de meus soldados e ao posto de coronel tantas facilidades a mim prestadas desde o Rio Grande e a hospitalidade de que tenho sido objeto. Em toda a parte é costume dar alimento e emprestar cavalos aos viajantes (op. cit., p. 155).

Da mesma forma que descreve a receptividade, o autor relata características e fatos da região associadas, na maioria das vezes, às carências enfrentadas em virtude da distância aos locais com maior disponibilidade de bens e serviços. Por força de suas observações, julga ser necessária a criação de um povoado que proporcione melhores condições de vida a seus habitantes.

O bom Silvério quis fazer-me almoçar esta manhã, e esta refeição, como a de ontem à tarde, era só composta de carnes. Nesta região ninguém come outra coisa. Carne assada, carne cozida, carne em guisado ou cortada em pequenos pedaços; sempre carne e, quase sempre, de vaca ou de boi (SAINT HILAIRE, 2002, p. 134).

Conversando com o homem de que acabo de falar, soube que em São Miguel, em Santa Teresa e seus arredores havia um grande número de estancieiros completamente jejunos em religião; que muita gente jamais se confessou, e até se encontra mesmo quem, na idade de quinze ou dezesseis anos, jamais assistiu missa; o que não é muito de admirar, pois que, entre a fronteira e Rio Grande, somente se reza missa em Capilha, onde passei hoje (op. cit., p. 136).

A estância de José Bernardes compõe-se, como todas as outras, da casa do dono e algumas casas de negros e de uma cozinha que forma uma choupana à parte, segundo o costume de quase todo o Brasil. A casa do estancieiro é coberta de palhas como as que vi depois da estância do Silvério: baixa como todas as outras, e construída também de pau-a-pique, construção esta usada em toda a região. Constituem o interior da casa duas peças: a sala e o quarto do proprietário, sendo este separado daquela apenas por uma cortina. [...] Perguntei a José Bernardes onde ele se abastecia de lenha e madeira, tendo respondido que acabara de comprar os destroços de um iate, há pouco tempo, naufragado em Capilha, mas que, ordinariamente, ele e seus vizinhos iam procurar lenha à margem do arroio d'El-Rei, a dois dias daqui, por viagem de carroça (op. cit., p. 140).

Os agricultores dos arredores daqui estão muito distantes de Capilha, para recorrerem ao capelão que aí reside e, por conseguinte, se torna necessário construir outra igreja na península, se não se quiser ver grande parte da população perder toda a noção de religião e moral. É igualmente bom por que, sem precisar do Rio Grande, podem sortir-se de mercadorias que lhe são necessárias, e encontrar alguns trabalhadores na vizinhança. [...] Numa região onde há bastante dinheiro, é preciso, a bem do comércio, proporcionar aos habitantes o meio de gastá-lo.

[...] Os moradores da vizinhança dizem que esta região não é bastante povoada para que a aldeia possa constituir-se dentro de poucos anos, e acrescentam que as pessoas que já procuraram terras para aí construir suas casas, sendo extremamente pobres, só podem, realmente, ter intenção de revendê-las. Entretanto, estou convencido de que, se for construída uma igreja nesse lugar e se trouxerem um padre, os estancieiros dos arredores aí construirão, em breve, habitações, para poderem passar os domingos e os dias de festa e, portanto, aí, se estabelecerão, dentro de pouco tempo, tavernas e, em seguida, operários e mercadores (op. cit., p. 152).

Os trechos selecionados evidenciam as dificuldades enfrentadas, tanto para obtenção de produtos para subsistência, quanto de oportunidades de acesso à cultura e lazer, demonstradas pela ausência de comércio, festas ou cerimoniais religiosos, somando-se à já descrita negligência do governo e ao ambiente árido. Contudo, é oportuno salientar que o isolamento e o abandono, identificados pelo viajante, parecem ter também um papel importante para constituir a hospitalidade na região, afinal, o espírito de disputa acirrada muito bem poderia empalidecer essas manifestações. Mesmo considerando que os habitantes tivessem seus interesses para demonstrar sua generosidade, Saint-Hilaire deixa claro que esta parece ser, realmente, uma marca da região.

2.2.3 A paisagem dos Campos Neutrais dos dias de hoje

A partir das impressões registradas por Saint-Hilaire, é possível formar uma visão da paisagem da região à época de sua passagem, que pode ser descrita como uma marca, por expressar de maneira muito contundente as características da região, e como matriz por servir como um elemento que influencia diretamente nas relações dos indivíduos com o meio.

Atualizando a descrição, podemos resgatar, ainda, suas impressões descritas há quase duzentos anos. Para efeito de comparação, consideramos que a grande diferença do viajante francês para o viajante atual se dê em virtude da velocidade com que se realiza o trajeto e se percebe a paisagem.

A forma de apreensão da paisagem do naturalista se dá gradualmente. A ele é possível rever ou reafirmar suas visões por uma viagem que dura alguns dias. Há também a interação com os habitantes locais, o que permite conhecer mais profundamente seus hábitos, carências e costumes. Os pontos de parada são marcos importantes em sua descrição. São os lugares onde dorme, almoça e interage com os habitantes.

Para o viajante atual, que realiza o trajeto de carro ou de ônibus, em aproximadamente de 3 horas, praticamente não existem pontos de referências. A paisagem, em geral, apresenta de forma continuada a intercalação de pastagens, plantações de arroz, sedes e vilas de granjas¹⁴ (Figuras 11 e 12), tornando o que seriam pontos em uma repetição homogeneizada pela similaridade. Os pontos que serviriam como marcos referenciais (Figura 15) – postos de gasolina e lancherias – são cada vez em menor número e mais dispensáveis devido à autonomia da viagem. Não há para esses viajantes a possibilidade da troca com os habitantes locais. A única leitura possível se faz a partir das imagens que passam rapidamente.

O observador atual é aquele viajante que, como Saint-Hilaire, passa ou atravessa a região com o objetivo de alcançar um ponto determinado. Saint-Hilaire objetivada chegar a Montevidéu, tendo como ponto intermediário Santa Teresa. O viajante atual pretende chegar ao Uruguai, alcançando o Chuí, Santa Teresa, Punta del Este ou Montevidéu, geralmente com o objetivo de fazer compras nos *Free Shops*, acampar ou veranejar. Para ambos, essa estrada é somente uma passagem, sem muita expectativa sobre o que irá encontrar no meio do caminho.

Preenchendo os espaços entre esses lugares, encontram-se campos de pastagem de gado ou plantações de arroz (Figuras 10, 12 e 16). A paisagem plana a perder de vista, ao longe marcada por matos, reforça a impressão de ausência ou de uma distância que muito falta para ser vencida. Imagem reforçada pela continuada retidão da estrada (Figura 13), que se perde ao horizonte sem dar pistas ou expectativas de que algo irá mudar em breve.

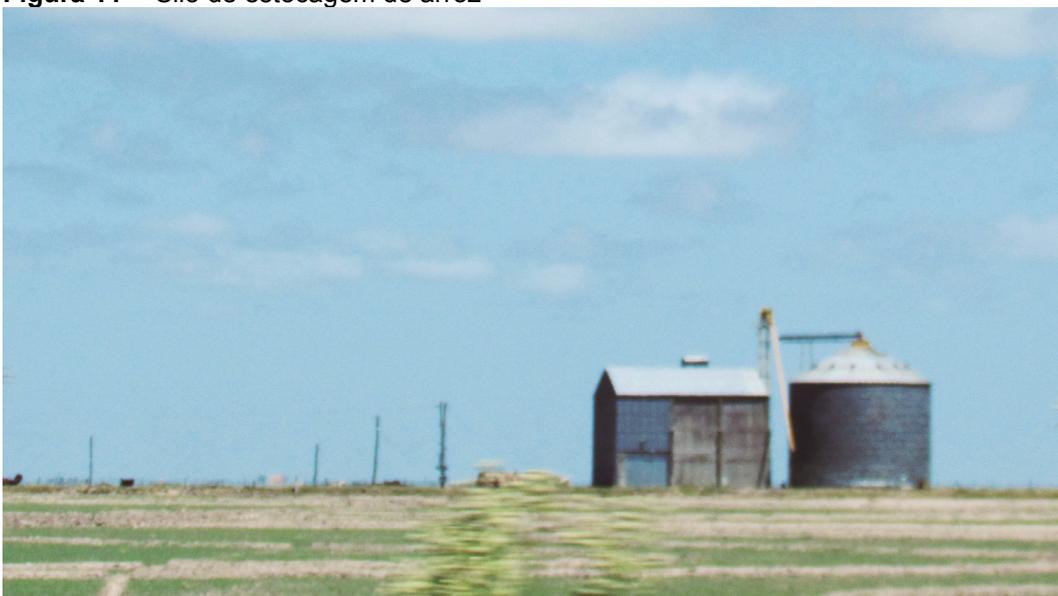
¹⁴ Segundo o dicionário Aulete (2012), granja é a “propriedade rural destinada à exploração da indústria agrícola em pequena escala, esp. aves para abate ou postura de ovos”. Entretanto, no Rio Grande do Sul, especialmente no extremo sul, granja corresponde a uma propriedade rural de grandes dimensões, destinada, principalmente, à produção agrícola.

Figura 10 – Campos destinados à plantação de arroz e pecuária



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 11 – Silo de estocagem de arroz



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 12 – Conjunto de casas pertencentes a uma granja



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 13 – BR-471, em direção à fronteira.



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

A viagem e a paisagem podem ser divididas em dois momentos, separados pelo banhado do Taim¹⁵ (Figura 14), uma grande barreira natural já existente no tempo de Saint-Hilaire. Antes dele, observa-se a paisagem mais povoada,

¹⁵ Atual Reserva Ecológica do Taim, cortada pela BR-471 em um trajeto de quinze quilômetros.

preenchida com granjas e vilas, onde a estrada apresenta mais curvas e desvios. O banhado faz a transição de um meio para outro, tanto por representar uma paisagem distinta da anterior como por obrigar o viajante a reduzir a velocidade, possibilitando uma apreensão mais atenta do ambiente. É o momento em que a ideia de amplidão se faz mais presente.

Após o Taim, a visão de naturalista francês é ainda mais presente. Como já dito, a paisagem plana, a grande extensão de campos de criação e de plantação de arroz domina a paisagem, entrecortada por um número cada vez menor de sedes de granjas, em que por um longo trecho de 70 quilômetros a estrada não apresenta curvas. A ideia de longes se faz presente.

A viagem termina (Figura 17) com a passagem pela entrada da cidade de Santa Vitória do Palmar ou com a chegada ao Chuí, ponto de destino ou de transição, onde se farão os trâmites para a entrada no Uruguai. A partir desse ponto, a paisagem mudará substancialmente, sendo marcada por serras com afloramentos de pedras, praias e matos de palmas.

Figura 14 – Banhado do Taim



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 15 – Escola rural abandonada



Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 16 – Campo destinado à pecuária



Ao longe, habitações isoladas e vegetação rarefeita. Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

Figura 17 – Marco de entrada da Fazenda Botafogo.



A “vaca” representa aos conhecedores o fim da viagem. Fonte: Acervo do autor. Foto: Karen Melo da Silva.

2.3 A cultura da marcação do gado

O gado chega à América inicialmente por meio dos espanhóis, na região do altiplano andino, onde os colonizadores se estabelecem com o intuito de extração e comércio de metais preciosos. O gado xucro existente nessa região, segundo Reichel (2006), era originário de Potosí e de Assunção, capital do Paraguai, e se cria na região mesopotâmica e pampiana da Argentina, tendo destaque a produção nas localidades de Santa Fé e Buenos Aires (Figura 18).

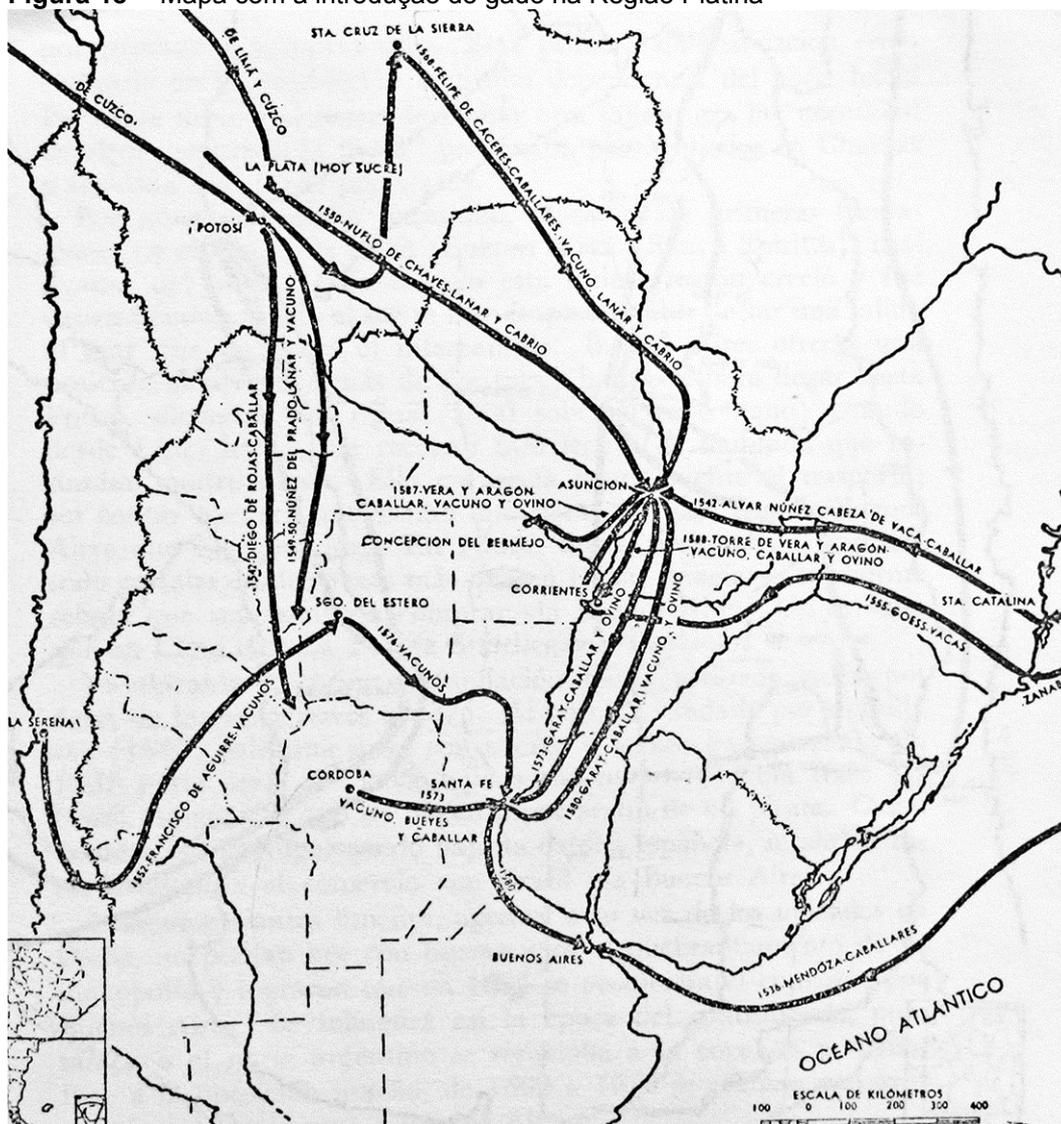
Quem introduz o gado na região de Entre Ríos, na Argentina e no Rio da Prata é Hernandarias de Saavedra, com tropas trazidas do Paraguai, fundando a *Estancia de la Cruz*, origem da cidade de Santa Fé. Por parte dos portugueses, o gado é introduzido na América a partir de 1534, em São Vicente, por Martim Afonso de Souza, dispersando-se posteriormente para o restante da colônia.

No território oriental do Rio da Prata e do Rio Uruguai também foi Hernandarias, em 1611, que introduziu o gado, além dos jesuítas que fundaram, em 1626, a redução de Tape. Giberti (1954, p.20) menciona que o clima favorável e a aptidão dos pastos naturais facilitaram a multiplicação do gado, o que implicou a expansão do rebanho, sendo este um dos fatores da abundância de gado na região, do qual se aproveitaram os espanhóis e portugueses que disputavam os limites da sua área de domínio. Essa expressividade era de tal monta que se realizavam práticas de incursões aos campos, as chamadas arreadas ou *vaquerías*, para

arrebanhar o gado que pastava livremente:

El procedimiento resulta peculiar: se reunía un grupo de hombres, muy buenos jinetes, con abundante número de perros; salían todos a la campaña y al toparse con vacunos cimarrones los rodeaban ayudados por los perros; corriendo tras ellos los herían en el garrón con un instrumento especial, el desjarretadero, compuesto de una filosa media luna atada al extremo de una caña. [...] Terminada esta etapa volvían los jinetes sobre sus pasos y mataban las reses, sacándoles cuero, sebo y lengua; el resto quedaba sin aprovechar, para alimento de fieras y perros salvajes que pululaban por la campaña (op.cit., p.26).

Figura 18 – Mapa com a introdução do gado na Região Platina



Fonte: GIBERTI, 1954, p. 19.

A prática de caçar o gado só era possível graças a um momento previamente existente, que consistia em largar o gado, em locais estratégicos, para que ali se proliferasse. Esses locais também eram conhecidos como vacarias, e sua existência não foi casual. Ao contrário, era intencional e estava relacionada a uma

estratégia pensada para permitir que o rebanho crescesse. As vacarias mais conhecidas da banda oriental do Rio Uruguai eram as Vacarias do Mar, que abrangia uma região atualmente compreendida pelo Uruguai, sul e sudoeste do rio Grande do Sul e a Vacaria dos Pinhais, localizada ao norte deste, na região hoje conhecida como Campos de Cima da Serra (Figura 3).

As terras do Rio Grande do Sul, inicialmente pouco valorizadas pelos colonizadores, tornam-se interessante para Portugal quando, ao final do século XVII, a produção açucareira no nordeste desvaloriza-se. Pesavento (1985) descreve este momento:

A decadência do açúcar foi compensada pela descoberta das minas na zona das Gerais. Interiorizou-se o polo econômico de atração da colônia portuguesa. A mineração, atividade altamente especializada, concentrando densas massas populacionais, com grande poder aquisitivo e localizadas à distância do litoral, fez com que surgisse um mercado interno no Brasil. É neste momento que assumiram relevância os rebanhos de gado do sul do país, conectando-se o Rio Grande do Sul à zona das Gerais, como economia subsidiária da economia central de exportação (op.cit., p.13).

Como já dissemos, a criação do gado representou um dos grandes fatores de interesse para ambas as coroas e a consequente instalação de estâncias na região. A atividade, que inicialmente atraía tropeiros que buscavam recursos para alimentar o centro do país, aos poucos foi crescendo em importância em função do comércio do couro, do sebo, da graxa e, posteriormente, da carne. Dessa forma, a pecuária auxiliou a definir o que autores como Pesavento (1985.) e Santos (C., 2006) entendem como sendo a função de economia subsidiária do Rio Grande, associada ao fornecimento de alimentos para as demais regiões do país por, praticamente, toda a sua história. Müller (1998) destaca que

foi precisamente o ouro de Minas Gerais que provocou a valorização por parte do governo português das terras do Rio Grande. A produção do minério, mais tarde de diamantes e outras pedras preciosas, exigia um abastecimento contínuo não só de carne, mas também de animais para transporte e montaria, além de couro, chifres e sebo para produção de vestimentas, utensílios, velas, etc. Os rebanhos bovinos, muares e equinos das missões e os animais xucros existentes nos campos do sul tornaram-se, assim, valiosos (op. cit., p. 15).

Em consonância com a descida de tropeiros para as arreadas, o governo português se interessava em ocupar o território entre Laguna e Colônia do Sacramento, com o intuito de garantir a propriedade contínua do território entre as duas localidades. Para isso

ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. A Coroa distribuía terras aos tropeiros que se sedentarizavam ou aos militares que deram baixa e se afazendaram (PESAVENTO, 1985, p.15).

Essa ocupação, segundo Espírito Santo (2006),

[...] visava, na perspectiva do *uti possedetis*, implementar as condições para assegurar a Portugal as Campanhas do Sul.” [...] A consagração do esforço lusitano para se assenhorar pelo menos de parte da área da região platina que hoje constitui o Rio Grande do Sul e configurar, definitivamente, o Brasil deu-se com o Tratado de Madri, de 1750, no qual as teses de extração ilustrada, radicadas no direito natural moderno, foram acolhidas (op. cit. p. 35)¹⁶.

Pesavento (1985) também destaca que a valorização dos campos do sul foi bem recebida pelos tropeiros que haviam sido bem sucedidos nos negócios do gado e viram a possibilidade de aumentar seus lucros investindo na criação. Giberti (1954), ao relatar a história econômica do gado na Argentina, esclarece que o processo de apropriação da terra marchava em paralelo ao do gado, observação que parece corresponder muito fidedignamente ao que acontecia na banda Oriental do Rio Uruguai.

Após o estabelecimento das estâncias, a produção pecuária recebe um grande desenvolvimento associado à indústria, inicialmente saladeira e, posteriormente, frigorífica. Essa economia terá seu apogeu no final do século XVIII e século XIX, quando o charque torna-se o principal produto de exportação. No Rio Grande do Sul, mesmo com momentos de crise, principalmente por motivo de disputas com o charque platino, o produto se manterá em destaque na economia até o começo do século XX, quando será substituído pela carne frigorificada. Nesse mesmo período, a pecuária dará espaço a outras matrizes econômicas, em especial à expansão da cultura do arroz e à industrialização do Estado. Atualmente o setor agropecuário perdeu espaço em sua representatividade como atividade econômica, representando apenas 10% do Valor Adicionado Bruto¹⁷ gaúcho (FEE, 2011, p. 7).

¹⁶ Espírito Santo (op. cit.) e Garcia (2010) explicitam, em seus trabalhos, a transição no pensamento político português que, a partir do século XVIII, abandona o direito natural católico, base jurídica na qual foi instituído o Tratado de Tordesilhas, em detrimento de um direito natural moderno, com bases iluministas, do qual derivariam os novos tratados de Utrecht (1713), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Deste direito natural moderno emerge o conceito de *uti possedetis*, pelo qual a posse do território em disputa seria de quem o estivesse utilizando.

¹⁷ Segundo Faria (1983), no Valor Adicionado Bruto, “o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas”.

Contudo, um aspecto relevante de ser apontado é que, assim que foram estabelecidas as estâncias, ficou instituído um padrão de unidade produtiva pecuária que perdura aos dias atuais, embora tenham ocorrido várias alterações. Essas mudanças são de diversas ordens e abarcam aspectos relacionados: à estrutura fundiária, que é gradativamente particionada; ao cercamento dos campos, instrumento demarcatório importante para auxiliar a identificação da propriedade das terras e do gado; às técnicas de produção, vinculadas ao advento de instruções sanitárias e normativas, relacionadas tanto à saúde dos rebanhos quanto dos consumidores; e, por fim, mas também importante, às alterações nas relações de trabalho e renda, com o desenvolvimento das leis trabalhistas e do surgimento de acordos vinculados à exploração da propriedade, com os arrendatários e outras figuras criando contornos mais complexos de exploração da terra.

Embora sucinta, essa incursão sobre a introdução e desenvolvimento da criação de gado na região de estudo, pretende demonstrar a contribuição da prática à constituição do espírito da gente de fronteira, nos Campos Neutrais. A cultura da marcação está, conforme queremos expressar, extremamente colada à constituição da identidade do lugar e das pessoas.

Segundo relatam os viajantes, de ontem e dos dias atuais, a paisagem tem também um papel determinante para essa constituição. Não apenas por ser favorável ao modelo de produção instituído e por ter sido o palco da trajetória deambulante dos limites territoriais, mas por expressar, na prática, o significado metafórico de fronteira, ali marcada pela planície pouco povoada, pelos campos verdes das pastagens e arrozais, pela presença constante da linha do horizonte a perder de vista, pelas adversidades e rigor do clima, com a dominância de sol no verão, e a dominância dos ventos no inverno. Enfim, e sobretudo, pelas longas distâncias e amplitude do espaço, que juntos, inequivocamente, oferecem não apenas a experiência do isolamento e a expressão da rudeza e desconfiança, mas a gentileza e hospitalidade de quem tem por hábito receber o estrangeiro.

Essa experiência, que aos desprevenidos pode remeter a um caráter tão inóspito quanto à memória do espírito de disputa pela terra, que marca a história do lugar, permite a outros entender o significado do apego, o orgulho pelas tradições, relacionadas à lida do campo e, particularmente, vinculadas à produção pecuária e ao gosto pelo conjunto de práticas e rituais que ela engloba: as vestimentas necessárias à lida, como botas de couro, poncho, chapéu; o gosto pela carne,

churrasco, chimarrão, aguardente e festas em estâncias, entre outros, permite a alguns a experiência de rememorar um ambiente de fartura e de abundância.

Por fim, cabe dizer que este trabalho tem por perspectiva a prática da marcação construída em um contexto que remete às tradições, não apenas de conquista, mas de permanência no lugar. Por isso, entendemos que marcar significa não apenas a posse em termos econômicos, o que, nesse caso e nessa história, não é pouco, mas tem implícito o sentido de pertencimento, de perpetuação da cultura, de transmissão às gerações futuras de um legado cultural. Marcar indica posse, dignidade e prestígio e, por isto, denota capital econômico e capital cultural (FEATHERSTONE, 1995).

3 AS MARCAS DE GADO, POSSE E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A origem das marcas de gado confunde-se com a criação das primeiras marcas de identificação e marcas comerciais. Essa origem remota é descrita por Frutiger (1999):

Supõe-se que a representação visual do indivíduo – não apenas o desenho de uma figura humana, mas também a expressão individual de determinada pessoa, ou seja, sua assinatura – tenha surgido em tempos bastante remotos entre tribos nômades, por exemplo, para identificar o rebanho e alguns objetos. Marcas de propriedade como essas foram descobertas em forma de riscos sobre chifres de animais e peças de argila da Idade da Pedra (op.cit, p.275).

A prática de registrar a propriedade sobre algo relevante para o indivíduo ou o grupo assume extrema importância em relação ao gado. Maia (2004) lembra que “o boi é um bicho que fornece ao homem carne, leite, couro, força motriz, ossos, estrume sendo [...] um vivente do qual só se perde o berro” (op. cit., p. 6), ou seja, é fonte de subsistência e comercial de grande potencial. Inicialmente criados em campos indivisos, tornou-se imprescindível identificar os animais que ficavam misturados aos de outras pessoas ou de outros grupos. Essa identificação pode ser entendida com maior clareza a partir da contextualização de Frutiger (op. cit.):

A ideia de propriedade em ferramentas, objetos de uso doméstico, entre outros, era um modo de expressar o desejo individual de marcar os bens, determinado não apenas por questões de segurança, uma vez que a maioria dos equipamentos, móveis etc. permanecia sob o teto do proprietário. Os animais domésticos, porém, principalmente o gado, não possuíam um local geográfico fixo dentro dos limites de uma propriedade. As ovelhas, cabras e o gado bovino de toda a comunidade eram sempre reunidos em manadas para serem levados de pastagens em pastagens à procura de alimento. Por essa razão, a marcação do gado era absolutamente necessária. A única maneira de marcar o animal permanentemente era queimar um desenho em seu chifre ou em seu couro (op.cit., p. 295).

Os primeiros registros da marcação de gado aparecem em pinturas tebanas

de mais de quatro mil anos (Figura 19), apresentando egípcios realizando a atividade. A chegada das marcas à Península Ibérica teria se dado por influência romana, segundo Maia (op. cit.), ou árabe, segundo Pont (1983).

Em Portugal, as primeiras informações sobre a marcação são dadas pelo Barão da Boêmia Leão de Rosmihal que, em viagem no ano de 1466, teria relatado que “o gado não fica perto das casas, pois seus donos lhe colocam um sinal e o largam nas selvas e desertos...” (MAIA, 2004, p. 10). Pelo lado espanhol, o autor relata que “por instâncias do *Consejo de la Mesta* em 1499 ‘foi baixada uma lei obrigando a todos os proprietários aplicar a marca com ferro em seus gados’ (op. cit., p. 10).

Figura 19 – Ilustração de egípcios na atividade de marcação

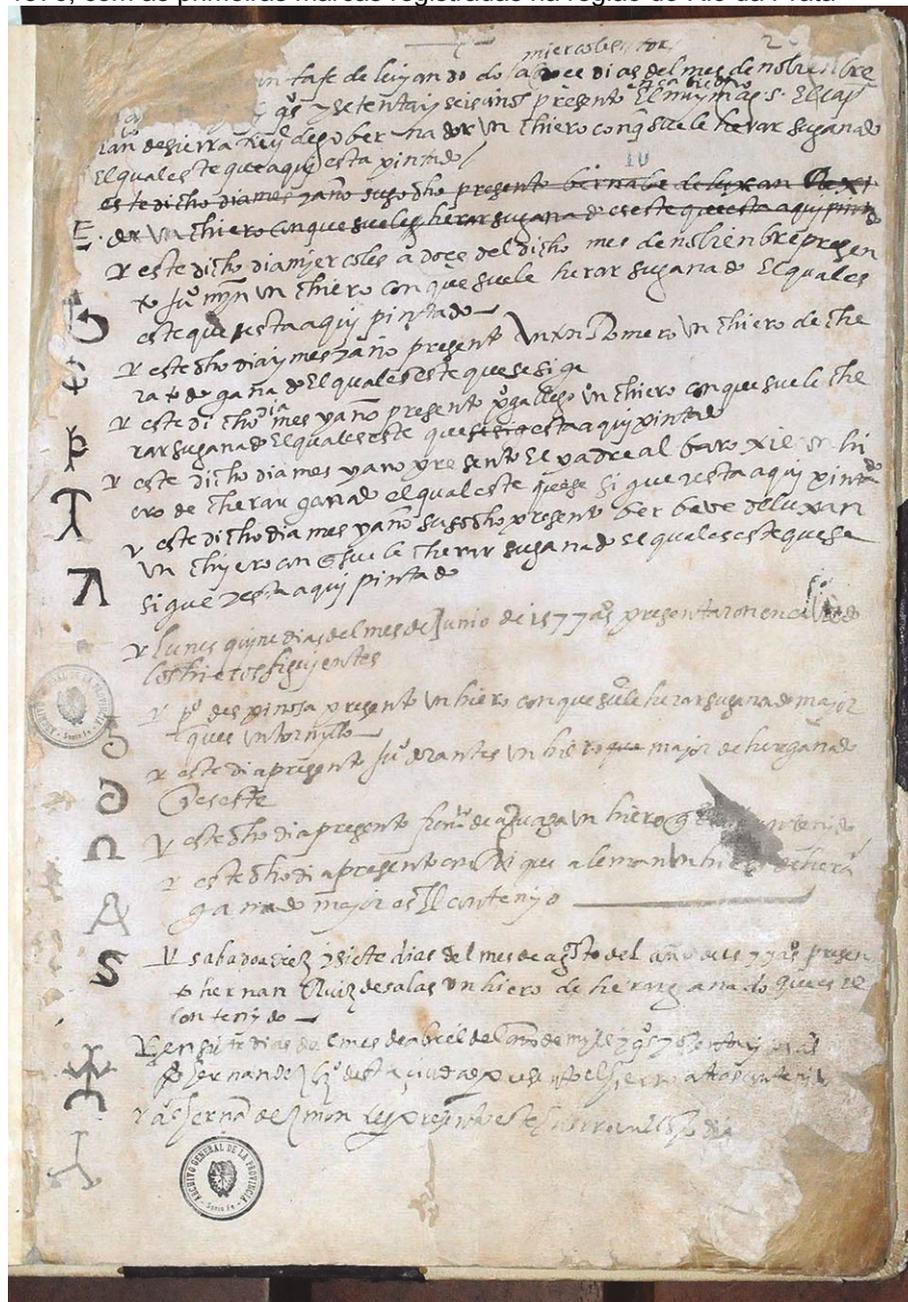


Fonte: Pont, 1983, p. 378.

À descrição sobre a introdução do gado na América e na região de estudo, os Campos Neutrais, realizada no capítulo anterior, é importante acrescentar que a utilização das marcas acompanham a atividade pecuária desde seu início. O registro das primeiras marcas das regiões (Figura 20) de Entre Ríos e do Rio da Prata é

realizado em 1576 no *Cabildo*¹⁸ de Santa Fé. Essas marcas seriam originárias dos *hacenderos* pioneiros vindos do Paraguai, que possuíam marcas já registradas em Assunção. O primeiro registro de Buenos Aires irá acontecer em 1589.

Figura 20 – Página da ata do Cabildo de Santa Fé, em 12 de novembro de 1576, com as primeiras marcas registradas na região do Rio da Prata



Fonte: Archivo Histórico de la Provincia de Santa Fe, 2012

¹⁸ Segundo a *Encyclopædia Britannica* (2012) *cabildo* significa “a unidade fundamental do governo local na América colonial espanhola. [...] O *cabildo* era encarregado de todos os aspectos comuns do governo municipal, por exemplo, policiamento, saneamento, tributação, a fiscalização da regulação de preços de construção e salários, e a administração da justiça”.

Segundo Pont, as primeiras marcas portuguesas são registradas em 1576, mesma época dos espanhóis, em São Vicente. Na região do Rio Grande do Sul, as primeiras marcas são aquelas trazidas pelos sesmeiros vindos de Laguna e São Paulo, e os primeiros registros datam de 1767 em Viamão. Segundo Guilhermino César (1983),

a marcação, por conseguinte, foi instituída muito cedo. Os primeiros registros de marcas e sinais conhecidos, na zona de Viamão, datam de 1767, e deveriam ser presentes à Correição dos Juizes de Laguna. As posturas municipais tornaram-se obrigatórias (op. cit., p. 417).

É importante destacar as influências que as marcas dos colonizadores exerceram na composição das marcas sulinas. Percebemos as primeiras diferenças na própria nomenclatura. O ato de marcar o gado leva o nome de *ferra* no nordeste brasileiro, por influência dos primeiros vicentinos e motivado pela intensa colonização portuguesa naquela região. Ainda que o termo tenha o mesmo significado do espanhol *hierra*, predominou no Rio Grande do Sul o termo marcação, mais difundido na América espanhola meridional, influenciado, provavelmente, pelos *hacenderos* espanhóis e jesuítas, que estabeleceram estâncias na região platina.

Outra característica peculiar que distingue a marcação no Rio Grande do Sul e o nordeste brasileiro é o uso de marcas de freguesia naquela região, como aponta Maia (2004). Esta seria uma característica trazida pelos europeus, mas que não teria se popularizado no sul e na região do Prata em função do sistema de povoamento (PONT, 1983, p. 379). Pont não esclarece essa questão, mas entendemos que a dispersão e as grandes distâncias entre as primeiras estâncias e destas com os centros administrativos não privilegiavam tal prática. Entretanto, no nordeste, essa prática foi bastante recorrente, utilizando-se a marca da freguesia ou da cidade no lado oposto ao do proprietário. Essa marca tinha por objetivo uma localização fácil do animal, indicando sua localização geográfica aproximada. Segundo Paes (2011), esse é um sistema que está em desuso atualmente, em decorrência do cercamento dos campos.

Hernández (2008), em sua *Instrucción del Estanciero*, escrita em 1882, afirma que a marca é, em relação aos animais, o que a escritura é para a terra, um verdadeiro título de propriedade, que faz fé e prova acabada (op. cit., p.156).

En las demás provincias argentinas del litoral, así como en el Paraguay, Estado Oriental y Río Grande, que es la provincia más ganadera de todo el Imperio, se usa el mismo sistema de marcas, y las combinaciones de las mismas señales que se hacen en esta provincia (op. cit., p.155).

É oportuno observar que a influência espanhola foi dominante no processo de utilização das marcas rio-grandenses, se não na legislação, em sua constituição enquanto sistema de marcação. Essa observação corrobora os argumentos tecidos no primeiro capítulo sobre a existência de uma unidade cultural na Região Platina. Para apresentar a legislação, os diferentes sistemas de registro de marcas e sinais, bem como a forma de construção das marcas exploraremos algumas de suas particularidades a seguir.

Cabe esclarecer que, tal qual mencionado por Hernández, o uso conjunto de marcas e sinais na Região Platina é uma prática recorrente para estabelecer a posse, servindo o sinal como uma comprovação auxiliar da marca. São cortes feitos na orelha dos animais, dos rebanhos bovinos, ovinos e cavalares. Sobre a representatividade dos sinais, o autor afirma que:

Cuando un animal tiene señal y marca, se respeta tanto la una como la otra; y si la marca está borrada o confusa y hubiese duda sobre ella, la señal hace fe y decide cualquier cuestión.

Pero no teniendo marca, no basta la señal sola para establecer el derecho de propiedad (HERNÁNDEZ, 2008, p.156).

Esse mesmo caráter secundário dos sinais em relação às marcas ocorrerá sobre as questões de representação simbólica e, por isso, não terá destaque no corpo deste trabalho. No entanto, por esse uso conjunto é inevitável que algumas considerações sobre os sinais sejam realizadas.

3.1 Legislação e Formas de Registro

A utilização de marcas ou sinais pressupõe o reconhecimento público de sua propriedade por uma pessoa ou grupo. Por esse motivo, o início do registro se deu em órgãos, senão oficiais, reconhecidamente portadores de legitimação pública. A esses registros seguiram-se as regulamentações que procuravam, além de oficializar a marcação em si, orientar a forma e o período a ser feita, discriminar a forma do registro, instituir valores a este, à construção dos ferros e à taxação governamental. Atualmente a legislação preocupa-se, em grande parte com a valorização do couro e com o bem-estar animal, regulamentando a posição e a forma como a marcação pode ser feita.

As primeiras regras na América espanhola são de 1574, no México, e de 1576 no Prata, oficializadas através de *Ordenanzas* baixadas pelos *Cabildos*. O

objetivo dessas primeiras ordens eram a regulamentação dos preços dos ferros e as épocas de marcação (PONT, 1983, p. 403).

Em 1825, o governante da Confederação Argentina, Don Juan Manoel de Rosas, institui o *Reglamento del Estanciero*, que reproduzimos abaixo.

REGLAMENTOS DEL ESTANCIERO EM 1825

Instrucciones para la administración de Estancias

Debe hacerse una vez al año. Al marcar debe cuidarse que la marca quemé bien y por parejo y de ningún modo se dejará mal quemada.

La marca todo animal la llevará en el lado de montar.

La oreja volteada debe ser la del lado de montar y que tengan la del lado de enlazar reyuna¹⁹.

Las vacas llevarán la marca en el anca y lo mismo las yeguas y los burros.

Solo los machos caballunos la llevarán en la pierna; pero todo en el lado de montar.

Las marcas deben mojarse en el agua tantas cuantas veces se pongan en el fuego; es decir que se saca una marca del fuego, se marca con ella y antes de volverla a poner en el fuego debe mojarse en el agua.

El marcador debe ser uno, destinado tan solo para recibir el hierro y marcar, y de ningún modo andará la marca en varias manos; uno debe ser el marcador, y a sobre el proceder de este debe velar el que manda.

El señalador debe ser también uno, y si uno es poco se pondrán dos; pero de ningún modo habrá más señaladores que los preciso, y si uno solo da basto es mucho mejor que ande uno solo y no dos.

Sobre el modo de echar las campanillas y la señal ya he explicado.

ass. Juan Manoel de Rosas

Bs. Ayres, 1825.

(PONT, 1983, p. 393)

O interesse nesse *Reglamento* se dá em razão da atualidade de alguns de seus itens e da importância atribuída à qualidade da marcação. Ainda hoje o costume entre os fazendeiros é sua realização uma vez ao ano, geralmente no período do inverno, momento em que infecções ou doenças são menos propensas. O mesmo ocorre com o lado da marcação, ainda hoje realizada no lado esquerdo do animal, tradicionalmente o lado pelo qual se monta. A regra de que se molhe a marca em água é igualmente atual, substituída por graxa derretida. Essa prática ocorre para que o ferro seja limpo antes de uma nova marcação, evitando problemas de falhas ou borramentos²⁰. Esse cuidado com a boa gravação é, sem dúvida, o destaque do *Reglamento*. Indica que deve ser bem queimada e parelha, e que o marcador seja somente um, para dar unidade à gravação (op. cit, p.393).

¹⁹ O termo *reiuno* vem da designação do gado que pertencia ao rei e que não recebia o corte na orelha.

²⁰ As informações sobre os costumes relacionados à marcação dizem respeito à vivência pessoal do autor com as lidas de campo, sendo endossadas pelas entrevistas realizadas com criadores de gado da região de estudo.

A avaliação da trajetória do registro de marcas na Região Platina, e da maneira como foram institucionalizadas ao longo do tempo, revela não apenas traços comuns, mas o compartilhamento e a manutenção de procedimentos usados até hoje. O foco deste trabalho pretende abordar, especificamente, a questão das marcas na área de Santa Vitória do Palmar, nos Campos Neutrais. No entanto, o desenvolvimento da pesquisa, ao revelar a inexistência de um sistema de registros unificado no Brasil e no Rio Grande do Sul, em contraste com sistemas já estruturados na Argentina e Uruguai, revelou a importância de um olhar mais detalhado sobre esses, particularmente consideradas as relações compartilhadas do campo de estudo com a Região Platina. O que veremos, a seguir, são essas formas de registro e suas particularidades investigadas também por revelar em que as marcas persistem na atualidade e continuam a desempenhar um papel importante, vinculado à economia e cultura do campo de estudo e sua região de inserção.

Entre as características que serão descritas, destacamos o caráter transitório que as marcas possuem atualmente, a partir do ponto de vista da legislação e dos órgãos que as regulam. Em todas as províncias argentinas visitadas e no Uruguai as marcas assumem um caráter de concessão do Estado para o proprietário, havendo a necessidade de renovação após um determinado período. Dessa forma, existe a possibilidade de perda por parte do proprietário de uma marca que muitas vezes, está na família há gerações.

Essa regulamentação, motivada em parte por motivos de arrecadação do Estado e que, de certo modo, vai de encontro à ideia de uma continuidade familiar das marcas, mostra uma nova dinâmica que se forma, tornando-as um bem de uso coletivo. Por outro lado, força as pessoas que buscam manter as marcas dos antepassados sempre em estado de alerta, para que não as percam.

No caso do Brasil, ou ao menos nos municípios do Rio Grande do Sul, não existe essa caducidade. Dessa forma, as marcas permanecem para sempre com seus proprietários e são transmitidas aos herdeiros, tornando mais fácil o processo de transmissão familiar. Em contraponto, muitas ficam sem uso, guardadas nos acervos, impedindo sua reutilização e forçando os departamentos de registros e os solicitantes a buscar novos temas para a criação de desenhos, que fogem da representação tradicional de uma marca.

3.1.1 Os sistemas de registro de marcas e sinais argentinos

As primeiras regras sobre marcas aparecem em 1865, com o Código Rural da Província de Buenos Aires, sendo seguidas por outras províncias. Por muito tempo foram esses códigos que regeram sua forma de utilização e de registro. A legislação nacional irá atuar sobre essa questão, de forma indireta, a partir do Código Civil de 1869. Essa legislação foi por muito tempo alvo de polêmicas, envolvendo o entendimento sobre a representatividade das marcas. Essa controvérsia se forma em decorrência da interpretação gerada por ela e pelos códigos rurais provinciais sobre a força probatória das marcas, colocando em questão se elas representam realmente a posse ou se apenas a presumem (MASEDA, 1978; ISLAS, 1922).

Algumas tentativas de nacionalizar o registro de marcas foram feitas entre o começo e o meio do século XX, procurando criar um sistema nacional e promovendo concursos para a criação de sistemas codificados, sendo que os resultados nunca foram implementados. Uma legislação nacional específica sobre marcas e sinais só irá aparecer em 1983, com a lei nº 22.939 (ARGENTINA, 1983). Essa lei, ainda assim, será desconsiderada, ainda hoje, por algumas províncias em favor de seus códigos rurais locais.

Existe, por parte do *Ministerio de la Agricultura*, um sistema denominado *Sistema de Informatización de Marcas y Señales*, desenvolvido para ser utilizado por todas as províncias, respeitando as características e peculiaridades de cada uma, o que é visto como uma ferramenta importante para lidar com o registro e o monitoramento das marcas (CESCA & AMADO, 2012).

Dessa forma, como veremos a seguir, a legislação sobre marcas e sinais, bem como as formas de registro, sistematização e controle, está a cargo das províncias. Considerando a heterogeneidade da normatização e uso, foram definidas três referências para análise, tomadas por sua importância histórica, vinculada particularmente à questão da produção pecuária e sua relação direta com a marcação do gado, conforme já explicitado anteriormente. Foram escolhidas para a pesquisa as províncias de Entre Ríos, Santa Fé e Buenos Aires, por sua proximidade e relação com o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

3.1.1.1 Argentina – Entre Ríos

O sistema de registro de marcas e sinais de Entre Ríos²¹, dentre os estudados na Argentina, é o que mais torna evidente o caráter de uso público das marcas, como concessão governamental.

A província possui um acervo de, aproximadamente, 70.000 marcas permanentes (Figura 21) que vão sendo reutilizadas na medida em que são feitas novas solicitações (Figura 22). Esta reutilização é possível por haver a necessidade de sua renovação. Essa regulamentação começa a partir de ano de 1918, através da lei nº. 2.578, que tornava obrigatória a renovação das marcas a cada dez anos, diminuindo para cinco anos em 1974, por ordem de um novo Código Fiscal.

Figura 21 – Livros de registros de marcas e sinais de Entre Ríos



Fonte: *Departamento de Sellos*, ATI – Entre Ríos. Foto: Acervo do Autor.

A partir do pedido, são pesquisadas as marcas que estão disponíveis no catálogo. Interessante destacar a preocupação que existe por parte dos funcionários

²¹ Todas as informações sobre o registro desta província foram obtidas através de entrevista realizada pelo autor com Raquel Gregorutti (2012), chefe do *Departamento de Sellos*, vinculada à *Administradora Tributaria de Entre Ríos* (ATI).

Ao final do processo de solicitação, o requerente recebe um boleto com o desenho da marca, seu número permanente no cadastro do departamento e campos para futuras renovações.

Atualmente todo o processo de pesquisa é feito manualmente, desde a pesquisa por marcas disponíveis até o desenho nos boletos, mas existem negociações para utilização do sistema informatizado em desenvolvimento pelo *Ministerio de la Agricultura*.

3.1.1.2 Argentina – Santa Fé

O registro de marcas da província de Santa Fé²² é realizado no *Registro Unico de Marcas e Señales de la Provincia de Santa Fe*, possuindo um acervo de, aproximadamente, 75.000 marcas.

O processo de obtenção de uma nova marca é realizado a partir de uma solicitação, em que são apresentadas três propostas pelo requerente para serem comparadas às já existentes no catálogo. Havendo semelhança ou repetição da proposta com o acervo de referência, são sugeridas alterações para que a marca se torne distinta e única. Como acontece também nas outras províncias visitadas, existe a necessidade de vínculo da marca com o processo de produção, para efeito de autorização para seu uso.

O processo de renovação é realizado a cada dez anos e, no caso específico de Santa Fé, existe, ainda, um tempo de carência de mais dez anos em que a marca ficará indisponível para uso. Essa medida é tomada para evitar que seja partilhada por proprietários diferentes, tomando como referência o tempo de vida dos animais.

Atualmente o processo de pesquisa do acervo é manual, mas está sendo digitalizado, devendo subsidiar o desenvolvimento de um sistema próprio.

3.1.1.3 Argentina – Buenos Aires

Como afirmamos anteriormente, a legislação sobre marcas mais antiga existente na Argentina é o Código Rural de Buenos Aires, datado de 1865. Este é

²² Todas as informações sobre o registro em Santa Fé foram obtidas através de entrevista realizada pelo autor com Jorge Retamar (2012), supervisor do *Registro Único de Marcas y Señales*, vinculada à *Administración Provincial de Impuesto de la Provincia de Santa Fe* (API). Não foi permitida a realização de fotos do acervo.

apenas o fator primeiro que demonstra a relevância da produção pecuária nessa província. Após este marco inicial, foi possível obter, através de pesquisas na legislação, aproximadamente vinte regulamentações sobre o uso das marcas e sinais na província. A regulamentação mais atual que trata desse assunto é o Código Rural de 1983, sob a lei nº 10.081.

O registro de uma marca²³ deve ser feito por um solicitante que possua um imóvel rural na província de Buenos Aires, ou que seja seu ocupante legal. O desenho é proposto pelo próprio requerente, sendo analisado, posteriormente, através de comparação visual em um acervo de, aproximadamente, 350.000 marcas outorgadas. Essa comparação, como nas demais províncias, é realizada em decorrência de uma determinação da legislação que proíbe que marcas sejam similares, que tapem ou sejam tapadas por outra marca em sua totalidade. Caso haja o impedimento do registro é feito um redesenho que se adapte às exigências da legislação e que marque bem os animais, ou seja, que evite borrões ou excesso de fogo em determinadas áreas.

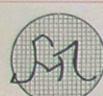
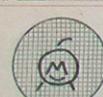
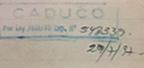
As marcas têm vigência de dez anos, mais um de carência para renovação, para que o proprietário não perca o desenho. Também é obrigatória a sua utilização em um período de três anos, havendo, em caso contrário, sua caducidade. Essas marcas são consideradas como títulos de propriedade concedidos pelo governo, que podem ser renovadas ou mesmo herdadas como outro bem qualquer. Entretanto, segundo os entrevistados, não têm valor econômico.

Algumas características devem ser apontadas em relação à forma de registro e sistematização das marcas. A primeira diz respeito à sistematização do acervo para pesquisa e posterior registro de novas marcas. As informações, registradas nos antigos livros (Figura 23), desde 1870, foram transferidas para um fichário (Figura 24) e receberam uma classificação tipológica, através de uma leitura que descreve a marca por seus elementos básicos: letras, números, desenhos figurativos, abstratos e suas combinações (Figura 25). A partir dessa classificação, o funcionário responsável, na ocasião o Sr. Julio Chenco, pode localizar os desenhos passíveis de serem comparados. É criada uma lógica para leitura desses desenhos

²³ Informações sobre o registro de marcas e sinais obtidas através de entrevista realizada pelo autor com Eduardo Benitez, Julio C. Chento e Cesar Daniel Ledesma (BENITEZ, CHENTO & LEDESMA, 2012), funcionários e diretor do *Departamento de Registro Ganadero*, vinculado à *Dirección Provincial de Ganadería (DPG) do Ministerio de Asuntos Agrarios de la Provincia de Buenos Aires (MAA)*.

(Figura 26), obedecendo a uma ordem da esquerda para direita e do maior elemento para o menor. Também são consideradas as repetições de letras, números ou símbolos para a classificação.

Figura 23 – Página de livro de marcas da Província de Buenos Aires

MARCAS	NOMBRE DEL PROPIETARIO	TRANSFERENCIAS												CERTIFICADOS			OBSERVACIONES		
		TRANSFERIDA A:	NUM.	NOTA Nº	DIA	MESES	AÑO	NOTA Nº	DIA	MESES	AÑO	NOTA Nº	DIA	MESES	AÑO				
 Nº Inmortal 245.891	Jose Carlos Jofre, Juan Guillermo Casanova y Daniel Horta Sa. Asociado	22-11-85-191.904-A-300															Arrend. La Plata E. de 1990-96		
 Nº Inmortal 245.785	Luis Alberto Lofel y Luis Alberto Lofel (asado)	22-11-85-191.904-A-300															Prop. La Plata E. de 1990-96 22-11-85		
 Nº Inmortal 245.930	Alfredo Jose Benavente e hijo Esther Benavente de Benavente	22-11-85-191.904-A-300 6-18-96-163974-6140	transf. de libros de/03/1998												Prop. La Plata E. de 1990-96 6-18-96				
 Nº Inmortal 245.936	Ones Angel Zully (asado)	6-12-85-191.904-A-300															Prop. La Plata E. de 1990-96		

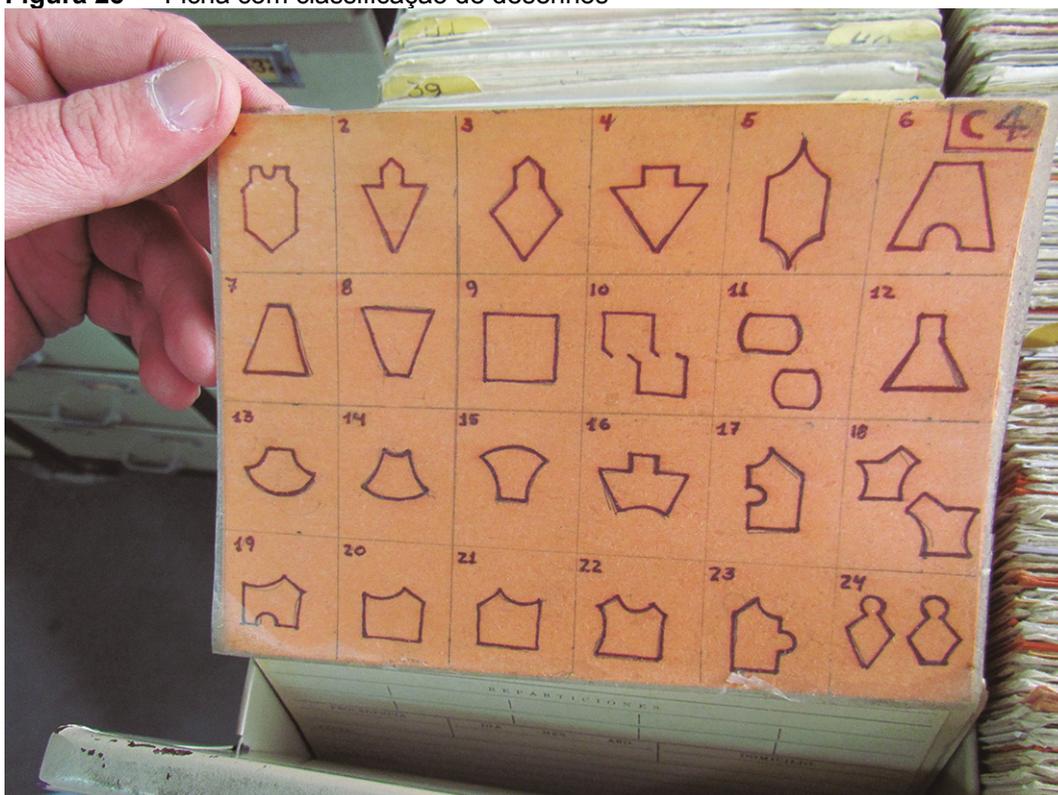
Nestas páginas, as marcas são associadas a números, e são registradas as transferências ou renovações ocorridas. Fonte: *Departamento de Registro Ganedeiro/DPG/MAA*. Foto: Acervo do autor.

Figura 24 – Fichário com catalogação das marcas



Fichário com catalogação de todas as marcas existentes nos livros. Fonte: *Departamento de Registro Ganedeiro/DPG/MAA*. Foto: Acervo do autor.

Figura 25 – Ficha com classificação de desenhos



Ficha com indicação de elementos com os quais as marcas são classificadas. Fonte: Departamento de Registro Ganadeiro/DPG/MAA. Foto: Acervo do autor.

Figura 26 – Formulário para registro de marca

Ministerio de Asuntos Agrarios

Formulario Único
Departamento Registro Ganadero

Buenos Aires
LA PROVINCIA

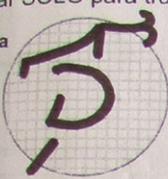
1) Seleccione el tipo de Tramite

Marca Liquidada Venta Señal

Nueva Renovacion Transferencia Rectificacion Duplicado Baja Informe

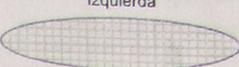
A Nombre de: MARIA NURIA SORAN

Completar SOLO para tramite de Marca o Señal NUEVA

Marca Nueva 

Señal Nueva

Derecha 

Izquierda 

Oreja Derecha

Oreja Izquierda

Características LETRAS F y D

Acepta Modificación Solicito Propuesta

Formulário onde aparece a descrição da marca para classificação no acervo. Fonte: Departamento de Registro Ganadeiro/DPG/MAA. Foto: Acervo do autor.

Uma segunda característica que se pode destacar é a possibilidade de existência de uma marca líquida e marca de venda para um mesmo requerente. A marca de venda seria uma marca normal – chamada aqui de líquida – na qual é feita uma simplificação em seus traços para que seus elementos não se percam. Essa medida foi tomada em virtude da necessidade de marcação dos animais antes de um ano. Por essa precocidade, poderia ocorrer um apagamento ou borramento da marca. Esse procedimento tem também o objetivo de machucar menos possível o couro do animal.

Por fim, a terceira característica a ser observada é o estágio avançado de informatização do sistema, integrado a procedimentos de outros órgãos de controle pecuário. O sistema implementado proporciona um controle bastante eficiente sobre toda a produção e movimentação dos criadores, permitindo, dentre outros ganhos, dados estatísticos confiáveis sobre a produção.

3.1.2 O sistema de registro de marcas e sinais uruguaio

A apresentação do sistema de registro de marcas uruguaio²⁴ torna-se pertinente em nosso estudo por permitir avaliar a criação de um sistema unificado para o país, organizando uma atividade de extrema importância para sua economia, ao mesmo tempo em que respeita a tradição familiar das marcas. Acreditamos, ainda, que a forma de registro gráfico uruguaio tenha grande influência nas marcas da fronteira do Rio Grande do Sul, como procuraremos demonstrar na sequência deste trabalho.

3.1.2.1 Períodos de Sistematização das Marcas de Gado

O primeiro período consiste na utilização e registro de marcas criadas no início da colonização espanhola até 1875, quando é instituído o Código Rural. É considerado um período de **irregulação** e de **dispersão**. Irregulação porque, segundo o entrevistado, Sr. José Sosa Días (2012), não havia nenhuma norma que regulasse o registro. Cada proprietário desenhava sua própria marca, estabelecia o tamanho e escolhia o lugar a ser marcado no animal. Dispersão porque não havia

²⁴ As informações para a descrição do registro uruguaio foram obtidas por meio de entrevista realizada pelo autor com o Sr. José Sosa Días (2012), diretor DICOSE, através de entrevista e fornecimento de material impresso. O DICOSE, ou División Controlar de Semovientes é vinculado ao Ministério de la Ganadería, Agricultura y Pesca do Uruguai. Atualmente é o órgão responsável pelo registro de marca e sinais, além da fiscalização em relação ao transporte e comércio de gado.

um lugar definido para a realização do registro, e os proprietários as registravam em qualquer órgão que possuísse alguma credibilidade oficial²⁵, para poder provar o início do uso da marca.

Essa forma de registro permitia a existência de marcas iguais no país, tanto por casualidade como para facilitar o abigeato. Da mesma forma, não havia controle sobre a fabricação, ocasionando a deformação e duplicação dos desenhos. As marcas desse período são classificadas como de “Primeira Fase”. São, aproximadamente, 53.000 marcas (Figura 27) catalogadas e classificadas.

O segundo período ocorre entre os anos de 1875, ano da entrada em vigor do Código Rural, até 1912. É um período de ordenação do registro de marcas. Entre outras regulamentações, destacam-se o registro centralizado, a proibição de marcas iguais em todo o território nacional e o valor jurídico que lhes é atribuído. Em 1877, um decreto-lei estabelece a criação da *Oficina Central del Registro General de Marcas y Señales* e, a determinação do uso de sistemas de numeração progressiva²⁶.

O terceiro período, iniciado em 1912²⁷ e em vigor até hoje, é reconhecido pela sistematização, em que a numeração progressiva torna-se obrigatória e se distinguem as marcas de Primeira Série (antes de 1912) e Segunda Série (após 1912, com a utilização do sistema de numeração progressiva) entre outros. A partir dessa data, o sistema aperfeiçoa-se, através da promulgação de leis que, entre outros, declaram de utilidade pública todos os Sistemas de Marcas de Numeração Progressiva²⁸ e se realiza a expropriação dos sistemas de seus detentores. A legislação determina, também, que os criadores não possuem mais a propriedade das marcas, mas sim o direito de uso²⁹, renovável a cada 10 anos.

Este sistema que, aparentemente apresenta-se tão fechado e que parece acabar com a tradição da criação de marcas pelos proprietários ou mesmo a transmissão entre gerações é, entretanto, sensível a esse aspecto. Foi-nos explicado que atualmente existe a possibilidade de recuperação de marcas da Primeira Série. Como será melhor exemplificado no capítulo seguinte, para isso é

²⁵ Igrejas, prefeituras, delegacias de polícia, cartórios, tribunais.

²⁶ Os sistemas de numeração progressiva eram criados por particulares, aos quais se davam patentes de invenção.

²⁷ Lei 4.287 de dezembro de 1912.

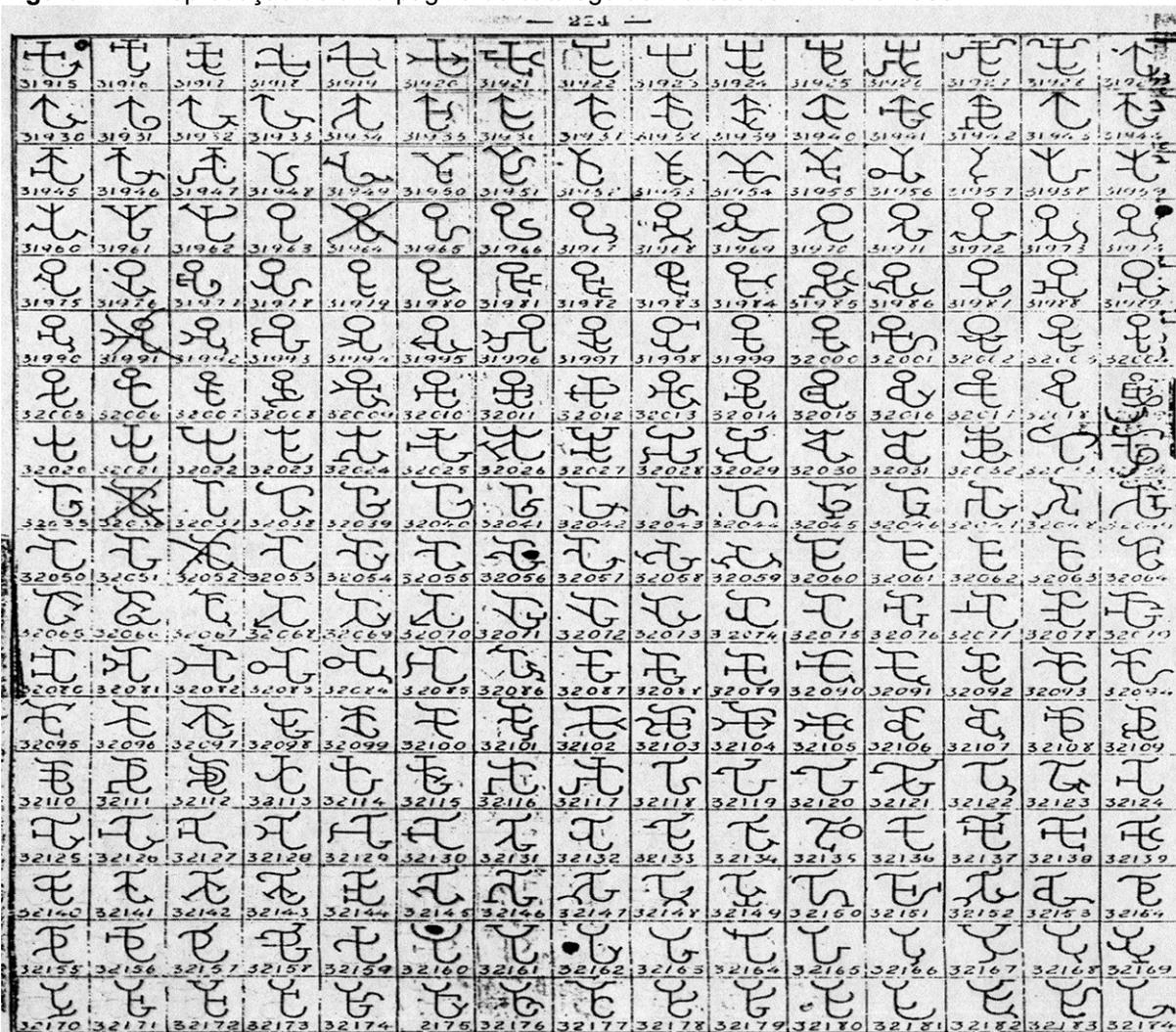
²⁸ Através da lei 4288 de 16 de dezembro de 1912,

²⁹ Lei 14106 de 14 de março de 1973 e Dto. 762/73 de 13 de setembro de 1973.

necessária que se prove a descendência direta do proprietário da marca desejada. Essa é uma prática muito comum e importante para as pessoas que a realizam. Para que se prove a descendência é necessária documentação de todos os antepassados comprovando a ligação com o proprietário original. Esse processo, semelhante a um pedido de cidadania, requer dedicação e dinheiro para seus custos.

Em relação aos novos sistemas, a criação de marcas que contemplem o desejo dos requerentes, na busca por aquelas que remetam a monogramas ou formas específicas, é possível em virtude da existência de sistemas com características diferentes entre si, abrindo possibilidades amplas para escolha. Cada sistema apresenta peculiaridades que permitem, dentro de suas regras, a composição de uma marca.

Figura 27 – Reprodução de uma página do catálogo de marcas da Primeira Fase



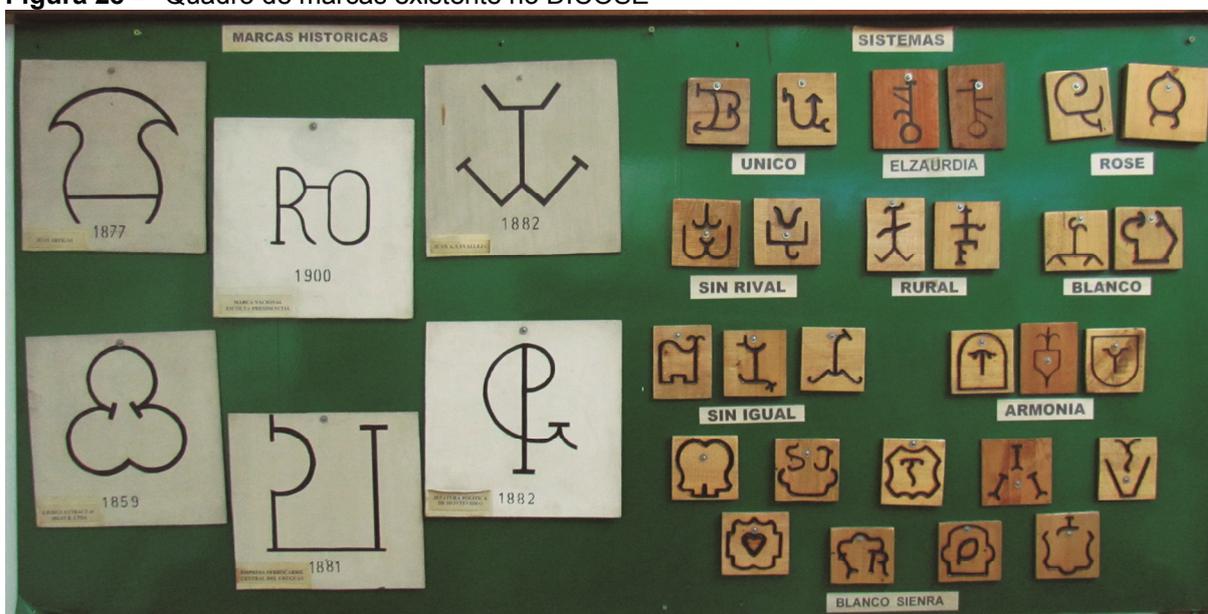
Fonte: DICOSE, 2012.

3.1.2.2 Sistemas

Os sistemas de numeração progressiva de marcas (Figura 28) são, na verdade, sistemas gráficos codificados em que, a partir da utilização e combinação de elementos preestabelecidos, é possível realizar a leitura numérica desses sinais. Existem em torno de 15 sistemas regulamentados que foram originalmente criados por particulares e, posteriormente, encampados pelo governo.

Em geral os sistemas são organizados, respectivamente, em classes, séries, e números. O proprietário de terras ou de gado que pretenda obter o registro de uma marca pode escolher entre um dos sistemas existentes e entre as combinações ainda disponíveis em cada uma delas.

Figura 28 – Quadro de marcas existente no DICOSE



À esquerda, marcas históricas uruguaias e, à direita, o exemplo de alguns sistemas utilizados. Fonte: DICOSE. Foto: Acervo do autor.

3.1.2.3 Sistema *Armonia*

O sistema *Armonia* é constituído de duas classes. A primeira classe é indicada pela colocação do grafismo que representa a série fora do corpo³⁰ da marca. A segunda coloca a indicação da série pelo lado de dentro.

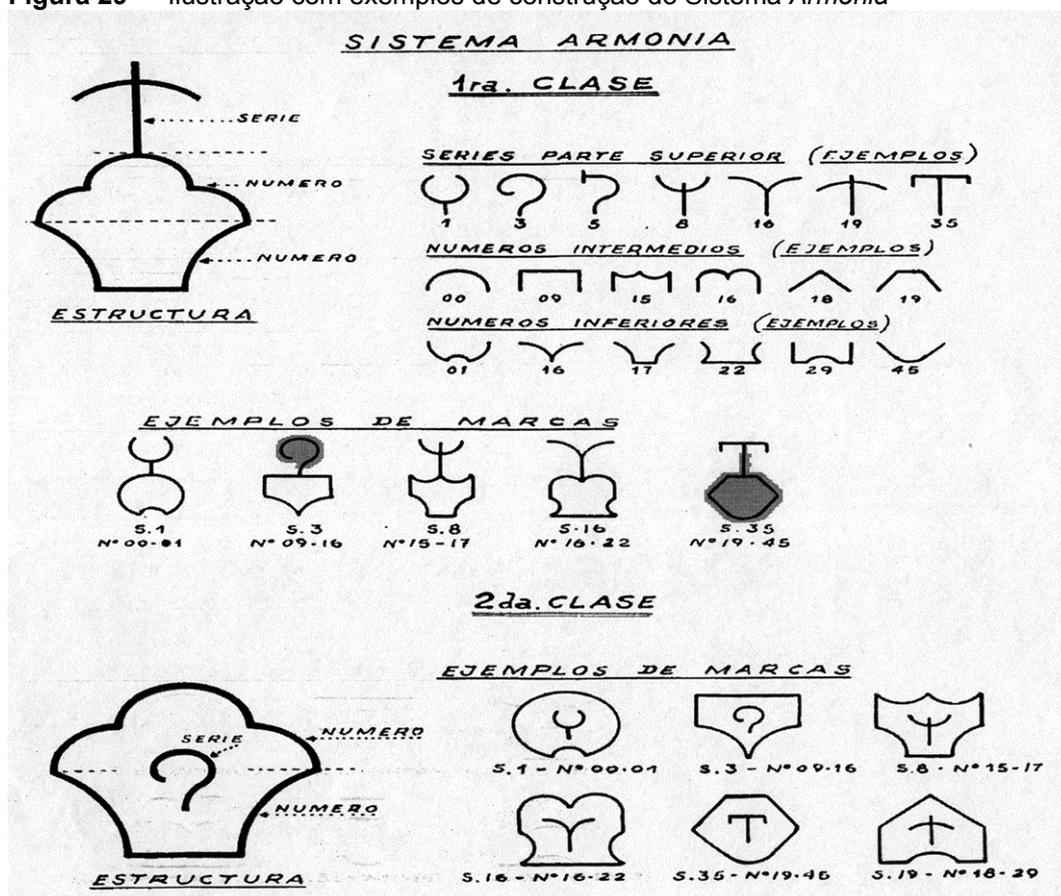
Como mostram os exemplos da Figura 29, a série é indicada por elementos

³⁰ Entendemos como corpo da marca o elemento ou elementos mais marcantes do conjunto. Ligados ao corpo ou complementares a ele aparecem os adendos ou terminações. Abordaremos melhor esta definição no item destinado a avaliar as marcas de Santa Vitória do Palmar.

gráficos em geral abertos, compostos por duas ou três linhas retas ou curvas, que se interseccionam ou se unem. Em geral, existe um eixo de simetria, marcado por uma linha reta vertical.

A numeração é composta por quatro algarismos, lidos de dois em dois a partir dos desenhos. A união criada pela junção do desenho dos dois primeiros algarismos, com a abertura voltada para baixo, e dos dois últimos, com a abertura voltada para cima, formam o corpo da marca.

Figura 29 – Ilustração com exemplos de construção do Sistema Armonia



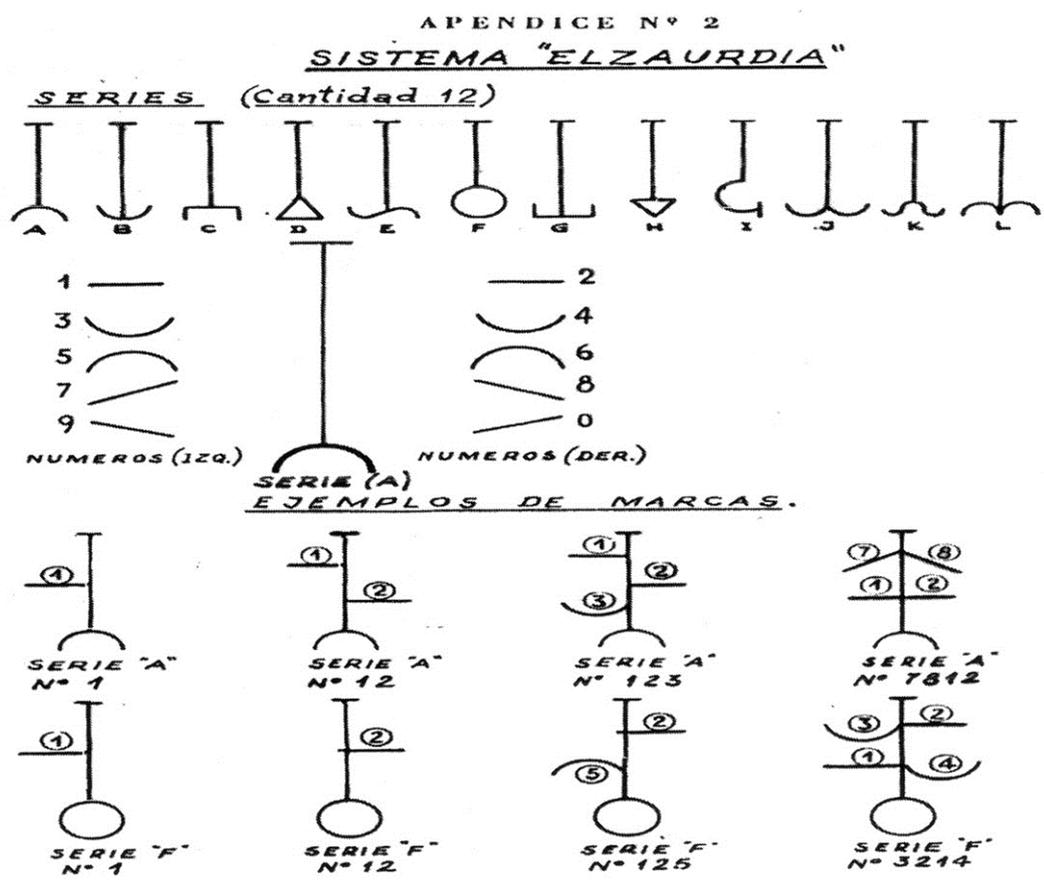
Fonte: DICOSE, 2012.

3.1.2.4 Sistema Elzaurdia

Este sistema é composto de 12 séries associadas a quatro algarismos numéricos. Como pode ser observado na Figura 30, todo o sistema é organizado em torno de um traço vertical, que chamaremos de tronco. Esse tronco apresenta, em

seu topo, uma linha horizontal³¹ e, na base, elementos gráficos que identificam as séries. Estas, por sua vez, são constituídas por formas extremamente simples, abertas ou fechadas, que, em geral, apresentam simetria tanto na forma quanto na posição em relação ao tronco.

Figura 30 – Ilustração com exemplos de construção do Sistema Elzaurdia



Fonte: DICOSE, 2012.

A numeração é indicada a partir da utilização de traços retos e por segmentos de circunferência que são dispostos entre as terminações do tronco. Os desenhos se repetem para dois números consecutivos (1 e 2, 3 e 4, etc.). A diferenciação é feita pelo lado em que estão posicionados. Números ímpares à esquerda e pares, à direita. A leitura é feita da esquerda para a direita e de cima para baixo.

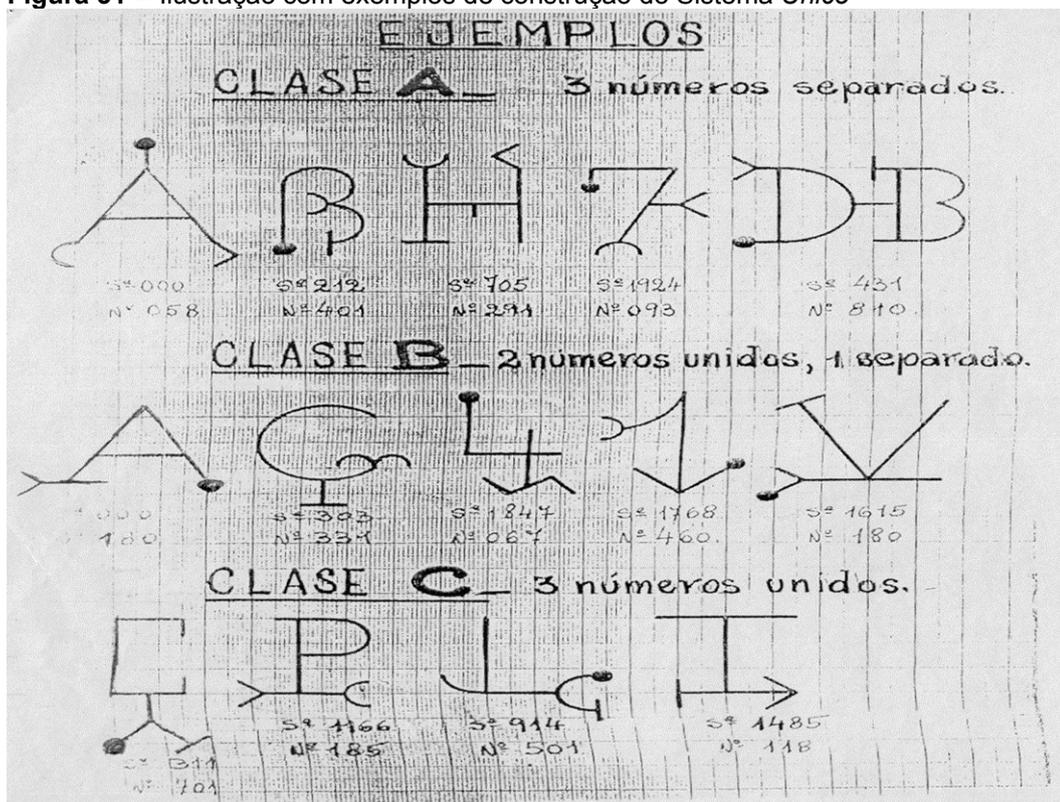
³¹ Provavelmente para indicar o término da marca. Este recurso é importante porque informa que a marca foi bem gravada e que pertence ao Sistema *Elzaurdia*.

3.1.2.5 Sistema Unico

O Sistema *Unico* caracteriza-se pela utilização de letras e números acrescidos por terminais que correspondem a números. Segundo o Sr. Sosa Días (2012), este é um dos sistemas preferidos pelos proprietários, pois possibilita a elaboração de marcas semelhantes a monogramas, representando o nome da fazenda ou do proprietário.

Este sistema está dividido em 3 classes (Figura 31): na classe A, os números são dispostos em partes separadas da letra ou algarismo principal; na classe B, dois números são unidos enquanto um fica separado; e na classe C, os três números ficam juntos. A leitura é sempre realizada inicialmente de cima para baixo e, posteriormente, da esquerda para a direita.

Figura 31 – Ilustração com exemplos de construção do Sistema Unico



Fonte: DICOSE, 2012.

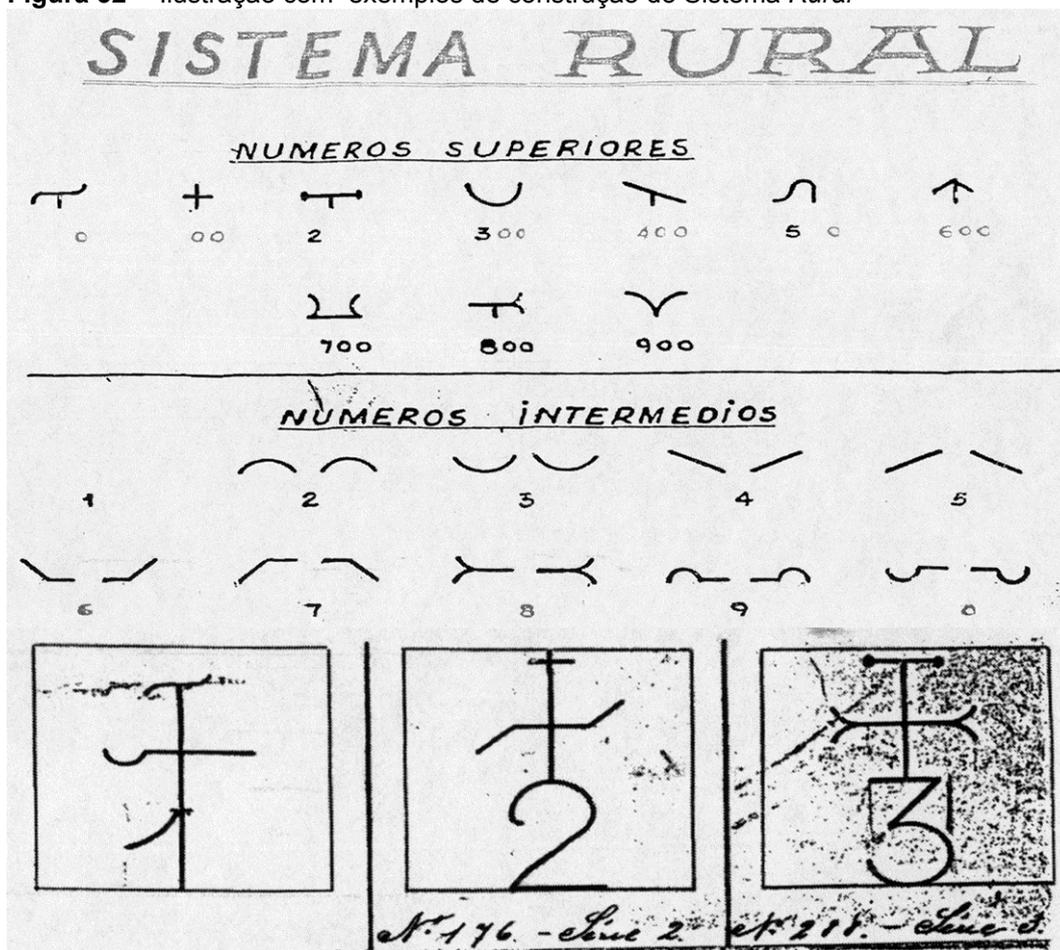
3.1.2.6 Sistema Rural

O Sistema *Rural* (Figura 32) pode ser considerado uma mistura dos outros sistemas já apresentados. A indicação das séries é feita a partir de números e letras, sequenciados de 1 a 9 e, em seguida, de A a Z, semelhante ao Sistema *Unico*. Acima destes são registrados os números, dispostos em um traço vertical, como no

sistema *Elzaurdia*. A terminação superior, ou números superiores, é constituída por traços que representam a centena inicial do número de registro. Abaixo dele ficam os números intermediários; a dezena posicionada à esquerda, e a unidade, posicionada à direita.

Além desses sistemas apresentados, existem, ainda, segundo o diretor do DICOSE, em torno de 12 sistemas de construção de marcas. Essa riqueza de possibilidades, a preocupação com a sistematização, demonstrada também pela precocidade com que foi constituída em relação a outros países, o controle exigido para transporte e abate e a constante atualização exigida dos proprietários mostram a importância histórica da atividade pecuária para esse país que tem, na criação e exportação de carne e derivados, uma de suas principais fontes econômicas.

Figura 32 – Ilustração com exemplos de construção do Sistema Rural



Fonte: DICOSE, 2012.

Essas formas de registro e as características gráficas dessas marcas acabam por respingar na região do extremo sul do Brasil e, conseqüentemente, em

nosso campo de estudo por ser este uma região de fronteira, em profundo contato com produtores uruguaios, havendo, inclusive, criadores que possuem terras e animais nos dois países. Nesses casos já foi observada em nossas pesquisas, e confirmado pelo Sr. Sosa Días, a utilização de marcas uruguaias no lado brasileiro. Esse intercâmbio, ou esta duplicidade, pode ser justificada tanto pelo interesse dos proprietários em manterem uma marca tradicional existente naquele país, quanto por se constituir em um artifício para burlar os sistemas de controle sanitário e contrabandear gado de um lado para o outro da fronteira sem levantar suspeitas.

3.1.3 A legislação brasileira

Ainda no período de colonização do Brasil, os primeiros registros apontam para os regulamentos das Vaquejadas, no Pará, em 1785. Estes dão conta com relação aos criatórios da região Norte e Nordeste. Pont (1983) descreve um trecho em que “a ninguém será lícito usar a marca *R* ou qualquer outra que com a mesma possa ter a menor equivalência, debaixo da pena de perdimento do gado” (op. cit, p. 403). O *R* servia como marca do Estado ou a Marca Real.

No Rio Grande do Sul, a Lei Provincial nº 203 de 12 de dezembro de 1850, institui o primeiro Código Rural e, nele, as primeiras regulamentações sobre a marcação. Obrigava, entre outras imposições, os criadores a registrarem suas marcas nas respectivas Câmaras Municipais. Sobre o transporte de animais, definia que deveriam ser expedidas duas vias do documento que acompanhava a tropa (Figura 33), uma para ser encaminhada ao Tabelionato local e outra para seguir viagem. Considera-se essa é a origem da atual guia de transporte de animais vigente até hoje.

Pont (op. cit.) ainda descreve outras ordenações da Lei nº. 203:

[...] regulamentava-se sobre o seguinte: obrigatoriedade de Registro de marcas em uso nas respectivas Câmaras Municipais; dava prazo para o cumprimento dessas providências; anulava as repetições de marcas, prevalecendo a mais antiga; definia a sinalização nas orelhas; regulamentava o manejo e trânsito das tropas; assegurava o exame dessas tropas, para verificação de animais de outras propriedades; definiu a posse e domínios e foi finalmente o título definitivo e orgânico que assegurou direitos e obrigações aos primitivos estancieros da Província (op. cit., p. 406).

Após a Proclamação da República no Brasil, a primeira normatização para o uso de marcas aparece com o decreto 7.917, de 1910, no governo do Presidente Nilo Peçanha. Esse decreto pretendia criar um arquivo geral de marcas para a

é, desenhada ou composta, o que não succede com as marcas de systemas formados sobre a theoria das combinações.

Este facto tem capital importancia quando pelos annuncios dos jornaes e até pelo telegrapho houver necessidade de se fazer indicação de uma determinada marca bastando neste caso ser declarado o numero que ella representa.

Accresce que quando se trata de archivar e catalogar um numero elevado de marcas e de conhecer o proprietario de uma marca e vice-versa, é mais facil que as marcas representem numeros que figuras arbitrarías.

Os nossos visinhos do Sul na solução desse problema adoptaram como caracter, diversos systemas de marcas. Hoje, porem, procuram unifical-as, á vista dos serios embaraços que tem trazido a multiplicidade de systemas. (BRASIL, 1910).

Esse decreto é ratificado, em 1912, por Hermes da Fonseca com uma lei denominada *Ordem e Progresso*. Pont (1983) descreve a resistência dos pecuaristas gaúchos à nova resolução, defendendo as marcas chamadas *arbitrárias*, caracterizadas, principalmente, por sua antiguidade e ligação identitária com o proprietário.

As leis brasileiras que se seguem são o Decreto nº 1176/39, o Decreto nº4854/42 e a Lei nº 4714/65. Em todas existe a preocupação com o aproveitamento do couro, legislando sobre a posição e tamanho das marcas, visando a uma valorização maior desse produto para a exportação. Atualmente, a legislação a esse respeito é a lei de número 12.097/2002, versando sobre a rastreabilidade e reforçando a utilização das marcas como identificador de animais. Entre seus artigos afirma:

Art. 2º A rastreabilidade de que trata esta Lei é a capacidade de garantir o registro e o acompanhamento das informações referentes às fases que compõem a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, permitindo seguir um animal ou grupo de animais durante todos os estágios da sua vida, bem como seguir um produto por todas as fases de produção, transporte, processamento e distribuição da cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

[...]

Parágrafo único. A rastreabilidade tem por objetivo primordial o aperfeiçoamento dos controles e garantias no campo da saúde animal, saúde pública e inocuidade dos alimentos.

[...]

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a rastreabilidade da cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos será implementada exclusivamente com base nos seguintes instrumentos:

- I - **marca a fogo**, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, para identificação do estabelecimento proprietário;
- II - Guia de Trânsito Animal - GTA;
- III - nota fiscal;
- IV - registros oficiais dos serviços de inspeção de produtos de origem animal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exigir a legislação pertinente;

V - registros de animais e produtos efetuados no âmbito do setor privado pelos agentes econômicos de transformação industrial e distribuição.

[...]

Art. 5º

[...]

§ 3º Será dispensado o uso de marca a fogo, tatuagem ou outra forma de marcação permanente quando for utilizado sistema de identificação dos animais por dispositivo eletrônico (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Dessa forma, a marcação tradicional de animais permanece como um recurso a ser utilizado para a rastreabilidade animal, mas abre espaço para outros sistemas eletrônicos, vislumbrando a possibilidade de substituição por sistemas mais atuais.

3.2 O Acervo de Marcas de Santa Vitória do Palmar

3.2.1 Organização Administrativa Municipal e o Registro de Marcas

Conforme descrevemos anteriormente, a organização administrativa do município de Santa Vitória do Palmar se dá no momento da elevação à vila, em 1874, com a formação da primeira Câmara Municipal. Nesse momento, não há um poder executivo, em decorrência de sua inexistência durante o período imperial (AZAMBUJA, 1978, p. 66). Com a proclamação da República, são constituídas Juntas Republicanas em substituição às Câmaras. Somente em 1891 é instituído o poder executivo, na forma de Intendência Municipal, mesmo momento em que as Juntas são substituídas pelos Conselhos Municipais. Essa configuração irá perdurar até 1930, quando esses órgãos serão renomeados para Prefeitura e Câmara Municipal, respectivamente.

O registro de marcas e sinais (Quadro 1) no município inicia-se, provavelmente, no momento da elevação da freguesia à vila de Santa Vitória do Palmar e consequente instituição da Câmara Municipal, em 1874. Essa informação não pode ser confirmada pela ausência dos Livros de Registros iniciais. Os primeiros dados obtidos são pelo Livro de Atas 5, em que é registrada sua abertura em 12 de setembro de 1890, pelo então presidente da Junta Republicana Alípio Santiago Corrêa. Supomos que os registros tenham iniciado em tal data por ser uma atribuição das Câmaras, conforme a Lei Provincial nº 203 de 12 de dezembro de 1850 (PONT, 1983, p. 405). No mesmo Livro de Atas 5 é feita a primeira mudança de destino do registro. A partir da instalação da Intendência Municipal, em 1891, a função de registro de marcas e sinais passa ao poder executivo.

Identificamos as regulamentações municipais sobre esse assunto no Código de Posturas de 1903, que determina, dentre outros, a obrigatoriedade do registro de marcas nos livros da Intendência Municipal.

O registro é desempenhado pela Secretaria da Intendência entre os anos de 1891 e 1936, quando passa à Contadoria da Prefeitura Municipal, durante a gestão do prefeito Osmarino Terra. Durante sua gestão, instituem-se, também, os livros de Registro de Marcas e Registro de Sinais, destinados ao registro dos desenhos de marcas e sinais para comparação visual. A partir de 1936, o registro ficou por muitos anos sendo realizado pela Contadoria ou por secretarias ligadas à fazenda e tributação. Em 2007, passa a ser realizado, por um curto período, pela Secretaria da Agricultura do Município, quando, então, retorna, em 2010 à Secretaria da Fazenda, no setor de ICMS³², onde permanece até hoje. O setor é responsável pela fiscalização e arrecadação de impostos e pelo recolhimento de Talões de Notas Fiscais de produtores rurais do município.

Quadro 1 – Órgãos municipais responsáveis pelo registro de marcas

Livros	Órgão Responsável	Período
Livros 1 a 6	Câmara Municipal	1874 (elevação à freguesia) até 1899 (provável)
Livros 6 a 12	Secretaria da Intendência (Thesouro) Municipal	1899 a 1939
Livros 13 a 21	Contadoria da Prefeitura Municipal	1939 a 1977/87
Livros 21 e 22	Secretaria da Fazenda Municipal	1977/87 a 1987/96
Livros 23 e 24	Secretaria da Fazenda Municipal/ Departamento de Tributação	1987/96 a 2007
Livro 24, 25 e processo informatizado	Secretaria da Agricultura	2007 a 2010
Processo informatizado	Secretaria da Fazenda/ICMS	2010 ao período atual

Em entrevista ao autor deste trabalho, a diretora do setor Marizele Ávila Teixeira e a funcionária responsável pelo registro Denise Clavijo (TEIXEIRA &

³² Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços.

CLAVIJO, 2011) declaram ter percebido um aumento na procura por registro ou regularização de marcas e sinais, em decorrência da transferência dessa função para esse setor que acabou aproximando-o de seus principais interessados, os produtores.

O acesso ao acervo, apesar de constituir um arquivo público, é restrito aos funcionários e aberto a pessoas de fora somente por solicitação judicial ou autorização de instância superior. Esse fato deve-se à proteção necessária às informações de propriedade de marcas e sinais, em virtude da possibilidade de sua utilização das mesmas em abigeato ou falsificação de documentação.

3.2.2 Constituição do Acervo

O arquivo de marcas e sinais do município é constituído por conjuntos de quatro tipos de livros. O conjunto mais antigo é formado, originalmente, por 25 Livros de Atas, iniciado, talvez, quando da elevação da freguesia à vila e a conseqüente constituição da primeira Câmara Municipal. Atualmente, encontram-se no setor responsável os livros 5 e de 7 a 25. Os livros 1 a 4 e 6 têm seu destino desconhecido (Quadro 2) de acordo com informação de funcionários atuais e antigos que trabalharam com o acervo.

Os livros que compõem o conjunto (Figura 34) mantêm a estrutura tradicional de livros de atas, com registro de abertura e fechamento e rubrica do responsável em todas as folhas. São livros adquiridos em livrarias de Rio Grande ou Santa Vitória do Palmar, indicados, algumas vezes, pelo selo da livraria. Possuem entre 150 a 200 folhas numeradas, dimensões aproximadas de 25 centímetros de largura por 40 centímetros de altura, todos com capa dura.

Nesses livros são feitos os registros oficiais de propriedade das marcas ou sinais de orelha³³ (Figura 35), sendo lavrados, a cada requerimento, data do registro, local, nome do requerente ou representante, assinatura do secretário ou escrivão responsável e assinatura do requerente. No caso do registro de marcas, o desenho da marca é representado na margem externa da folha. Para os sinais de orelha, a descrição é feita no próprio termo, podendo ser desenhado ou não nas margens da folha. Posteriormente, podem ser acrescentadas ao termo original as transferências

³³ Os sinais de orelha são cortes realizados nos rebanhos bovinos, ovinos e cavalares, com o mesmo objetivo das marcas, de identificar o proprietário do animal.

ou baixas realizadas ou, ainda, no caso das marcas, a indicação do número correspondente ao seu desenho no livro de Registro de Marcas.

Figura 34 – Livros de Atas do Registro de Marcas e Sinais de Santa Vitória do Palmar

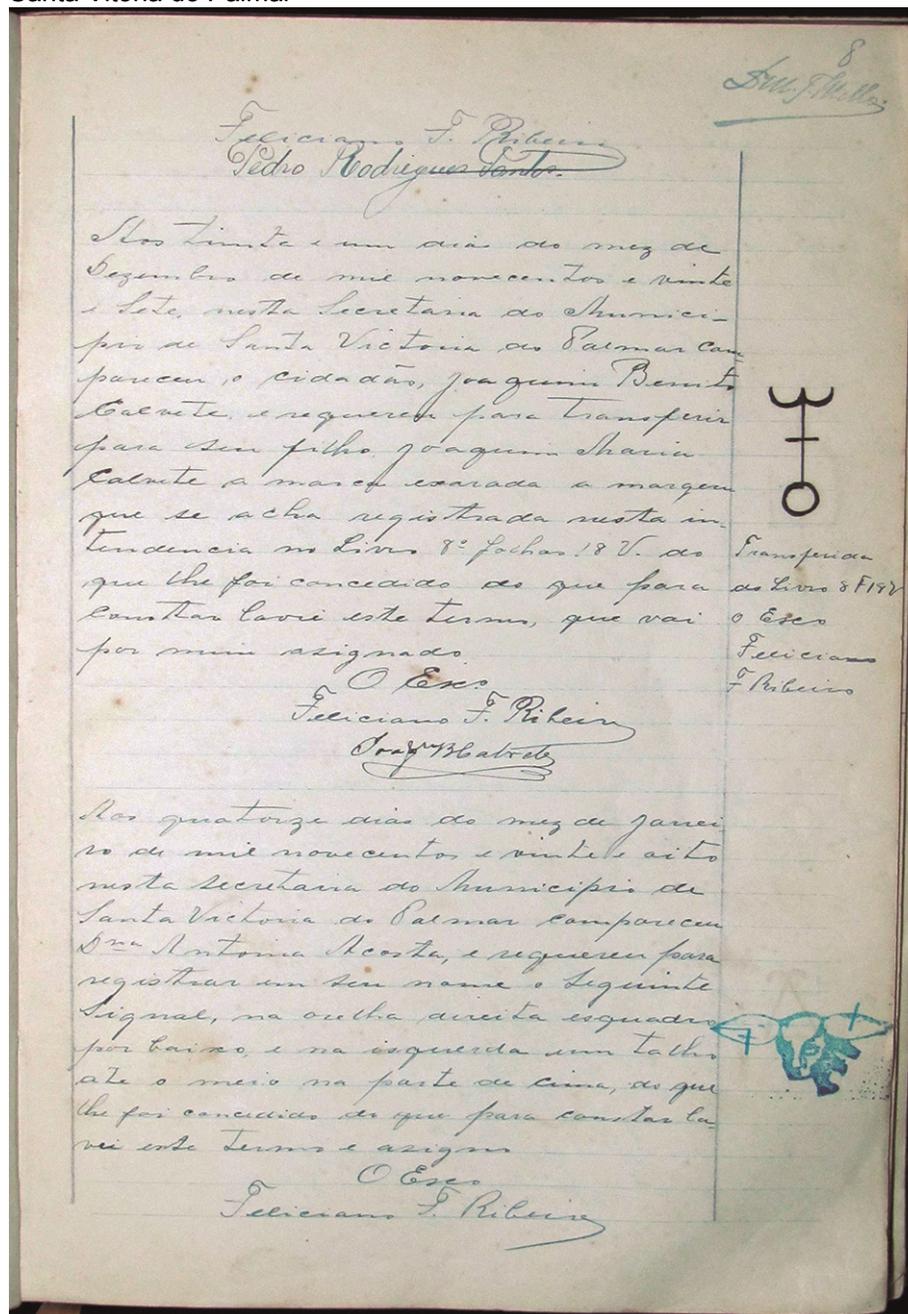


Fonte: ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do Autor.

O segundo livro constituinte do acervo é o livro de Registro de Marcas (Figuras 36, 37 e 38), criado em 1938 pelo prefeito Osmarino Terra. Esse livro tem a finalidade de registrar somente os desenhos de marcas. Foi criado para facilitar a comparação entre aquelas ali registradas e os novos pedidos de registro. O início dos registros nesse livro se dá em 28 de dezembro de 1938, no Livro de Atas 12.

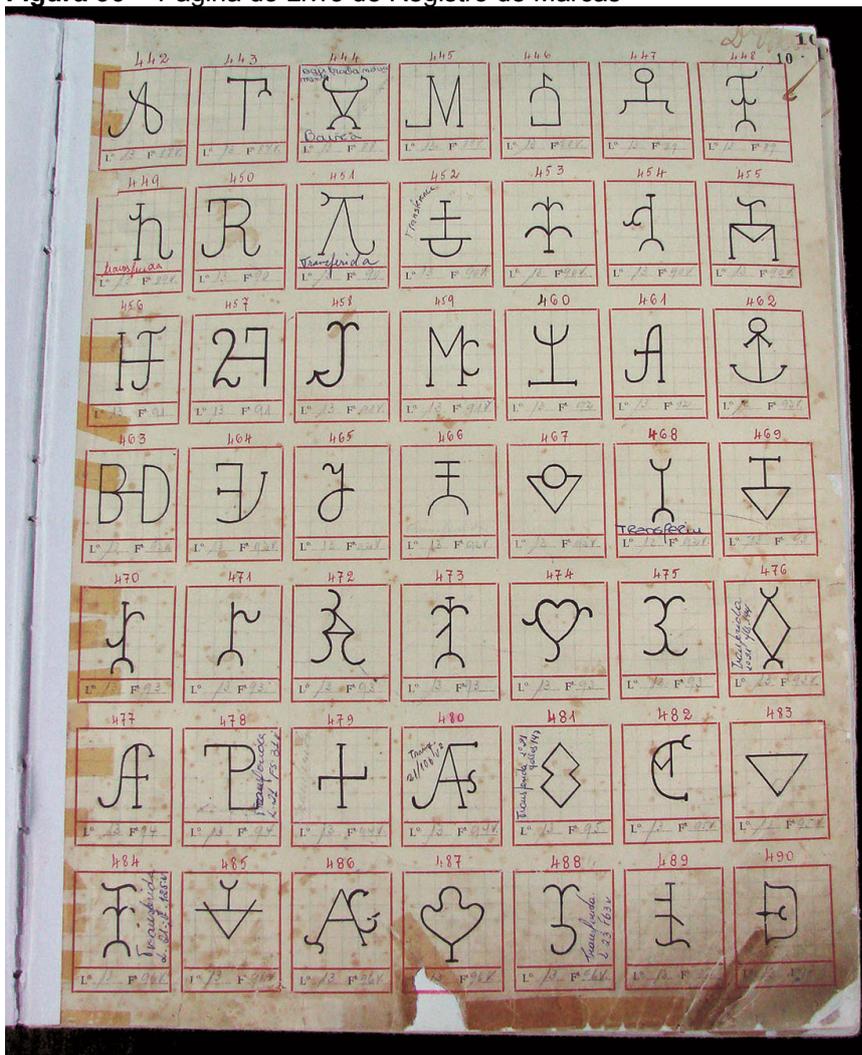
O volume mantém características de livros de atas, com abertura, fechamento e rubrica do prefeito em todas as duzentas folhas numeradas. Cada folha é utilizada somente na frente e apresenta espaços para o desenho de 49 marcas, sendo que, em cada um, existem campos para o desenho, indicação de livro de atas e folha correspondente e número de registro no livro. Este último é o número que foi acrescido em cada registro de marcas nos livros de atas, a partir de 1938. Anotam-se, também, as baixas e transferências realizadas. O livro possui capa dura e dimensões aproximadas de 45 centímetros de largura por 60 centímetros de altura.

Figura 35 – Página do Livro de Atas do Registro de Marcas e Sinais de Santa Vitória do Palmar



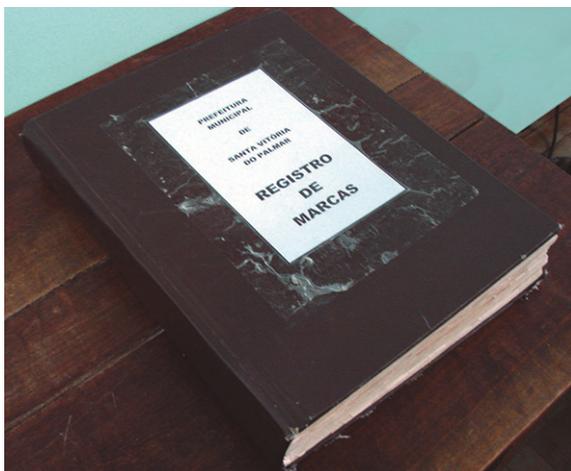
Fonte: ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do Autor.

Figura 36 – Página do Livro de Registro de Marcas



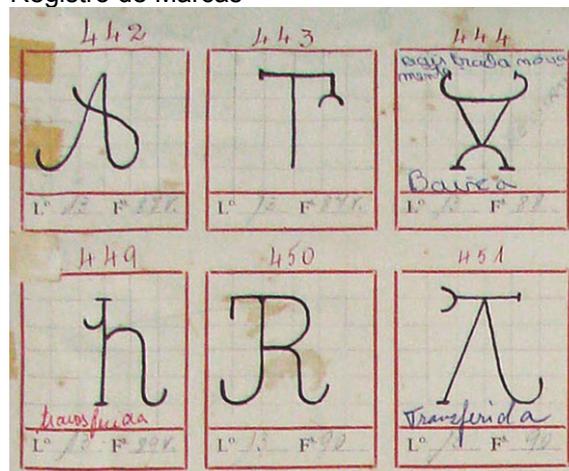
ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do autor.

Figura 37 – Livro de Registro de Marcas



ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do autor.

Figura 38 – Detalhe da página 10 do Livro de Registro de Marcas



A imagem mostra as anotações de transferência e baixa de algumas marcas. ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do autor.

Quadro 2 – Livros de Atas do Registro de Marcas de Santa Vitória do Palmar

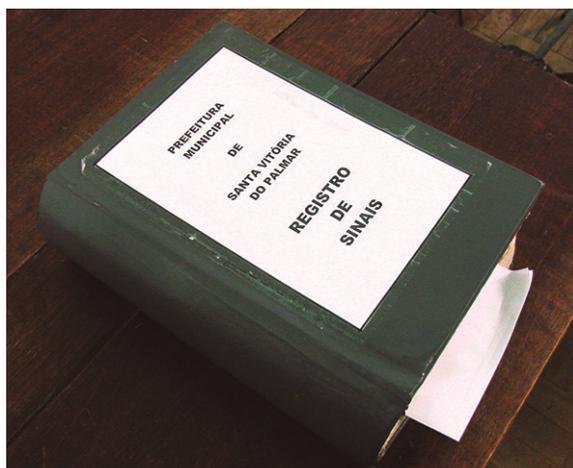
	Órgão Responsável	Abertura Livro	Registro Inicial	Número Inicial Marcas	Registro Final	Número Final Marcas	Formato (aprox.)	Nº Folhas	Fabricante	Condições
01	—		—	—	—		—	—		—
02	—		—	—	—		—	—		—
03	—		—	—	—		—	—		—
04	—		—	—	—		—	—		—
05	Câmara Municipal	12.09.1890	12.09.1890	—	21.01.1896	—	25x40	25x40		
06	—		—	—	—		—	—		—
07	Secretaria da Intendência Municipal	07.05.1903	25.06.1903	—	20.02.1908	—	25x40	150	Edições Artísticas	
08	Secretaria do Thesouro da Intendência Municipal	05.02.1908	25.02.1908	—	06.03.1912	—	25x40	150	—	
09	Secretaria Geral da Intendência Municipal	09.03.1912	09.03.1912	—	02.05.1918	—	25x40	150	Livraria Americana	
10	Secretaria Geral da Intendência Municipal	27.04.1918	02.05.1918	—	16.11.1922	—	25x40	150	Livraria Americana	
11	Secretaria Geral da Intendência Municipal	18.11.1922	18.11.1922	—	17.10.1927	—	25x40	150	Livraria Americana	
12	Secretaria do Município Intendência Municipal	07.10.1927	24.10.1927	01 (a partir da folha 165 verso)	20.05.1939	39	25x40	200	—	
13	Contadoria da Prefeitura Municipal	13.10.1938	24.05.1939	40	30.12.1939	990	25x40	200	Livraria do Globo	

	Órgão Responsável	Abertura Livro	Registro Inicial	Número Inicial Marcas	Registro Final	Número Final Marcas	Formato (aprox.)	Nº Folhas	Fabricante	Condições
14	Contadoria da Prefeitura Municipal	—	30.12.1939	991	09.11.1943	1379	25x40	—	Livraria do Globo	Abrindo na lombada
15	Contadoria da Prefeitura Municipal	07.11.1943	18.11.1943	1379	17.05.1949	1650	25x40	200		Abrindo na lombada
16	Contadoria da Prefeitura Municipal	22.05.1949	23.05.1949	1651	11.03.1957	1938	25x40	200	Livraria do Globo	
17	Contadoria da Prefeitura Municipal	13.03.1957	13.03.1957	756 (Transf.) 1939	18.10.1962	—	25x40	200	Livraria do Globo	
18	Contadoria da Prefeitura Municipal	18.10.1962	19.10.1962	2200	24.08.1966	2499	25x40	200	Livraria do Globo	
19	Contadoria da Prefeitura Municipal	18.08.1966	06.09.1966	2500	19.10.1971	2791	25x40	200		
20	Contadoria da Prefeitura Municipal	20.10.1971	21.10.1971	2792	24.06.1977	3116	25x40	200		
21	Contadoria da Prefeitura Municipal/ Sec. Fazenda Municipal	—	27.06.1977	3117	13.02.1987	3442	25x40	200		Capa solta
22	Sec. Fazenda Municipal/ Sec. Fazenda, Departamento da Tributação da Prefeitura Municipal	—	23.03.1987	3443	03.06.1996	3791	25x38	200		Folhas iniciais soltando
23	Secretaria da Fazenda/ Departamento da Tributação da Prefeitura Municipal	17.09.1996	12.06.1996	3792	03.05.2002	4080	25x38	100		Capa soltando
24	Secretaria da Fazenda, Dep. Tributação da Prefeitura Municipal/ Secretaria da Agricultura	07.05.2002	06.05.2002	4081	08.10.2007	4327	25x38	100		
25	Secretaria da Agricultura	19.03.2007	05.06.2007	4328	28.04.2010	4512	25x38	54/100		

O terceiro livro (Figuras 39 e 40) que constitui o acervo é o livro de Registro de Sinais. Criado em 02 de janeiro de 1939, possui a mesma função que o livro de Registro de Marcas. Nele são representados os desenhos dos sinais de orelha registrados no município com a finalidade de facilitar a comparação entre os sinais já existentes e as solicitações de novos.

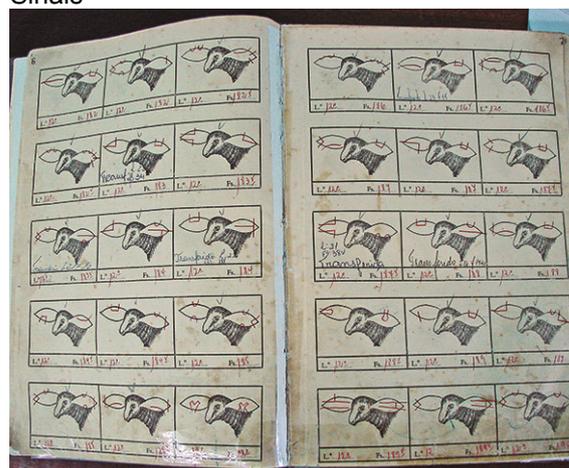
O volume segue o formato de livros de atas, com termo de abertura e fechamento, com 500 folhas numeradas em frente e verso. Cada página possui campos para o registro de 15 sinais e possuem espaço para o desenho do sinal, e indicação do livro de atas e páginas de seu registro original. Uma característica peculiar é que esse livro não leva assinatura ou rubrica do prefeito que iniciou o livro.

Figura 39 – Livro do Registro de Sinais



ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do Autor.

Figura 40 – Páginas do Livro de Registro de Sinais



ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do autor.

Um marco importante no Registro de Marcas e Sinais acontece a partir de junho de 1939, quando ocorre um processo de revalidação das marcas e sinais de todo o município. Esse período coincide com o início da utilização do Livro de Marcas, e com a numeração progressiva de todas as já registradas. Em verdade, essa numeração começa um pouco antes, em janeiro de 1938³⁴. A revalidação torna-se de extrema importância por permitir conhecer as marcas que estariam registradas nos livros que não se encontram mais no acervo. Mesmo que existam

³⁴ O termo de abertura do Livro de Marcas foi registrado em 28 de dezembro de 1938 e do Livro de Sinais, em 02 de janeiro de 1939. Consideramos, como a hipótese mais provável, que os livros tenham sido criados nesta data e que os Livros de Atas receberam a numeração em um momento posterior, tendo como data inicial o primeiro dia de 1938.

algumas que não tenham sido recadastradas, podemos inferir sobre as que foram registradas e, provavelmente, transferidas a outras pessoas.

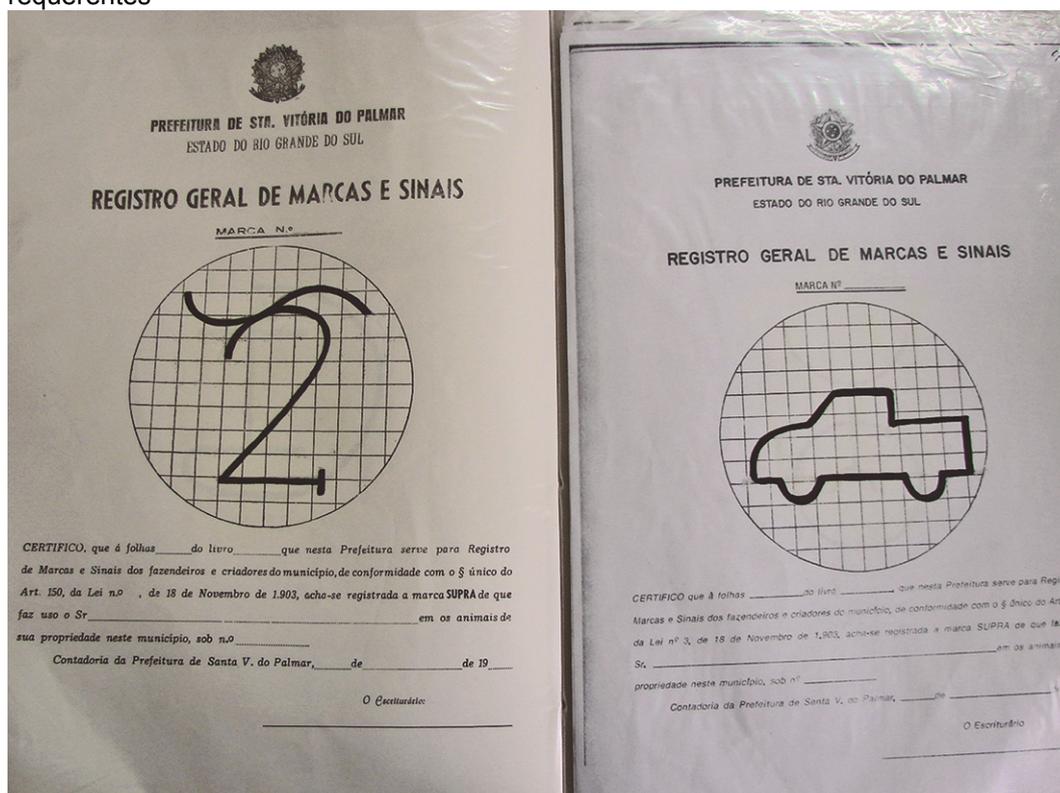
O quarto e último elemento do conjunto é o Livro Índice, em que se relacionam os nomes dos proprietários e os correspondentes registros de marcas ou sinais nos livros de atas. O Livro Índice original está desaparecido, mas os registros encontram-se disponíveis através de uma planilha eletrônica.

O acervo ainda é formado por 12 pastas-arquivo com leis municipais e distritais, requerimentos e certidões atuais que, por fugirem ao objetivo da pesquisa, não foram analisados. Possui um banco de desenho de marcas (Figura 41), de caráter informal, mantido nos últimos anos pelos funcionários responsáveis pelo registro, motivados pela carência de marcas disponíveis para registro. Dessa forma, solicita-se a cada proprietário que traga em torno de três propostas diferentes de desenhos de marcas para serem pesquisadas. Após a pesquisa, esses desenhos podem ser descartados, caso já exista referência igual ou semelhante, registradas pelo proprietário ou guardadas nesse banco para serem oferecidas a outros requerentes. Além das marcas incorporadas ao banco, são realizadas pesquisas em outros municípios, para compará-las com as do banco atual e serem, também, disponibilizadas.

Cabe ressaltar a observação feita pelas funcionárias do setor (TEIXEIRA & CLAVIJO, 2011) que não criam novas marcas, apenas refazem o desenho solicitado para inclusão no sistema. Ainda assim, sugerem pequenas mudanças no desenho para que a marca se diferencie ainda mais de outra ou para que não corra o perigo de “borrar”³⁵ durante a marcação. Esse fato traz em si uma das características mais interessantes dos desenhos de marcas de gado. Mesmo sendo um símbolo criado sem uma instrução formal, tanto normativo quanto estético, o conhecimento de sua prática faz com que o registro assuma determinadas características que tornem mais eficaz sua utilização. A partir de 2010, o registro de marcas possui um sistema informatizado, criado no município de Bagé, substituindo o formato tradicional. É constituído por um banco de dados em que se registram o desenho da marca e as informações do proprietário.

³⁵ A marca borrada é aquela que perde a legibilidade por possuir detalhes muito pequenos, curvas muito acentuadas ou muito próximas, ocasionando um fechamento no desenho e a consequente falta de legibilidade.

Figura 41 – Fichas de registro já preenchidas com marcas a serem oferecidas aos requerentes



ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Foto: Acervo do Autor.

3.2.3 Processo de registro

Para iniciar o processo de registro de uma marca ou de um sinal é realizada uma pesquisa para comparação com os registros já existentes. Essa etapa é anterior ao processo oficial e necessária pela proibição de existirem marcas ou sinais iguais ou muito similares no município. Dessa forma, realiza-se um estudo preliminar nos livros de Registro de Marcas ou de Registro de Sinais, para que seja feita uma comparação visual entre as mais de 4.000 marcas ou 5.000 sinais já registrados.

Um dos grandes empecilhos é a grande quantidade de marcas ou sinais existentes nos registros. Segundo as responsáveis, muitos estão em desuso, sem que tenha sido dada baixa no registro. Por outro lado, o sistema informatizado atual é simplesmente um banco de dados, não sendo capaz de realizar uma comparação de forma automatizada. Dessa forma, acaba agravando-se a situação, pois é necessária a comparação tanto no sistema tradicional como no informatizado.

Depois de realizada a pesquisa e escolhido o desenho, o processo é iniciado oficialmente, através de um requerimento (Figura 42) realizado pelo proprietário e a inclusão da marca ou sinal nos registros da prefeitura. Até 2010, o registro era feito

nos livros de atas e nos livros de registros de marcas ou sinais. Atualmente, com o processo parcialmente informatizado, o cadastro é feito em meio digital. Com isso, o registro no livro de atas e nos de registros de marcas e sinais não é mais realizado. São indicadas apenas transferências ou baixas nesses livros.

Ao final do processo, é fornecido ao requerente uma certidão (Figura 43), contendo o desenho da marca ou sinal, nome e CPF do requerente, localização da propriedade e número do certificado.

Figura 42 – Formulário para requerimento de registro de marca

PREFEITURA DE STA. VITÓRIA DO PALMAR
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REGISTRO GERAL DE MARCAS E SINAIS

MARCA Nº _____

CERTIFICO que à folhas _____ do livro _____, que nesta Prefeitura serve para Registro de Marcas e Sinais dos fazendeiros e criadores do município, de conformidade com o § único do Art. 150, da Lei nº 3, de 18 de Novembro de 1.903, acha-se registrada a marca SUPRA de que faz uso o Sr. _____ em os animais de sua propriedade neste município, sob nº _____

Contadoria da Prefeitura de Santa V. do Palmar, _____ de _____ de _____

O Escritário

D.M.HOPFETTER - 43.1024 - SANTA VITÓRIA DO PALMAR

Constam no formulário o desenho desejado em uma malha, além dos dados do requerente. Fonte: ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Fonte: Acervo do Autor.

Figura 43 – Certidão de Registro da Marca

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR
Secretaria Municipal de Agricultura

CERTIFICADO DE REGISTRO DE MARCA

Registro: 77
Foi registrado para: RELETTORINA
Localidade: SANTA VITÓRIA DO PALMAR
CPF: 43.102.400-00
Santa Vitória do Palmar, 07 de Junho de 2011.
Certificado nº 001/2011/00000000

Responsável

ICMS/Secretaria da Fazenda de Santa Vitória do Palmar. Fonte: Acervo do Autor.

4 O USO SIMBÓLICO E A TRADIÇÃO DAS MARCAS DE GADO

No capítulo anterior argumentamos que as marcas, depois de se estabelecerem como elementos de identificação, são institucionalizadas como um instrumento legal, normatizado e sistematizado. Esse é um aspecto importante para a descrição dos usos que se farão a seguir, porque a regulamentação dos registros e a normatização dos sistemas contribuem para que se evidenciem alguns dos atributos que caracterizam o papel das marcas.

Esse papel está relacionado ao seu poder de comunicação, que se efetiva como forma de declarar a propriedade sobre determinados bens, posteriormente estabelecendo-se como uma das maneiras de representação e de identidade do seu detentor. A identidade, assim, afirma-se por um processo de alteridade e pela afirmação de um *status* relacionado ao poder socioeconômico e à atividade pecuária. Desse processo de identificação e de formação de identidades, cria-se elemento mais forte, que é a instituição das marcas de gado como um elemento simbólico que representa, além do indivíduo, o poder e o prestígio que este adquire, convertendo-se em um símbolo de respeito tanto pela pessoa quanto pelo que ela representa.

Esse fato pode ser constatado na bibliografia, quando exalta o papel do estancieiro, o poder que este detinha, principalmente até o início do século XX, e o prestígio que a marca adquiria. O *status* adquirido pelas marcas é descrito por Raul Pont (1983) em seu trabalho sobre a formação da fronteira sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul:

A marca é um indiscutível meio de identificação; através dela se define a propriedade, se localiza o estabelecimento, a estância ou o criatório - fontes originárias da espécie ou da raça ou a zona geográfica onde a mesma se situa.

A marca foi sempre respeitada e constitui motivo de orgulho do estancieiro, pois representa muito mais do que um mero signo de propriedade: Ela

condensa uma herança e muitas vezes todo um acervo de tradições e sacrifícios, de gerações e gerações.
É o legado, é o patrimônio, é o símbolo patriarcal da tradição! (op. cit., p. 379)

Como descrito anteriormente, o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul deu-se a partir da concessão de terras com o fim de garantir a posse do território por pessoas que tinham como objetivo, além da criação, a defesa das novas fronteiras conquistadas para suas respectivas coroas. Essa ocupação militarizada fez surgir a figura do caudilho, proprietário de grandes extensões de terra e de gado, preparado militarmente para defender suas terras contra invasões e com grande poder político em sua região. Raul Pont (1983) completa a descrição sobre a importância das marcas de gado destacando o papel desse personagem.

A era caudilhesca apoiou-se na situação econômica do estancieiro ou por ele foi mantida; quando não, era o próprio abastado Patrão quem dominava politicamente determinada zona, onde a única riqueza nativa se representava pela gaderia, pelo número de cabeças...

Vivendo em regime de mais ou menos feudalismo, se impunha uma relação de dependência entre serviçais em condições de escravatura e o senhor dos domínios e propriedades, o Estancieiro abastado, o velho Coronel da região.

Como consequência dessa estratificação social, a marca representava pois, o indivíduo, definindo sua situação na coletividade, o domínio e a autoridade em função de seu poder econômico (op. cit., p. 380).

A mais antiga prova documental em que se pôde observar a ligação entre a marca e o proprietário pôde ser verificada em um censo da província de Entre Ríos, Argentina, no ano de 1849. Nele aparece junto à descrição do nome, idade, ofício e propriedade, a marca utilizada pela pessoa para registro do gado (Figura 44).

Dessa forma, gradativamente as marcas começam a ser utilizadas em relações familiares, sendo transmitidas através de herança, quando passam de pai para filho ou quando são recuperadas de um antepassado, convertendo-se em suportes às práticas de preservação da memória familiar ou servindo para estreitar relações e graus de parentesco. Nesse contexto, essas práticas são claramente atitudes de afirmação de uma continuidade, que elevam as marcas a um patamar de representante simbólico de um antepassado específico ou de uma família. Isso justifica o sentimento de apego que alguns indivíduos e famílias desenvolveram em relação a elas e o significado afetivo que possuem. Também por isso se observa o receio da perda das antigas marcas familiares, o que eventualmente pode ocorrer, em função do estabelecido pelas regulamentações dos sistemas de registro, conforme tratado no segundo capítulo.

A marca institui seu caráter memorial, como elemento portador em si mesmo de recordações de tempos já vividos ou mesmo de uma continuidade. Pode-se afirmar que, muitas vezes, possuem o papel atribuído à heráldica³⁶, na qual um brasão ou escudo carrega uma carga simbólica de continuidade ou de reconhecimento/pertencimento a um grupo e a uma história comum.

Figura 44 – Página do censo do Departamento de Nogoyá, Entre Ríos, Argentina

Nombre	Casa	Edad	Estado	Oficio	Propiedad	Marca	Varias notas
Don J. de S. de S.	12	45	Com.	Herrero	Estimada	S.R.F.	
Doña J. de S. de S.	12	22	Com.				
Doña J. de S. de S.	12	16	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	15	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	1	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	3	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	3	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	7	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	13	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	43	Com.				
Doña J. de S. de S.	12	20	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	19	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	12	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	16	Com.			F.B.B.	
Doña J. de S. de S.	12	10	Com.				
Doña J. de S. de S.	12	22	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	20	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	18	Soltero				
Doña J. de S. de S.	12	13	Soltero				

Descrição: 1940 – Censo Departamento Nogoyá: A – 1º Distrito Algorrobito: 1. Padrón de los habitantes de ambos sexos, con expresión de casa, nombre, Patria, edad, estado, oficio, propiedad, marca y demás nota. Em destaque as marcas apontadas no censo.

Fonte: Archivo General de Entre Ríos, Archivo Histórico “Guillermo Saravi”, 2012. Fondo Gobierno, Serie VII, Estadísticas y Censos 1823 – 1894. Legajo 6.

As marcas, que originalmente eram associadas a um indivíduo, foram gradativamente tomando um caráter coletivo, inicialmente sendo reconhecidas através da identificação e memória familiares. Mais tarde, alcançam maior amplitude, sendo associadas à representação de empresas, quando são utilizadas para estabelecer vínculos com a lida e o modo de vida do campo, bem como aos

³⁶ Ver Maia, (2004), Suassuna (1999) e Paes (2011).

indivíduos ligados a eles, assumindo atributos simbólicos e conceitos almeçados e voltados a valores como antiguidade e tradição.

Ou seja, ao recorrer ao uso das marcas essencialmente o que se busca é a apropriação do valor simbólico vinculado à posse, dignidade e prestígio que elas detêm, vínculo esse possível graças ao caráter evocativo que este elemento gráfico expressa, pois,

como es sabido, la eficacia simbólica depende de muchos factores, entre los cuales la contextualización de los símbolos en prácticas y discursos y el nivel de consenso de que gocen referentes y significados. La condensación y la pureza de atributos y significados son otros de estos factores fundamentales. **La principal virtualidad de un símbolo es su capacidad para expresar de una forma sintética y emocionalmente efectiva una relación entre ideas y valores.** Dicho de otra forma, el símbolo tiene la capacidad de transformar las concepciones y creencias en emociones, de encarnarse, y de condensarlas y hacerlas, por lo tanto, mucho más intensas. Esa capacidad de evocación y condensación de significados se ve reforzada, también en el caso de los referentes simbólicos patrimoniales, cuando se da, además, una especial intensificación o una condensación de los atributos que los legitiman. (PRATS, 1998, p. 66, grifo nosso).

A apropriação e a associação da linguagem gráfica das marcas podem ainda, assumir outro papel quando, desprendendo-se do indivíduo, da família, ou da estância-empresa, transformam-se em um elemento reconhecido e aceito em seu meio de influência, como uma forma de expressão que remete ao modo de vida da tradição pecuária e denota o capital cultural a ele associado. Assim, esse elemento gráfico resulta descolado de sua função original, de identificação dos animais, e acaba absorvido por um contexto de expressão cultural voltado à lida e à vida no campo³⁷, tal como estabelecimentos comerciais ligados à produção pecuária – agropecuárias, *parrillas*, açougues, empresas de remates etc. A partir de então esses elementos passam a ser amplamente usados também em material gráfico, acessórios, vestimentas e utensílios, vinculados a um público interessado nas relações de pertencimento e valorização do **mundo campeiro** e ampliando ainda mais o uso das marcas.

Especialmente no Rio Grande do Sul, essa prática se torna bastante comum,

³⁷ Esta valorização, guardadas as devidas diferenças em relação à realidade socioeconômica e de estrutura fundiária dos contextos de análise, parece estar ligada ao que alguns estudos identificam como sendo um fenômeno de tendência de revalorização dos campos e do mundo rural no mundo contemporâneo. Sobre o assunto ver “O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade”, de Maria de Narezeth Blandel Wanderley (2009).

pois, oportunamente, é incorporada por expressões culturais ligadas ao tradicionalismo e nativismo, movimentos interessados no engrandecimento, mesmo que a partir da criação de tradições, de costumes e do orgulho de ser gaúcho. Esses movimentos são, desde sua origem, realizados por pessoas que, com maior ou menor ligação com o campo, iniciam nos centros urbanos uma reconstrução de suas origens tradicionais e campeiras³⁸, a quem interessa rememorar o passado de personagens heroicos e a história das lutas pela posse e demarcação do território nas quais, como temos insistido, as marcas podem desempenhar um papel bastante significativo. Nesse contexto, em conjunto com uma gama mais ampla de elementos e práticas de representações sociais, as marcas ajudam a forjar a construção de uma identidade a ser compartilhada por um público amplo, não apenas pela bagagem genuína que carregam como pela facilidade de identificação, assimilação e reprodução que oferecem.

Interessa apontar, em que pese o histórico de transformações no uso da marca, que essas estão sempre destinadas a emitir ou transportar uma mensagem. O que se observa na trajetória descrita é a modificação da natureza dos emissores, dos receptores e da própria mensagem. Essa modificação é, particularmente, substancial pela amplitude que o uso recebe ao extrapolar o domínio de representação individual para abarcar interesses coletivos. No entanto, seja qual for o recorte adotado, simbolicamente as marcas estão sempre auxiliando a estabelecer relações de alteridade, sendo importantes tanto para indivíduos quanto para uma coletividade e, por isso, consideradas como importantes à formação identitária e integrantes de um sistema cultural, tal qual argumenta Arévalo (2004):

La identidad refiere un sistema cultural (tradición y patrimonio) de referencia y apunta a un sentimiento de pertenencia. Es decir la identidad se fundamenta en una construcción real y en una construcción ideológica, que jerarquiza y fetichiza unos símbolos supuestamente propios, mediante los que se canalizan, cíclicamente, las energías y los sentimientos colectivos; porque los procesos de construcción de las identidades son, como observara Juan José Pujadas (1993), procesos ideológicos (conjunto de representaciones, valores, creencias y símbolos), procesos políticos (con la finalidad de marcar los límites entre nosotros y ellos) y procesos culturales (la historia y la tradición), que representan el vínculo genealógico y la herencia cultural (op.cit., p. 934)

³⁸ O Movimento Tradicionalista Gaúcho e o tradicionalismo gaúcho em si podem ser inseridos no que Hobsbawn & Ranger (1997) tratam como tradição inventada. Essa discussão é feita de forma bastante interessante por Oliven (1989) e Menasche (1993).

Contudo, o aspecto mais relevante a ser observado é que as transformações que caracterizam a utilização das marcas, bem como os processos identitários que lhes são associados, permitem o entendimento da existência de uma tradição. As indagações que surgem, relacionadas ao que se quer transmitir, perpetuar ou mesmo transformar, podem ser compreendidas pela própria noção atual sobre o que seja tradição e suas condições de existência. Candau (2011) afirma que

para viver e não apenas sobreviver, para ser **transmitida** e, sobretudo, **recebida** pelas consciências individuais “em inter-relação, em conexão de papéis, em complemento de funções”, essa combinação **deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação. Ela será autêntica**, quer dizer que terá sua força - a de conferir aos membros de um grupo o sentimento de compartilhamento de sua própria perpetuação enquanto tal - **de sua autoridade, aquela de uma transmissão efetiva e aceita**. Neste caso, a tradição corresponde bem à definição que fornece Danièle Hervieu-Léger: “**um universo de significações coletivas no qual as experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos no caos são reportadas a uma ordem imutável, necessária e preexistente aos indivíduos e aos grupos**”. O que define principalmente a tradição, acrescenta a autora, “é que ela confere ao passado uma autoridade transcendente” (op. cit., p. 121, grifo nosso).

Nesse relato o autor declara a necessidade de uma transmissão e de uma recepção, que devem estar embasadas em uma significação no presente para que seja autêntica, efetiva e aceita. Trata também de um sentimento de perpetuação compartilhado por um grupo. Os aspectos de transmissão de uma prática e de suas representações, através de sucessivas gerações, são importantes para que se constitua uma tradição. Segundo Miranda (2005, p.23), o processo de transmissão “se realiza mediante uma cadeia de repetições que não são idênticas, mas sim apresentam câmbios e inovações e se acumulam para criar o que seria a grande tradição” (p. 123, tradução nossa).

Outra questão importante diz respeito à afirmação de Arévalo (2004):

La tradición es una construcción social que cambia temporalmente, de una generación a otra; y espacialmente, de un lugar a otro. Es decir, la tradición varía dentro de cada cultura, en el tiempo y según los grupos sociales; y entre las diferentes culturas.

[...]La tradición, de hecho, **actualiza y renueva el pasado desde el presente**. La tradición, para **mantenerse vigente**, y no quedarse en un conjunto de anacrónicas antiguallas o costumbres fósiles y obsoletas, **se modifica al compás de la sociedad**, pues representa la continuidad cultural (op. cit., p. 926, grifo nosso).

Assim, fica entendida a necessidade de renovação dos usos e atribuições de uma tradição, para que não se torne obsoleta ou um conjunto de regras e ações sem ligação com o espaço e tempo atuais. A tradição pode ser compreendida, portanto,

como uma manifestação, um conjunto de ações ou representações, de caráter prático e simbólico, que é transmitida ao longo do tempo em um determinado espaço e que ressignifica o passado pelo olhar do presente, atualizando-se para manter-se. Pode-se dizer que, para uma tradição ligada aos usos simbólicos das marcas de gado, o ponto central da manifestação está na existência de uma comunicação por meio de um elemento gráfico que expressa, além da propriedade sobre os animais, valores e atributos sociais e culturais que, como dito anteriormente, embora representativos de grupos específicos, são compartilhados por um grupo social muito mais amplo.

Inicialmente tratamos do uso memorial e da transmissão como uma tradição que se forma dentro de um grupo familiar. Entretanto essa prática, restrita à família e necessariamente dependente de seus integrantes, compõe apenas uma parte de uma tradição maior que pretendemos tratar no trabalho. Esta última se manifesta para além desses grupos. Está vinculada ao papel que as marcas assumem frente a um público mais diversificado. Essas constatações, observadas a partir do campo e dos referenciais bibliográficos, demonstraram a necessidade de uma investigação mais detalhada das formas de utilização das marcas de gado, que extrapolam sua função de identificar a propriedade.

A seguir buscaremos descrever os usos simbólicos das marcas a partir de duas vertentes, uma voltada à tradição familiar de transmissão da terra e criação de gado e outra vinculada às tendências atuais de uso e ocupação do espaço rural. Esta segunda se apresenta em nosso estudo através de usos múltiplos, com relação direta ou não à produção do gado – tais como pecuárias, indústria de derivados de carne e leite, comércio de produtos e implementos agrícolas, restaurantes; ou através do desejo de demonstração de pertencimento a este modo de vida.

4.1 A transmissão das marcas no contexto familiar

O uso das marcas de gado como elemento memorial pode ser considerado como a forma mais visível de uma tradição vinculada às marcas de gado. Está diretamente associado à ideia de hereditariedade, continuidade, reverência ao passado e pertencimento a um grupo – neste caso uma família.

A ideia da formação de uma identidade ou de identidades está diretamente ligada à memória, neste caso individual, servindo também esta identidade como formadora ou seletora de memórias (CANDAU, 2002). Nesse contexto, a

reafirmação do passado atua fortemente, oferecendo elementos para a construção de identidades que buscam em um tempo pretérito elementos para sua constituição. Nessa mirada ao passado, uma das formas mais recorrentes é a busca por raízes familiares em que o pertencimento a um grupo é um elemento fortemente constituidor de identidades.

Dessa forma, podemos dizer que a noção de pertencimento a uma linhagem pode ser utilizada como elemento de constituição da identidade de um sujeito. Essa ligação com os antepassados acontece, na maioria das vezes, através do conhecimento da história da família, contada oralmente por pais ou avós, ou através de registro materiais, como fotografias, documentos ou objetos que pertenceram aos antepassados. Essa recuperação acaba por transformar muitas vezes esses registros e objetos em suportes de memórias, tomados como relíquias a serem preservados por indivíduos que pertençam a esses grupos para transmiti-los às gerações posteriores.

As marcas de gado inserem-se nesse conjunto por serem utilizadas, também, como elementos de rememoração de um antepassado, ou de uma linhagem, sendo reutilizadas por sucessivas gerações. Nesse processo de transmissão, elas são permanentemente ressignificadas e incorporam as transformações do contexto produtivo no qual estão inseridas, ou mesmo assumem significados que extrapolam esse contexto.

Nesse uso, podem ser descritos dois caminhos percorridos pelas marcas. Em ambos existe um ponto de origem, em geral do antepassado pioneiro na criação de gado ou aquele que obteve maior sucesso nessa atividade. Pode-se afirmar que esse pioneiro, ao instituir sua marca, com o objetivo de identificar suas posses, criou, intencionalmente ou não, uma forma de perpetuar-se para além de sua existência.

O primeiro caminho ocorre quando as marcas se estabelecem desde sua origem como um elemento que representa uma família e sua história e, portanto, segue uma trajetória geracional de sucessão. Dessa forma, configura-se como fio condutor de transmissão de um legado, no caso de um patrimônio vinculado à tradição pecuária.

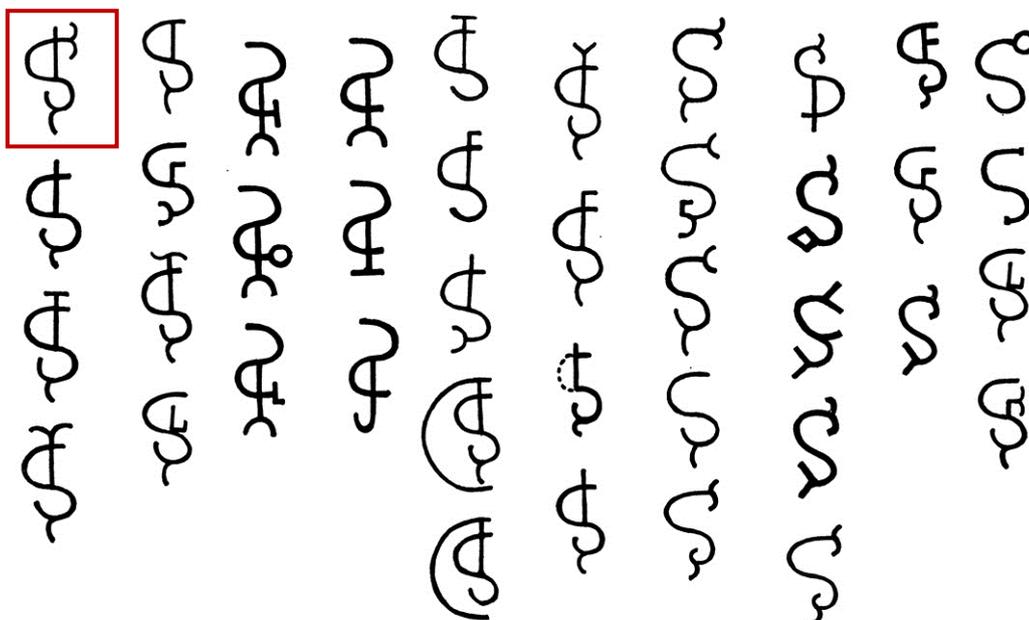
Esse é o caminho descrito por autores que trabalham com marcas no nordeste do Brasil, associando-as a uma heráldica sertaneja (MAIA, 2004; SUASSUNA, 1999; PAES, 2011). Neste contexto, as marcas de uma família se originam de uma base, ou caixão, como é designada, em geral pertencente ao

patriarca da família, e vão sofrendo sucessivas modificações na forma de pequenos acréscimos ou supressões (Figura 45), na medida em que as gerações vão se sucedendo. Assim sendo, as marcas são tratadas como uma espécie de brasão, pertencentes a uma heráldica vernacular.

Pont (1983) relata no Rio Grande do Sul, com menos intensidade, a existência de marcas que foram modificadas pelos descendentes. Cita alguns casos, como o da marca da Estância da Sesmaria do d'Ávila, da sesmaria concedida em 1815, tendo sua marca modificada em 1857 pela neta do antigo proprietário (Figura 46) e de Praxedes Inácio da Fonseca, modificando a marca de seus pais (Figura 47). Também é interessante o caso relatado de um posteiro de nome Amaral que, após ficar viúvo, para lembrar da marca (Figura 48), repetia

... Na marca que era do pai,
Foi depois acrescentada:
Fiz a cruz da "mia finada"
Uma flor que é da "mia fia"
Dois puchete, - os irmãos dela:
Era maneia e presilha,
Fechadas numa fivela...
(PONT, 1983, p. 423)

Figura 45 – Ilustração com exemplo de marcas de família originada a partir de uma marca caixão



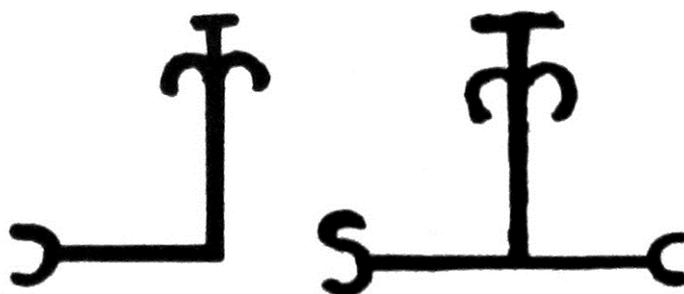
O retângulo em vermelho destaca a marca caixão de Manuel Fidélis. Na sequência, a marca de seus descendentes com as modificações. Fonte: MAIA, 2004

Figura 46 – Ilustração com marcas da Estância da Sesmaria do d'Ávila



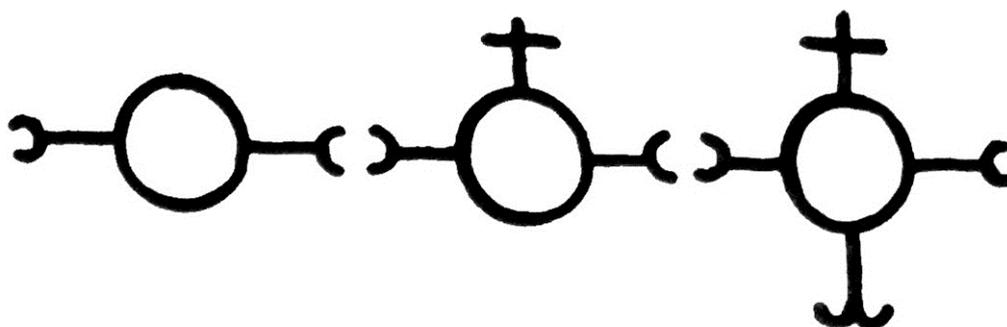
Fonte: PONT, 1983

Figura 47 – Ilustração com marcas de Praxedes Inácio da Fonseca



Fonte: PONT, 1983

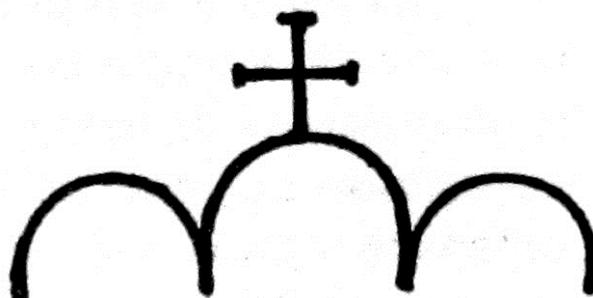
Figura 48 – Ilustração com marcas do posteiro Amaral



Fonte: PONT, 1983

O autor registra, ainda, o caso da marca da Cruz sobre Três Crescentes (Figura 49). Segundo ele, era o brasão de D. Antônio de Muniz, avô materno da esposa de José da Silva Tavares, desbravador das terras onde hoje se localiza a cidade de Herval do Sul. Essa marca, segundo Pont (1983), em 1818, passa ao filho de José da Silva Tavares, sendo transmitida de geração em geração e podendo ser considerada a marca mais antiga do Rio Grande do Sul.

Figura 49 – Ilustração com marcas da Cruz sobre três Crescentes



Fonte: PONT, 1983

O segundo caminho percorrido pelas marcas, no que tange à sua perpetuação dentro de grupos familiares, diz respeito à sua recuperação por indivíduos interessados em valorizar o sentimento de pertencimento e apego familiar, ou como forma de homenagem e reconhecimento a um antepassado. É interessante observar que o momento de idealização da marca tem implícito a gênese de uma projeção para o futuro, mesmo que de forma inconsciente pelo seu proponente tal qual dissemos, enquanto que seu resgate diz respeito à valorização intencional desta idealização e reafirmação de sua identidade.

Esse último pode ser exemplificado a partir do relato do Sr. Sosa Días (2012), ao abordar a possibilidade existente, a título de exceção, no sistema de registro de marcas uruguaio para a recuperação de marcas de antepassados por seus descendentes:

Si una marca es Primera Serie y caducó, pasaran los diez años no se puede volver a dar. Salvo que los que vengan por ella sean hijos da línea directa de descendiente del titular. Entonces sí, de lo contrario no. Porque que la excepción? Porque la marca, por lo menos en Uruguay, **para mucha gente tiene un valor afectivo muy fuerte. Es la marca del abuelo. Es histórica. Entonces, bueno... se concede eso.**

[...]Hay gente, por ejemplo que, [...], para sacar marca tiene que estar inscrito en DICOSE. Y hay gente que se ha inscrito en DICOSE exclusivamente para rescatar la marca de un bisabuelo, con todo un escrito

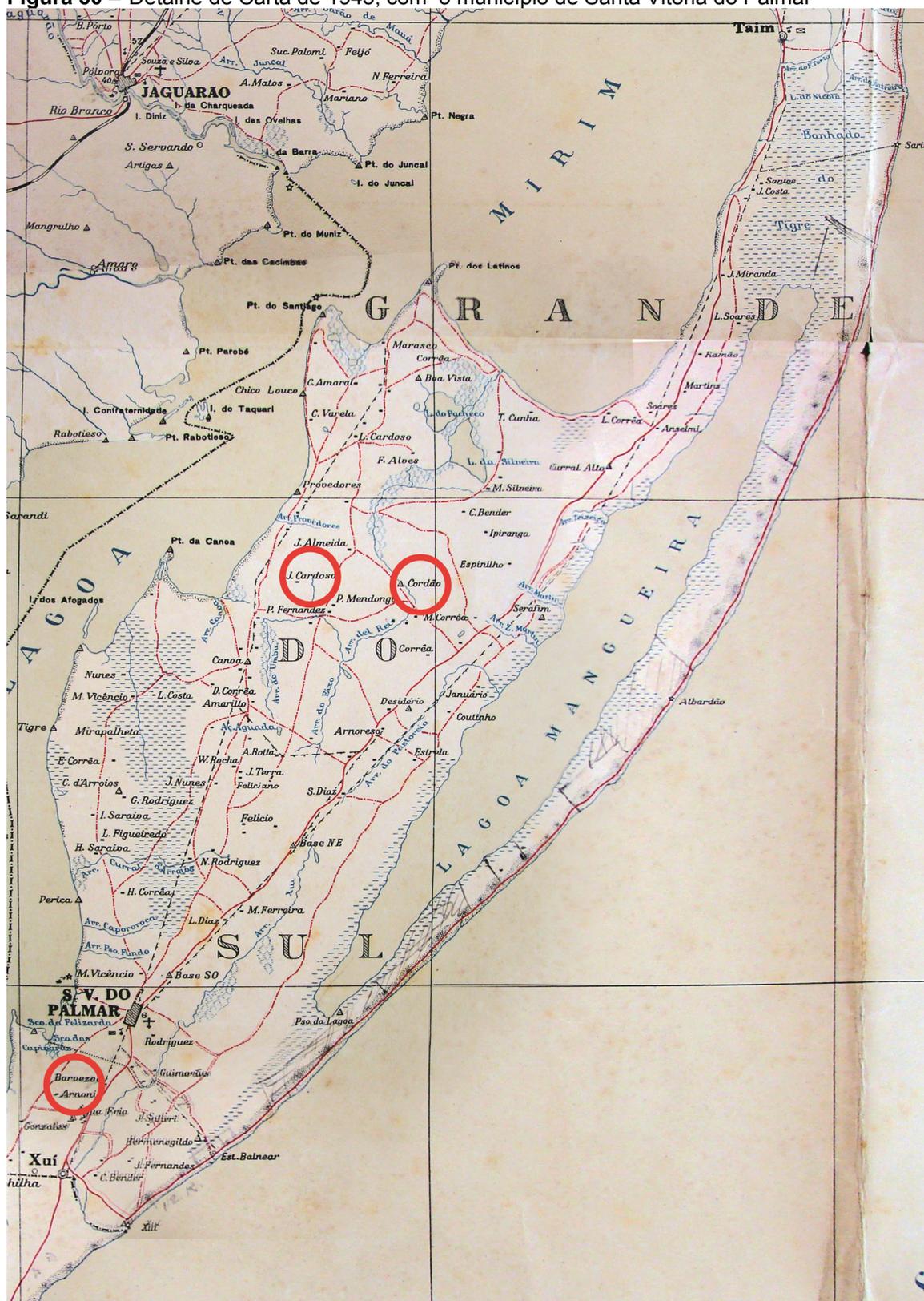
notarial y todos los documentos que prueban la descendencia, para tener la marca. Y a cada diez años renueva el derecho a uso. No la han usado nunca... [...] tengo el derecho a uso de esta que era de mi abuelo, la tengo yo, no la tiene nadie más en la familia.
[...]Mi señora es una de ellas. [...] Salió carísimo el escribano. [...] Hubo que conseguir todas las partidas de nacimiento, las partidas de casamiento, relacionar todo en un descripto notarial, para justificarlo (grifo nosso).

Outro caso pode ser descrito a partir do relato do Sr. Retamar (2012) que descreveu a solicitação de um amigo para que a marca de seu antepassado fosse recuperada. Nesse caso, a solicitação foi negada, em decorrência da legislação da província de Santa Fé, onde se exige a existência de uma propriedade rural para registro de uma marca. O amigo desejava somente possuir a marca para utilizá-la em utensílios ou desenhada em um quadro.

Pelo exposto, percebe-se que o sistema uruguaio, embora apresente um estágio bastante avançado de regulamentação e forma de construção das marcas, possui também mecanismos sensíveis à sua natureza memorial e importância para a continuidade de uma tradição familiar e que a compatibilidade entre regulamentação e respeito à tradição é possível.

As duas vertentes de formas de transmissão de marcas têm, no estudo de campo em Santa Vitória do Palmar, inúmeros exemplos, dos quais apresentamos alguns a seguir, tomando como referência as histórias familiares relatadas por três entrevistados. Estes são produtores de gado e foram escolhidos por seus vínculos com a tradição pecuária e por terem uma história familiar ligada à posse de terras na região dos antigos Campos Neutrais. Isso pode ser percebido, inclusive, pela cognominação de zonas com o sobrenome destas famílias ou estâncias em mapas e cartas oficiais (Figura 50). Além das entrevistas, serviram como fontes de pesquisa o acervo do Registro de Marcas de Santa Vitória do Palmar e pesquisa bibliográfica.

Figura 50 – Detalhe de Carta de 1945, com o município de Santa Vitória do Palmar



As localidades neste mapa são representadas pelos nomes dos proprietários de terra ou das estâncias da época. Em destaque as zonas onde se localizam as propriedades dos entrevistados. Fonte: Carta Lagoa Mirim – NO, Folha SI-22-NO, Organizada, desenhada e editada pelo Conselho Nacional de Geografia, IBGE em dezembro de 1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

4.1.1 Família Arnoni

A entrevista com o Sr. José Vasconcelos Arnoni³⁹ (2012) foi realizada pelo autor deste trabalho em 08 de abril de 2012, em sua propriedade, o Estabelecimento Rural Queca Arnoni. O entrevistado tem formação acadêmica em Medicina Veterinária e administra as terras herdadas de seu avô José Lopes Arnoni Filho, utilizando sua marca desde 1983 (Figura 51) e dando continuidade à criação de gado da raça Hereford (Figura 52).

A história da família Arnoni em Santa Vitória (Quadro 3) começa com a chegada do calabrês Rafael Arnone⁴⁰, vindo de Montevidéu junto com uma leva de imigrantes italianos⁴¹, que se estabelecem no município como mascates e, ao longo dos anos, com os lucros de seus negócios, começam a comprar terras, que, ao final do século XIX, eram extremamente baratas na região. O Sr. Arnoni (op. cit) relata esse fato

Vieram como meros comerciantes, pra sobreviverem, como mascates. E a partir daí começaram a [...] juntar uma certa quantia de dinheiro, foram progredindo e se tornaram comerciantes fixos na cidade, que foi o caso do meu bisavô⁴². Com o dinheiro do lucro da farmácia que ele tinha e do comércio [...] começou a comprar campos. Mas não se dedicava ao campo. Ele deixou isso para os filhos, que eram o avô, o José Lopes Arnoni Filho, que [...] foi [...] um dos grandes pecuaristas daqui da região.

Essa prática foi seguida por seu filho José Lopes Arnoni⁴³, que adquire terras e começa a produção de animais, firmando-se na pecuária como principal atividade. Seu filho, José Lopes Arnoni Filho⁴⁴, irá administrar na sequência as terras do pai e, paralelamente, adquirir suas próprias terras, adotando uma prática em que a venda do gado servia para comprar mais terras. Esse método fez de Queca um dos maiores produtores do município, tendo seu apogeu como pecuarista na década de 1970. Esta descrição é feita pelo Sr. Arnoni (op. cit.):

³⁹ O entrevistado é pai do autor deste trabalho e, portanto, o conteúdo dessa entrevista foi interpretado a luz de informações previamente conhecidas.

⁴⁰ A grafia do sobrenome foi modificada, em algum momento não identificado, por equívoco cartorial passando de Arnone para Arnoni.

⁴¹ AZAMBUJA, 1978. p. 119-126.

⁴² Complementando a informação, foi o caso do tataravô, Rafael, e do bisavô, José Lopes.

⁴³ Também conhecido como Major Arnoni.

⁴⁴ Ou Queca Arnoni.

Houve uma expansão muito grande, por volta de 1900, muito grande da pecuária porque os comerciantes da cidade adquiriam com muita facilidade os campos. Porque os campos, as terras eram de muito pouco valor, e os animais tinham um valor relativo. Então o que os comerciantes da cidade faziam... com a facilidade dos lucros que tinham, eles começaram a adquirir terras de uma forma muito barata, por um preço muito baixo, e talvez supondo de que no futuro pelo aumento da população essas terras viessem a se valorizar e muito. Então era muito comum, como no caso do José Lopes Arnoni Filho, [...] quando tinha uma fazenda, por exemplo, 1000 hectares, estava totalmente lotada de animais, ele vendia [...] praticamente todos os animais, e comprava uma nova gleba, uma nova área, de 500 hectares, sei lá. Então ele foi crescendo dessa forma. Já que as terras valiam muito pouco no início do século. Aí por 1900, mais ou menos, 1900, perdão 1920, 1930. Então, à medida que eles iam lotando os campos, eles iam vendendo os animais pras charqueadas.

Figura 51 – José Arnoni realizando a marcação de animais.

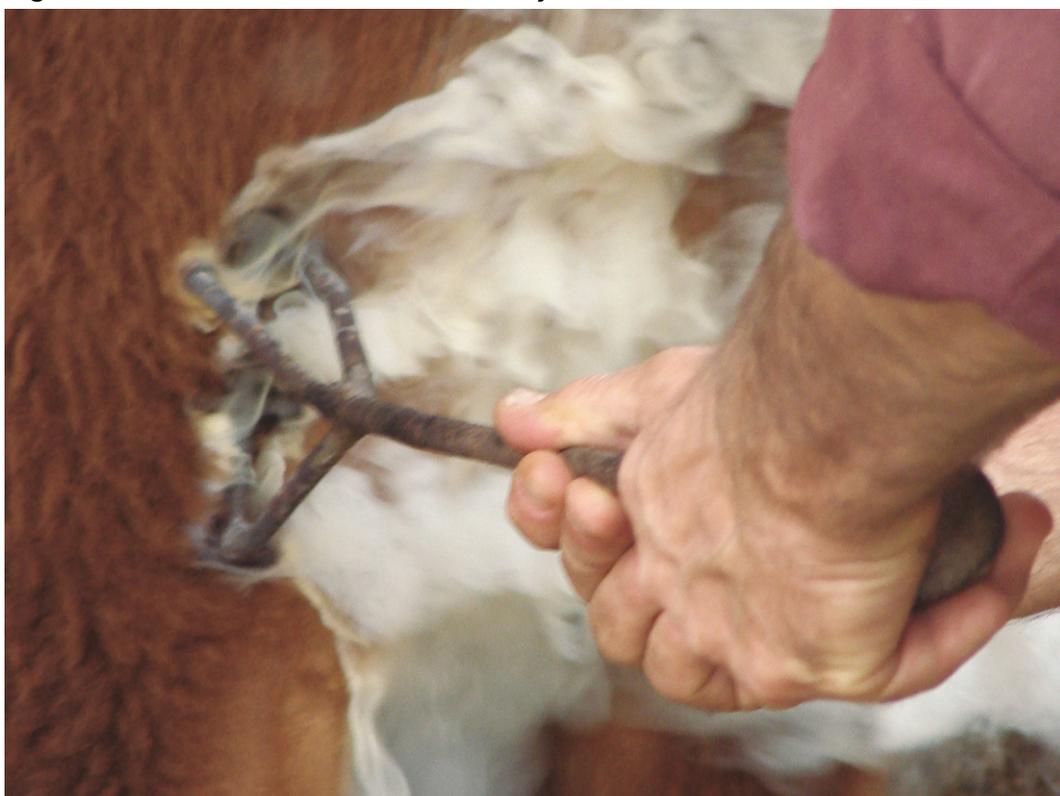


Foto: Karen Melo da Silva. Fonte: Acervo do autor

No início da década de 1980, com a morte de Queca, parte de suas terras, a sede da principal propriedade – São Miguel (Figura 53) – e animais foram herdados pelos três netos⁴⁵, Marlene, José e Osmarino Vasconcelos Arnoni. Durante um ano, os irmãos administraram a fazenda em condomínio. Passado o período de

⁴⁵ Os netos herdam diretamente do avô porque o pai, Osmarino Arnoni, havia falecido ainda na juventude dos filhos.

aproximação dos três com as atividades pecuárias, foi decidida a divisão das terras e dos animais.

As marcas, seguindo esse contexto de transmissão ocorrido nas terras, também apresentam um caminho de sucessão entre gerações. A primeira marca da família (Quadro 4) foi registrada pelo Major Arnoni em 1896, seguida de outras três. A existência de mais de uma marca ocorre, na maioria das vezes, pela vontade ou necessidade de utilizar marcas distintas para diferentes estâncias. Segundo o Sr. Arnoni (2012),

isso já vem do fim do século XIX, aí por 1870, 1880 mais ou menos. E no nosso caso aqui, ela vem já do meu bisavô, do ano de 1900, quando foram registradas na prefeitura três marcas. Três marcas a ferro, não é, pra identificar os animais dele. Naquela época o produtor podia ter mais de uma marca e então acho que dependendo da situação ou do local ele tinha uma marca pra cada estância.⁴⁶

Figura 52 – Animais da raça Hereford da produção de José Arnoni



Foto: Karen Melo da Silva. Fonte: Acervo do autor

⁴⁶ A informação do entrevistado não encontra relação com o registro oficial de marcas, provavelmente por valer-se das informações obtidas através de transmissão oral. Na verdade, foram registradas por José Lopes Arnoni quatro marcas ao longo de 40 anos.

Em 1923 e 1924, José Lopes transfere para seu filho Queca uma de suas marcas e entra com o pedido para o registro de outra no nome do filho. É provável que essa transferência tenha ocorrido pelo fato de o filho ter assumido o comando das atividades do pai. Queca registrará, ainda, mais três marcas, também motivado pela vontade ou necessidade de ter uma marca para cada propriedade.

A existência de várias marcas é descrita por pelo Sr. Arnoni (2012)

Ele usava basicamente essa da flecha cortada, embora tivesse três marcas. É que ele tinha... a esposa dele, com a qual ele era casado com separação de bens. Então pra identificar os animais que ele doava a ela, usava uma dessas marcas aí. Ele sabia que aqueles animais com aquela marca não eram dele e sim da esposa dele. Ele tinha essa característica.

Essas várias marcas serão as herdadas e utilizadas pelos netos. Sobre a recuperação das marcas do avô, o Sr. Arnoni (op. cit) relata que

são as três, que por sorteio entre nós os três herdeiros, os três netos do filho do meu bisavô, que era o meu avô José Lopes Arnoni Filho, que ficou com essas três marcas. Então por herança e por sorteio, a marca principal que o meu avô usava, que é uma flecha cortada, ficou pra mim. Desde 1982 eu uso essa marca pra identificar os animais aqui da propriedade. Essas marcas foram criadas pelo pai do vô Queca. Pelo bisavô, o José Lopes Arnoni. E foram registradas em 1900. Significa que ele já deveria ter... ele nasceu por volta de 1870, que ele já deveria ter uns 25, 30 anos quando registrou essas marcas.⁴⁷

Por outro ramo da família (Quadro 3), constituído a partir de Dálcio Silveira Arnoni, segundo filho de José Lopes, as mesmas características de transmissão podem ser observadas. Dálcio registra três marcas (Quadro 5), entre 1938 e 1943, que serão transmitidas até seus bisnetos sem que nenhuma outra tenha sido criada por seus descendentes até o presente momento. Ocorre ainda o pedido de transferência de uma das marcas de José Lopes para seu neto José Rafael Arnoni.

É possível perceber que, no caso da família Arnoni, as marcas são criadas até a metade do século XX, pelos membros que mais se destacaram na atividade pecuária e serão transmitidas a seus descendentes sem que novas sejam criadas.

⁴⁷ Na verdade, como demonstra o Quadro 4, a única marca herdada por Queca foi a de 1911, sendo uma posteriormente registrada em seu nome por seu pai, e outras duas registradas por ele anos depois. Isso levanta a possibilidade de que algumas marcas já fossem utilizadas anteriormente ao registro oficial. Essa hipótese se confirma a partir da descrição de alguns pedidos de registros que solicitam a comprovação de marcas que já estariam, naquele momento, sendo utilizadas para marcar os animais.

Eis a explicação pela fala do Sr. Arnoni (op. cit.), ao ser questionado sobre o fato de os irmãos resgatarem a marca do avô:

Uma [motivação foi] para perpetuar a marca dos antepassados. Que isso já vinha de 1900. Praticamente há 80 anos atrás. E outra pela dificuldade. Porque eu tentei criar uma marca tendo por base as iniciais do meu nome e quando chegou na análise ela foi rejeitada pela semelhança com outras marcas, tal a quantidade de marcas que tem. Eu não sei se chega a 3000, 4000 marcas.

[...]Então pela quantidade de marcas que havia na época ela se assemelhava a muitas outras. Daí a nossa desistência de tentar cada um de nós criar uma marca nova e sim utilizar as marcas antigas.

[...] Eu acho que fui eu o único que tentou criar uma marca diferente. Pelo sorteio cada um ficou com uma marca e um sinal [...]. Passado um tempo achei que poderia mudar, usando uma marca própria, com as iniciais e aí foi rejeitada. Eu digo, não adianta!

[...]Acho que até teria uma identificação maior com a marca que eu criasse, a que eu tentei criar. Ah, eu acho que teria uma identificação muito maior. Mas pela negativa que houve, eu me conformei e acho que essa marca [...] traz uma **tradição**. Não que isso vá trazer um outro benefício, mas simplesmente pelo fato dela ter sido criada, praticamente há mais de 100 anos, não é? Então daí a importância que ela tem hoje.

[...] Eu acho que até fiz bem de não ter, hoje, a marca própria porque isto aqui ficou bem caracterizado como tenha sido ele o criador disso tudo. [...] Se junta o nome da propriedade “Queca Arnoni”, com a marca que ele tinha, o sinal que ele tinha, com os animais de origem dele. Então eu acho que isso tudo fecha. E hoje é muito importante isso, cada vez mais importante.

Essa identificação com o passado, do passado com a modernidade. Eu acho isso muito importante. [...] [Para] **valorizar o que [...] as outras pessoas fizeram, e exaltar ... o que eles trouxeram de enriquecimento pra nós** (grifo nosso).

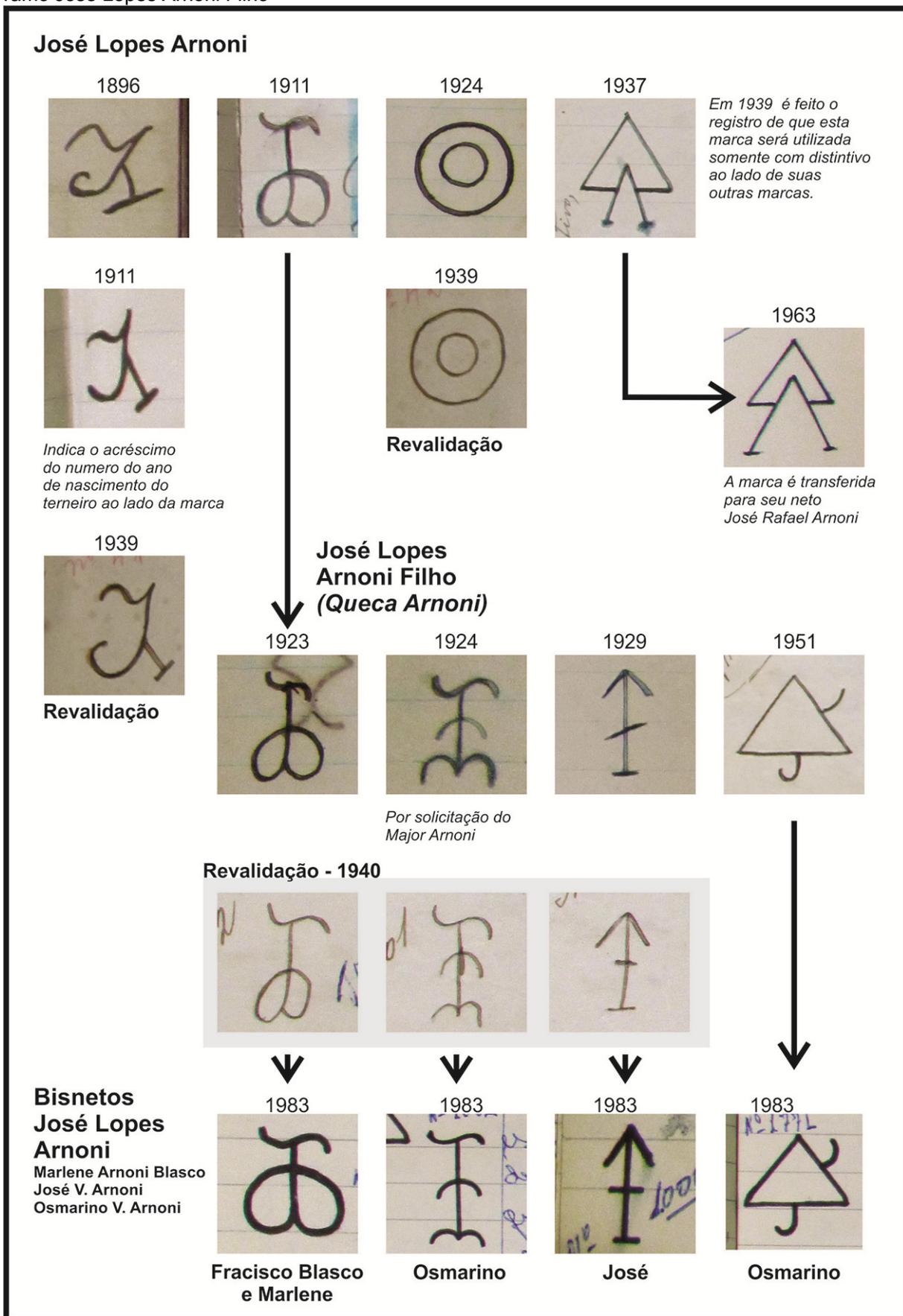
O primeiro aspecto trata da dificuldade de registro, fato já relatado no capítulo quando tratamos do sistema de registro de marcas de Santa Vitória do Palmar. O segundo, e mais importante para este trabalho e que poderá ser observado nas outras famílias pesquisadas, é o reconhecimento, explícito ou não, pelo antepassado de maior destaque na produção através da apropriação de sua marca. Contudo, cabe destacar a consciência da existência de uma tradição familiar que pode não ter uma importância além do significado simbólico da identificação do passado com a modernidade.

Figura 53 – Mapa localizando as sedes das propriedades do Major Arnoni, Queca Arnoni e José Arnoni.

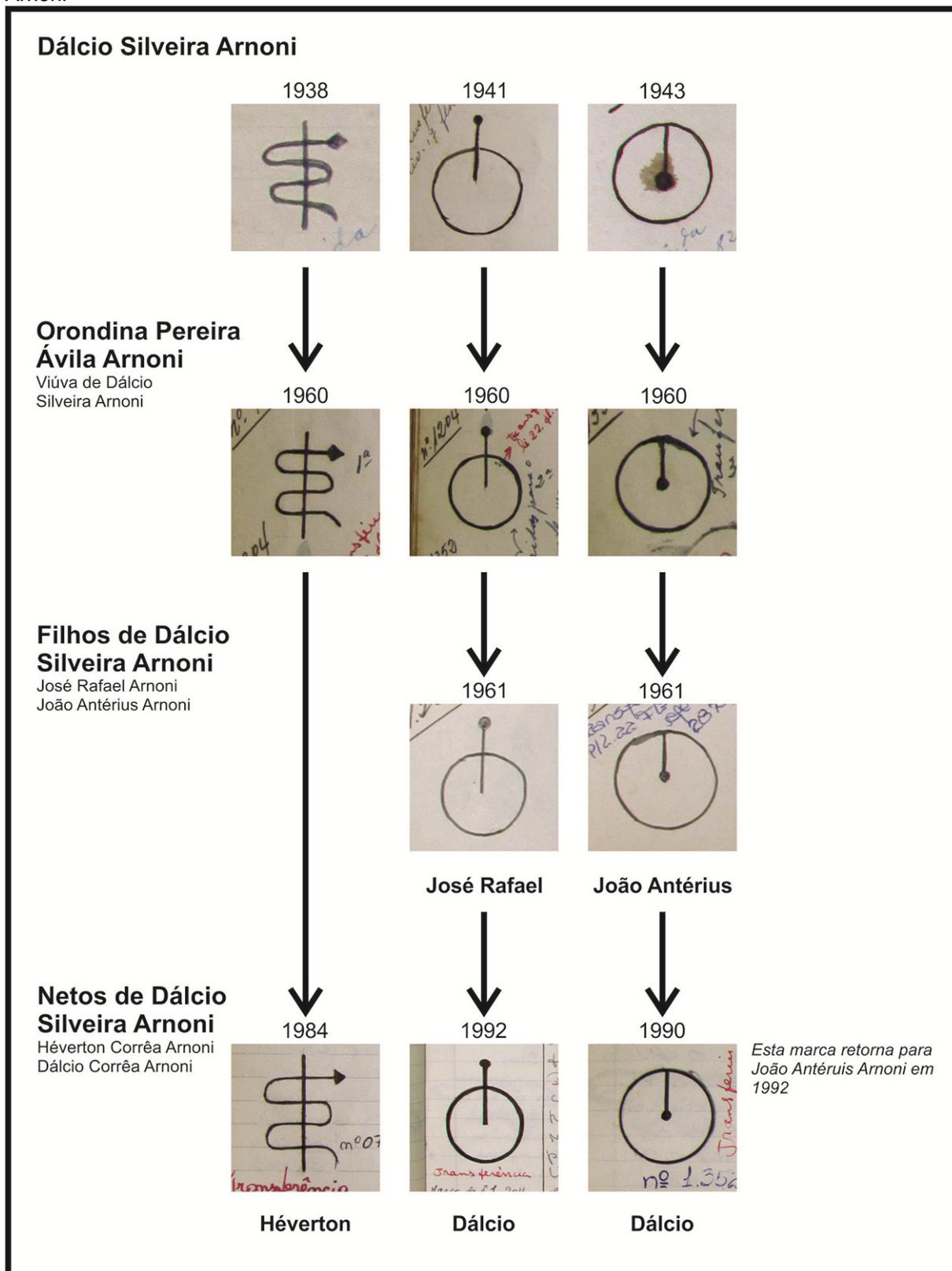


Fonte: Imagem de satélite - LANDSAT 7 ETM/2003 disponível em <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Base cartográfica - GADM/2012 disponível em <http://www.gadm.org>. Editada por Rafael Arnoni/2013.

Quadro 4 – Esquema com os registros das marcas da família Arnoni, a partir de José Lopes Arnoni e ramo José Lopes Arnoni Filho



Quadro 5 – Esquema com os registros das marcas da família Arnoni, a partir de Dálcio Silveira Arnoni



4.1.2 Famílias Corrêa Ferreira e Paiva Coutinho

A descrição das famílias foi baseada a partir das informações obtidas na entrevista com o Sr. Cláudio Coutinho Rodrigues (RODRIGUES, 2011), realizada pelo autor deste trabalho em 29 de dezembro de 2011, na sede da Mirim Aviação Agrícola, Pelotas, da qual foi diretor. O Sr. Rodrigues foi administrador da *Estancia La Blanqueada* e possui a Estância Duas Palmas, com terras que, originalmente, formavam a Estância do Cordão. O relato foi completado e ampliado pelo Sr. Carlos Inácio Talavera Campos (CAMPOS, 2013), proprietário da Cabanha Albardão⁴⁸ e casado com Marília Coutinho Ferreira, prima do Sr. Rodrigues.

A história da família Corrêa Ferreira (Quadro 6) tem origem antes mesmo da formação do município de Santa Vitória do Palmar. O histórico obtido no *site* da Cabanha Albardão(2013) possibilita o entendimento da origem dessa família e das terras pertencentes a ela.

Santa Vitória dos Campos Neutrais, terra recém-conquistada aos espanhóis e consolidada pelo trabalho do valente regimento dos Dragões da Independência, que aqui aportava e se abastecia através do Armazém dos Provedores, de propriedade da Coroa. Daí o nome Banhado dos Dragões, onde se localizou a sesmaria do Cordão, compreendida entre os Arroios do Eixo e D'el Rey, o mato do Cordão, o Passo Comprido e o dito Banhado. Foi doada por D. João VI, com documento assinado por D. Diogo de Souza, segundo Governador Geral do Brasil, lá pelos 1760, a João Correa, de cuja estirpe surgiu Jose Bernardo Correa Ferreira.

Este se casou com sua prima Dolcina Correa de Correa, oriunda da sesmaria de La Blanqueada no Uruguai, e filha do poderoso Faustino Ferreira Correa, assim como quase todos seus irmãos e os dela. Os Correias costumavam casar seus filhos com os filhos de seus irmãos ou de primos, desde a chegada dos vários casais de primos Correa e Ferreira nos idos de 1750, para povoar e fixar a hegemonia portuguesa nos Campos Neutrais.

Este casal, através de seu trabalho e da relocação de patrimônio, adquiriu dos parentes a quase totalidade da sesmaria do Cordão e parte dos domínios de Uladislau Correa, chegando com suas terras às margens da Lagoa Mirim. Isto permitiu à sua única filha Josefina e seu marido, o Dr. Amarantho Paiva Coutinho, a fundação do Condomínio Granja Mirim, sucedido, em parte, pela Agropecuária Albardão, de propriedade de Lais Coutinho Ferreira e sua filha Marília Talavera Campos (op. cit).

A partir dessa descrição inicial, podemos avançar sobre a descrição das duas propriedades que estão diretamente ligadas, a *Estancia La Blanqueada* e a Estância do Cordão. A história de ambas é unida pelo casamento dos primos Dolcina e José Bernardo, como descrito acima. Desse casamento nasce Josefina, única herdeira e proprietária das duas estâncias. De seu casamento com Amarantho

⁴⁸ A Cabanha Albardão também é oriunda da Estância do Cordão.

Paiva Coutinho nascem sete filhos, que irão dividir, posteriormente, as duas estâncias.

A Estancia *La Blanqueada* está localizada no atual departamento de Rocha, *sección Castillos*, Uruguai, a alguns quilômetros da Fortaleza de Santa Teresa (Figura 55). A partir dos relatos dos senhores Rodrigues (2011) e Campos (2013) pode-se compreender a constituição, transformações e sucessões ocorridas na estância. A seguir o relato do Sr. Rodrigues (2011):

[A origem da estância é] Correa Ferreira que é a origem de toda aquela área de campo que tem lá, tanto no Uruguai quanto no Brasil.

[São] Aquelas terras, principalmente a parte dos Correias, que é uma família de Santa Vitória, embora grande parte da área estivesse do lado de lá da fronteira. Mas são pessoas de origem Ferreira, portuguesa. Agora Corrêa tem espanhol no meio.

[As terras estão na família] desde sempre!⁴⁹ Por que, como eu te digo, era do meu tataravô, do tetravô e foi vindo, claro, foi se subdividindo, nas heranças e tal. A minha avó ficou com uma parte importante porque ela era filha única, não é. Então ela não dividiu a herança que recebeu da mãe. Porque a origem é da linha materna. [...] Essas terras [da Blanqueada e do Cordão] estão na família desde sempre, então de repente pode ter, pode ter sido coisas que as divisões de fronteira separaram.

[...] Tinha essa parte lá no Uruguai que é muito grande, embora a parte que ficou com a minha avó [Josefina] fosse uma parte relativamente pequena. Eram em torno de 3000 hectares de campo. Mas a redondeza toda era da família Corrêa e Ferreira. Toda a redondeza. [...] É mais pro lado da represa aquela que tem lá. India Muerta! Para aqueles lados pegando a [Ruta] 14. Então aquele triângulo, aquele quadrado ali é tudo banhado dos Índios, em direção a Lascano era uma gleba de muitos e muitos ... que foram se subdividindo ao longo do tempo... mas sempre ficando [com a família]... Hoje [...] com o passar do tempo já entraram terceiros, já teve uns que venderam e tal, embora ainda tenha bastante área, inclusive [...] uma parte da Branqueada em nome da família ainda, de posse da família, em propriedade da família, assim como outras lá, mas também tem algumas que foram vendidas, enfim...

[A sede] É uma coisa antiga, muito bonita. Foi construída em 1860⁵⁰. Quer dizer que está com 151 anos.

[...] Porque aquilo ali era um posto. A fazenda era muito grande e aquilo era um posto da fazenda. Antigamente era muito comum. Lá mesmo no Cordão tinham vários postos, e tinham os posteiros. [...] E ela tinha inclusive dois andares, era uma casa de dois pavimentos. Depois com as sucessões, teve um herdeiro que ficou com a parte de cima e outro com a parte de baixo. E aí o da parte de cima resolveu ir embora. Ainda bem que foi o de cima, imagina se fosse o de baixo. E aí desmanchou a parte de cima e levou. Levou portas, aberturas, [...] telhados. E aí... mas a partir do casco de baixo

⁴⁹ Segundo a informação do Sr. Campos (2013), a história da estância na família começa por volta de 1790, com a compra da propriedade por Francisco Faustino Correa de um português com sobrenome Souza.

⁵⁰ O Sr. Campos (op. cit.) aponta que “a data de 1860 foi inventada por Amarantho para justificar a festa de 100 anos em 1960. Existe uma data afixada na fachada da casa, mas faltava o dígito da dezena. Amarantho completou com o 6. Talvez esta seja a data em que a casa chegou ao seu auge, quem sabe com a inauguração do sobrado demolido em 1890”.

continuou... intacto. Depois recebeu algumas modificações porque... o meu avô ampliou, modernizou, fez banheiro.

[...] Meu pai era que administrava a fazenda, embora fosse dos meus avós, mas ele é que administrava. Depois quando ele morreu eu é que continuei a administração dele por mais sete anos, por aí. Aí depois o pessoal resolveu cada um pegar sua parte, a minha mãe vendeu a parte dela e aí me desliguei lá do Uruguai. [...] A sede ficou com a irmã da minha mãe. Porque lá na Branqueada, em um determinado momento houve alguns herdeiros, vamos dizer assim da época da minha mãe, dos irmãos da minha mãe que venderam, mas eles venderam entre si. Então, a fazenda não se dividiu porque continuou sendo administrada em condomínio. Inclusive, quando eu estava lá. Então a Laís Ferreira Coutinho [...] e o genro dela que é o que está lá na Branqueada hoje.

De sua parte, o Sr. Campos (2013) descreve a construção e modificações na sede:

Esta casa, pelas características construtivas (consideráveis muralhas e currais de pedra em seu entorno e paredes externas), com certeza foi construída por escravos, visto que este tipo de alvenaria seria muito caro para ser feito com mão-de-obra paga.

[...] É claro que devia constituir-se de uma construção bem menor nesta época. Hoje se notam características um pouco diferentes em cada trecho da obra. Dizem que em 1890 ela estava em seu auge. Uma parte já era assobradada, com telhas portuguesas, enquanto que outra era térrea e coberta por um terraço. Possuía até um salão de baile, hoje subdividido. Atrás da casa desenvolvia-se um pátio cercado com imponentes muralhas de pedra, fechado ao fundo com as construções da senzala. No ano acima citado, por morte de seu pai e proprietário da estância, Dolcina, então com 9 anos, recebeu a parte térrea da casa, enquanto que sua irmã, Ana Maria Correa, casada com um irmão de José Bernardo, [...] recebeu a parte de cima da casa, a qual mandou demolir para, com as aberturas, construir a sede de sua gleba herdada, chamada Estância do Maturrango.

Os tutores de Dolcina mandaram cobrir a casa com palha de Santa Fé e esta foi viver em Montevidéu na casa de tia Macedônia, também irmã de José Bernardo e casada com um tio Correa dotado de grande fortuna.

Dizem que durante trinta anos, o cascote decorrente da demolição do sobrado ficou atirado na frente da casa. Dolcina casou-se com José Bernardo que, no afã de adquirir a Estância do Cordão (provavelmente com os recursos de Dolcina que devia ter muitas terras e dinheiro), pouco investiu na Blanqueada.

Viúva muito precocemente, Dolcina melhorou a casa, dotando-a de banheiro, que não havia, construindo nova cozinha e quartos para empregados no pátio.

Posteriormente, Dr. Amarantho, em período que passou no Uruguai, refugiado de uma revolução e escoltado por considerável guarda pessoal, fez o fechamento definitivo do pátio com um galpão para tosquia e organizou a frente da casa, com a feitura de terraplanagem dos cascotes, novos muros de contenção, plantio de palmeiras e a escavação de um algibe no pátio interno.

Desse relato, dois fatos podem ser destacados. O primeiro trata da linha de herança feminina que ocorre na propriedade. Começando pela herança de Dolcina Correa de Corrêa (Corrêa Ferreira após o casamento), sendo administrada por seu

marido José Bernardo Corrêa Ferreira, é transmitida para Josefina Corrêa Ferreira⁵¹ (Ferreira Coutinho após o casamento) e administrada por seu marido Amarantho Paiva Coutinho. É dividida pelos herdeiros, tendo a sede, ou casco, sido administrada por João de Oliveira Rodrigues, casado com Josephina Ferreira Coutinho e posteriormente pelo próprio Sr. Cláudio Rodrigues. Em seguida, a sede é passada para Laís Ferreira Coutinho e sua filha Marília, sendo administrada, atualmente, pelo marido desta, o Sr. Carlos Inácio Talavera Campos.

O segundo fato trata das divisões e reuniões das frações de campo entre irmãos. Segundo o Sr. Campos (2013) “a família Correa distribuiu-se de Rocha ao Taim e dizem que reunia-se todos os anos neste local (Taim) para os primos Correa apresentar (uns aos outros), para casá-los entre si e não dividir as terras com estranhos”. Percebe-se, entretanto, que, mesmo não havendo mais os casamentos arranjados entre parentes com o intuito de manter as posses, essa prática ainda perdura até os dias de hoje.

Na Estância do Cordão, também originária de sesmarias, pode-se destacar o momento em que ela se torna um condomínio, constituído por várias propriedades, compradas por Amarantho Paiva Coutinho. É ele também que construirá a sede, aproximadamente na década de 1940. A união das famílias Paiva Coutinho e Ferreira Corrêa, bem como a constituição da Estância do Cordão, são relatadas a seguir pelo Sr. Coutinho (2011):

O meu avô era médico. Ele era médico, formado no Rio de Janeiro, estudou Medicina no Rio de Janeiro, e aí ele se formou e veio trabalhar no Rio Grande do Sul. E tinha um amigo que era médico [...] que convidou ele pra trabalhar em Santa Vitória. Em Santa Vitória uma das pacientes dele era uma tia da minha avó, onde ele conheceu a minha avó. E aí surgiu então o casamento. Inclusive ele casou no Uruguai, ele era casado em Montevideú. Não casou no Brasil, porque a minha avó, embora brasileira, tinha toda a vida infantil, e juvenil e adolescente e tal, estudou sempre no Uruguai. A minha avó não escrevia português. Só escrevia espanhol e francês. Não escrevia português. Falava português, claro, mas o idioma nato dela era espanhol. Porque foi onde ela estudou, fez colégio e tal. [...] E, e aí surgiu a união da família Coutinho com a família Corrêa. Ferreira Corrêa. [...] O meu avô nunca investiu na Branqueada. Ele tinha muito medo de investir em país estrangeiro. E [o Cordão] aumentou bastante ali, por exemplo aquela área da Mirim ali, das margens da Lagoa Mirim, aquilo foi tudo adquirido por ele. Aquilo não fazia parte do casco principal na fazenda.

⁵¹ Em relação ao sobrenome de Josefina Correa Ferreira, o Sr. Campos (2013) esclarece que “Dona Josefina, em sua ascendência, até onde se conhece, tinha apenas o sobrenome Correa compondo sua árvore genealógica. Até o nome Ferreira, que recebeu de seu pai, na verdade era de um Correa que, a certa altura, mudou o sobrenome de três de seus filhos, de Correa para Ferreira, não se sabe bem porque”.

[...] Pois ele comprou mais uma gleba aqui de uns, acho que uns dois ou três mil hectares, que foi aumentando, comprou mais um pedacinho, também às margens da Lagoa Mangueira. Fica da BR até a Lagoa Mangueira.

Atualmente, a Estância do Cordão, ou o Condomínio Granja Mirim, como foi designado, foi dividido entre os herdeiros e a sede é de propriedade de Carlos Ferreira Coutinho, filho de Amarantho.

A história das marcas da família acompanha de certo maneira as características de sucessão familiar, especialmente na *Blanqueada*. A marca da estância (Quadro 7 e Figura 54), também conhecida como “A Boneca” (CAMPOS, 2013) confunde-se com sua origem, estando sempre ligada à estância e sendo utilizada por quem ficava com a sede.

Figura 54 – Placa na porteira da *Estancia La Blanqueada*



Marca à esquerda da placa, utilizada na *La Blanqueada* e no Cordão. Foto: Karen Melo da Silva. Fonte: Acervo do autor

Mas o principal destaque se dá pela utilização de sua marca também na Estância do Cordão, no lado brasileiro, trazida, provavelmente, por José Bernardo Ferreira. Essa associação da marca com a propriedade e a utilização dos dois lados é descrita pelo Sr. Rodrigues (2011).

Ela era usada dos dois lados. No Brasil e no Uruguai. Era registrada nos dois países. E aí depois durante as sucessões eu acho que a marca do Brasil acho que ficou com o pessoal do Telmo, Celso, Otávio, o pessoal da Mirim aqui em baixo. Da faixa, que o pessoal chama. E essa outra que eu usei enquanto estava lá [na Blanqueada] ficou com o Carlos Inácio, quer dizer, ficou com a sogra dele, porque ele ficou com a maior gleba, ela já tinha comprado do irmão, e depois comprou do outro irmão, então ficou com três quartas partes. Quase metade da fazenda ficou com ela. E ficou com a sede.

No Brasil, a marca foi transmitida à sucessão de José Bernardo, provavelmente para sua filha e seu genro, em 1922, e atualmente está registrada em nome da sucessão de Amarantho, formada por alguns de seus herdeiros. Segundo o Sr. Campos (2013), a marca utilizada na *Estancia La Blanqueada* atualmente não é mais “A Boneca”, pois esta ainda encontra-se em nome do Sr. Cláudio Rodrigues, mas sim uma marca em forma de “M” (Figura 54 e Quadro 6). Relata que

a marca usada atualmente por nós naquela propriedade é um "M" estilizado. Realmente este fato foi por nós lamentado, já que dona Nena [Josephina] vendeu sua gleba no Uruguai, permanecendo a marca com Cláudio, que não tem mais atividades neste país. O mesmo acontece com a marca (a triangular, também cognominda "A Boneca") aqui em Santa Vitória, uma vez que Nelson Coutinho e Celso Ferreira já faleceram, Kátia Ferreira vendeu sua propriedade e dedicou-se a outras atividades longe daqui, e Telmo não exerce mais atividades agropastoris. Por outro lado, mais recentemente, registrei a marca, com ligeiras modificações, em Santa Vitória do Palmar. [...] Quando fiz isto receei que não fosse aprovada, mas o registro foi feito com sucesso.

A nova marca registrada pelo Sr. Campos em Santa Vitória do Palmar (Quadro 6) é claramente inspirada na anterior. Este fato associado à vontade de manter a marca original juntamente com a estância no Uruguai só vem reforçar a importância que estas possuem junto às famílias ligadas à criação e posse de terras.

Existem ainda duas marcas que contam a história da família, uma do ramo de José Bernardes e outra de Amarantho Coutinho (Quadro 7). Da mesma forma que “A Boneca”, ambas foram transmitidas aos herdeiros, sendo que a de Amarantho está atualmente registrada em nome de Carlos Ferreira Coutinho, e a de José Bernardes, em nome de todos os seus herdeiros.

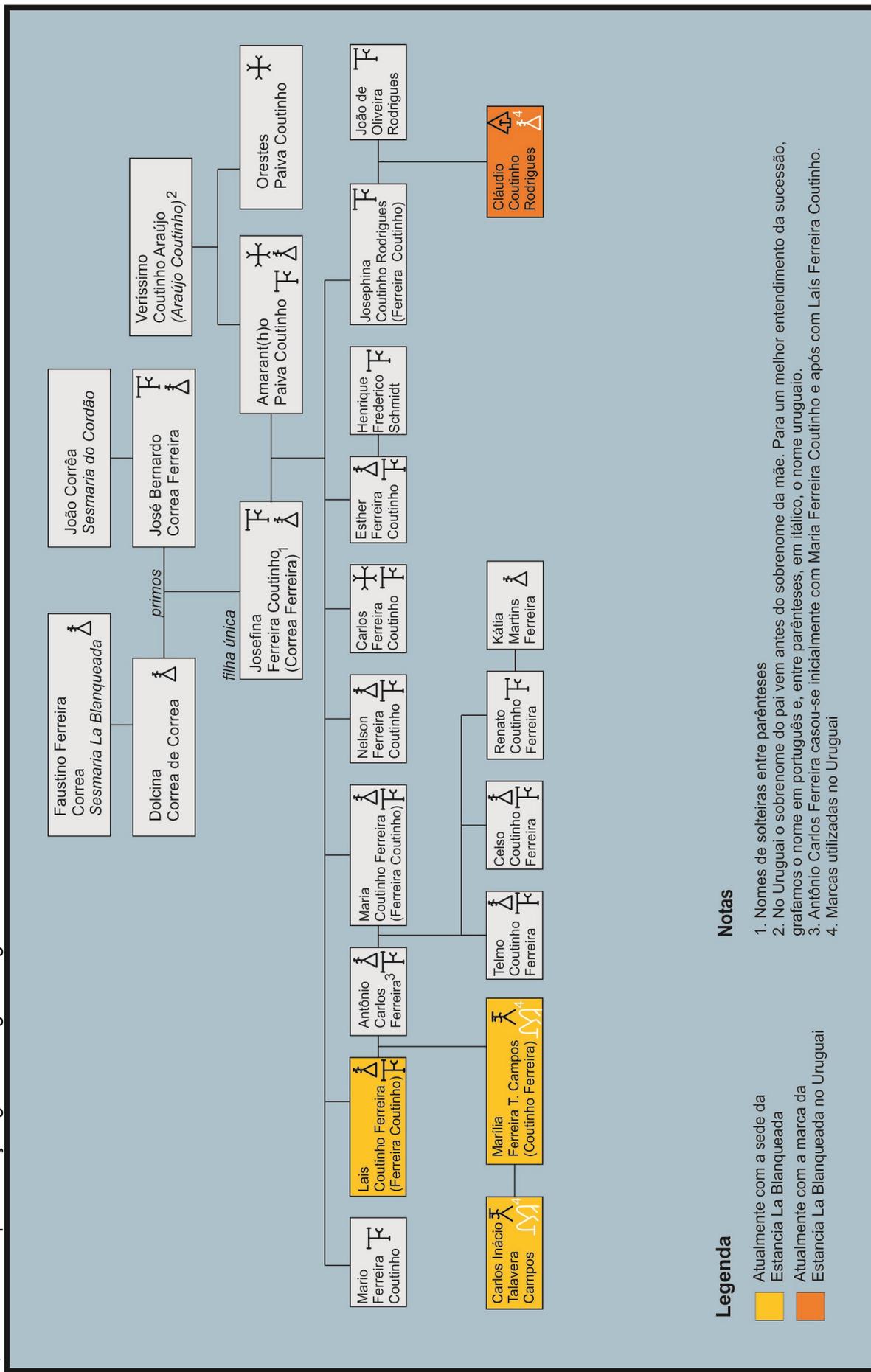
Segundo o Sr. Campos (2013), é possível que a “Boneca” esteja ociosa atualmente, bem como a marca descrita como “Tc” (Quadros 6 e 7). A marca em forma de cruz estaria sendo utilizada atualmente por Marta Coutinho Silva, neta de Carlos Coutinho e atual administradora da sede do Cordão.

Figura 55 – Mapa localizando as sedes da Estancia *La Blanqueada* e Estância do Cordão.



Fonte: Imagem de satélite - LANDSAT 7 ETM/2003 disponível em <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Base cartográfica - GADM/2012 disponível em <http://www.gadm.org>. Editada por Rafael Arnoni/2013.

Quadro 6 – Representação gráfica da genealogia e marcas da família Correa Ferreira e Paiva Coutinho



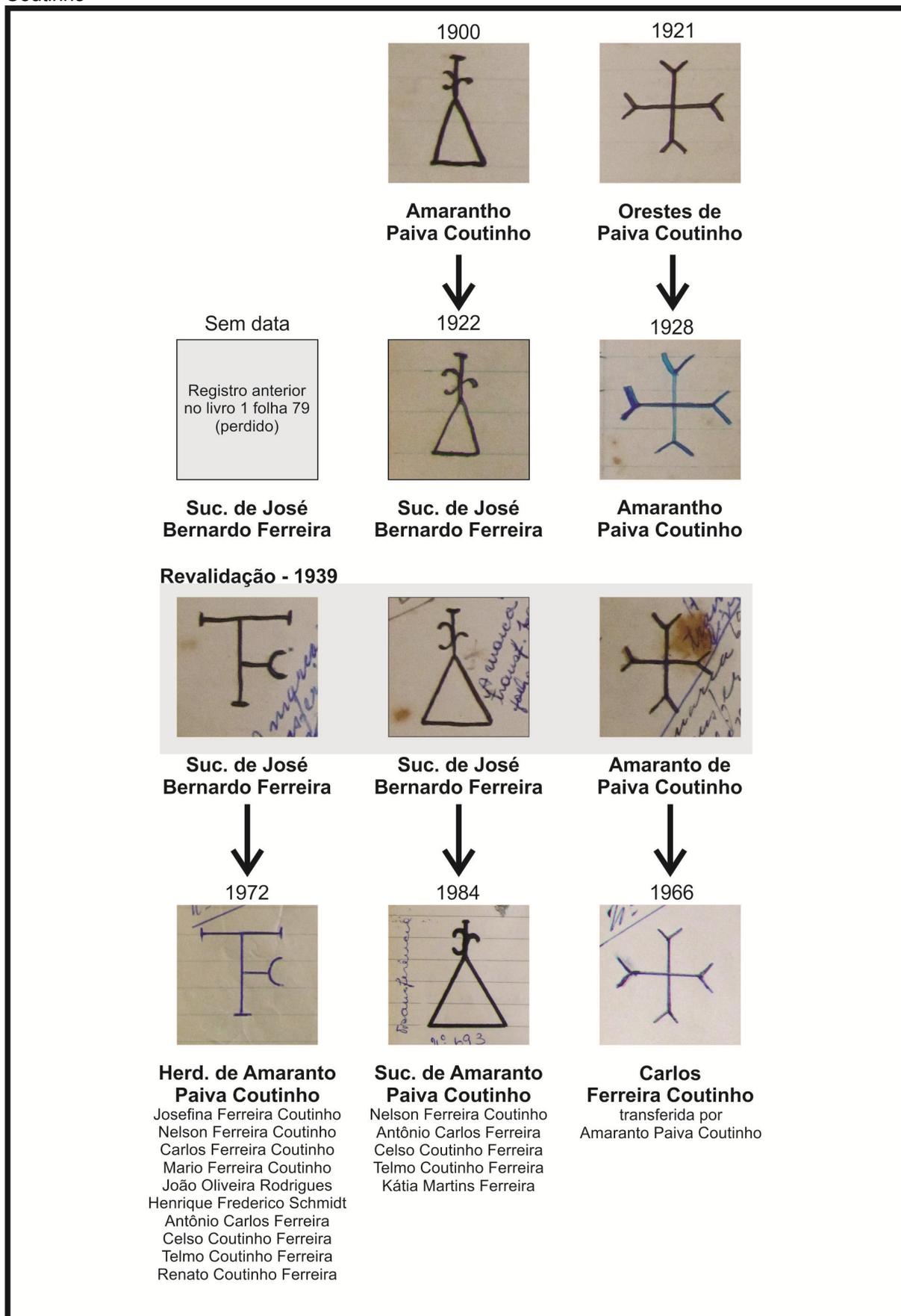
Legenda

- Atualmente com a sede da Estancia La Blanqueada
- Atualmente com a marca da Estancia La Blanqueada no Uruguai

Notas

1. Nomes de solteiras entre parênteses
2. No Uruguai o sobrenome do pai vem antes do sobrenome da mãe. Para um melhor entendimento da sucessão, grafamos o nome em português e, entre parênteses, em itálico, o nome uruguai.
3. Antônio Carlos Ferreira casou-se inicialmente com Maria Ferreira Coutinho e após com Lais Ferreira Coutinho.
4. Marcas utilizadas no Uruguai

Quadro 7 – Esquema com os registros brasileiros de marcas das famílias Correa Ferreira e Paiva Coutinho



4.1.3 Família Cardoso

A entrevista com o Sr. Alvaro Cardoso (2012) foi realizada pelo autor deste trabalho em 20 de dezembro de 2012, em sua residência, na cidade de Santa Vitória do Palmar. Advém de uma família de produtores rurais e administra atualmente a fazenda Dona Silvina (Figura 58) onde tem criação de gado Hereford, ovelhas e cavalo crioulo.

A história da família Cardoso (Quadro 8) em Santa Vitória do Palmar e sua ligação com a terra e a criação de animais tem início ainda na época das sesmarias com seu avô por parte de mãe, José Bernardes Mendonça. Segundo seu relato:

[...] O meu bisavô era família Mendonça. É ainda da época aquela das sesmarias. Esse velho tinha muito campo. Meu bisavô. É que tinha muito filho também. Mas ele tinha muito campo e a origem veio daí. Claro que deve ter comprado também, mas a maior parte veio da história das sesmarias.

[...] O campo foi sempre no mesmo lugar. [...] Eu adquiri além do que eu recebi, como herança que eu recebi. Meu pai comprou também... umas áreas. Ele recebeu menos do que tinha. Meu pai quando faleceu tinha 1000 hectares e eu consegui adquirir 530 durante este período de trabalho.

[...] O meu avô tinha um campo lá no Arroito [...] que esse era herança dele. E aqui onde eu moro e onde é a propriedade é herança da minha vó, da mulher dele [...], que era Mendonça.

[...] Eles casaram, pra alguns irmãos do meu pai tocou lá no Arroito, pro meu pai e mais três irmãos tocou ali onde eu moro, ficaram ali. Outros, o meu avô tinha campo aqui nos Afogados [...] e que ficaram por aqui. Por que o meu pai tinha nove irmãos. Então uns ficaram lá no Arroito, outros ficaram ali nos Provedores, como a gente chama e outros nos Afogados. Esse dos Afogados foi um campo que era de um irmão da minha vó, e ele era solteiro. E faleceu e a minha vó foi herdeira. Então por isso que o meu avô tinha esse campo aí nos Afogados.

[...] Hoje é o seguinte... em 1994 a minha primeira esposa faleceu. Aí eu fiz o inventário e entreguei a parte dos meus filhos, dos três filhos, a metade deles e eu fiquei com a minha metade que são 760 hectares.

Sempre aqui, e a casa minha é a mesma, a sede da fazenda, tudo está comigo. [...] Ah, essa [sede] é muito antiga, do tempo do meu avô. [...] Ali em casa era a estância do meu avô, passou pro meu pai, o meu pai era o menor da família, acabou ficando na sede, quando se repartiram e depois passou pra mim, eu era filho único também.

Essa ligação familiar com a terra e com a produção pecuária é transmitida também aos filhos, que seguem trabalhando em suas propriedades ou junto com o pai.

[Os filhos] Trabalham, todas trabalham no campo. Só que eu trabalho independente. Eu tenho um filho, que está com 46 anos, nós trabalhávamos juntos, mas depois que eles receberam a parte deles... aí cada um ficou com a sua parte e seguiu trabalhando independente. Mas tudo é junto ali.

[...] Tudo é o mesmo bloco ali. Essa filha minha mesmo fica pertinho ali de casa. O meu guri, são oito quilômetros indo pela estrada. [...] Todos trabalham ali junto. E eu lá fora tenho um neto agora que está tomando conta pra mim, lá. Está trabalhando comigo lá. [...] É muito ligado a cavalo, doma e faz toda a lida de campo. Então foi pra lá e ficou trabalhando

comigo. Também andou fazendo um curso lá por São Gabriel depois veio. E aí foi trabalhar comigo.

[...] Ah é, estamos tudo em família. [A filha] que falou comigo agora tem tambo, a Maria Amélia. E a outra trabalha com gado de corte. Só que a outra não tem estrutura. Ela trabalha, faz tudo lá na casa do meu guri, do meu filho. Porque são juntos os campos ali também. E a mana sim, a mana é a Maria Amélia. Essa já tem uma estrutura, já montou o tambo...

É muito presente no relato do Sr. Cardoso (2012) a relação e a união da família em torno da produção pecuária, que poderá ser vista também quanto ao uso das marcas de gado. A relação com a recuperação das marcas e pertences de seus antepassados é justificada pelo entrevistado por ser uma pessoa muito conservadora, que valoriza a relação e recuperação do passado. As marcas da família (Quadro 9, figuras 56 e 57) expressam bem essa valorização, ao serem recuperadas para serem utilizadas pelas filhas, dando sequência a uma transmissão que havia começado com seu avô. Segundo seu relato:

[...] A marca e o sinal que eu uso até hoje, e que é a marca da fazenda, era a marca e o sinal do meu falecido avô.

[...] Há uns 10 anos ou mais eu queria conseguir uma marca pra minha filha menor, porque [...] tinha uma marca que era essa do meu avô, que eu sempre usei, o meu pai tinha outra que usava nas vacas, que eram as vacas leiteiras, e a minha mãe também tinha uma porque possuía lá um pedacinho de campo, tinha os bichinhos dela e tinha uma marca. Então depois que eles faleceram eu transferi tudo pra mim. Aí passei uma marca pra cada filha e a do meu avô ficou comigo, a marca e o sinal. Aí veio a Rafaela depois. Bom, tenho que ver uma marca pra Rafaela. Fui na prefeitura [...] pra ver se ainda estava lá [...] a marca de um tio meu, que já era falecido a anos. Porque aí eu queria ficar com essa marca pra Rafa.

[As marcas são] Todas de família. Essa aqui [apontando para o desenho das marcas] que eu te disse que era do meu avô, essa aqui era do meu pai que usava nas vacas de leite, essa aqui era da minha mãe, e essa aqui era de uma tia que eu transferi pra Rafaela. Tudo, tudo de família.

[...] Porque eu sou um cara meio conservador, entendeste? E eu achava o desenho das marcas significativo, um desenho bom. Outra coisa que quando a gente vai escolher a marca tem que analisar muito é que seja uma marca que não borre no marcar. Então essas aqui já eram comprovadas porque a gente já usa faz tempo. E essa aqui que era da minha tia que ficou pra Rafaela eu testei primeiro pra ver se ela não borrava nem nada e ficou muito bem essa marquinha.

[...] O meu falecido pai, quando meu avô faleceu, ficou com essa marca para ele. Aí, quando ele faleceu eu transferi ela pra mim. E realmente é uma marca de família, como eu te disse eu sou conservador, então transferi a marca e o sinal que eram do meu avô, que depois ficou pro meu pai, transferi pra mim.

[...] Hoje, já há muito tempo atrás, não eram muitas as pessoas conservadoras. E além disso [os irmãos do pai] eram pessoas que já trabalhavam na área rural e cada um tinha a sua marca também. Então essa aí que estava com meu pai eu transferi ela pra mim.

[...] Eu mexo com os meus netos, porque eu era filho único, então quando o meu pai faleceu foi só transferir a marca essa dele pra mim. Mas eles já são três, são quatro. E aí diz assim, tchê vô, e nós como é que vamos fazer? Façam sorteio depois que eu morro. Pra ver quem toca.

Figura 56 – Sr. Álvaro Cardoso com chimarreira, onde aparece sua marca gravada.



Fonte: Acervo do Autor, 2012.

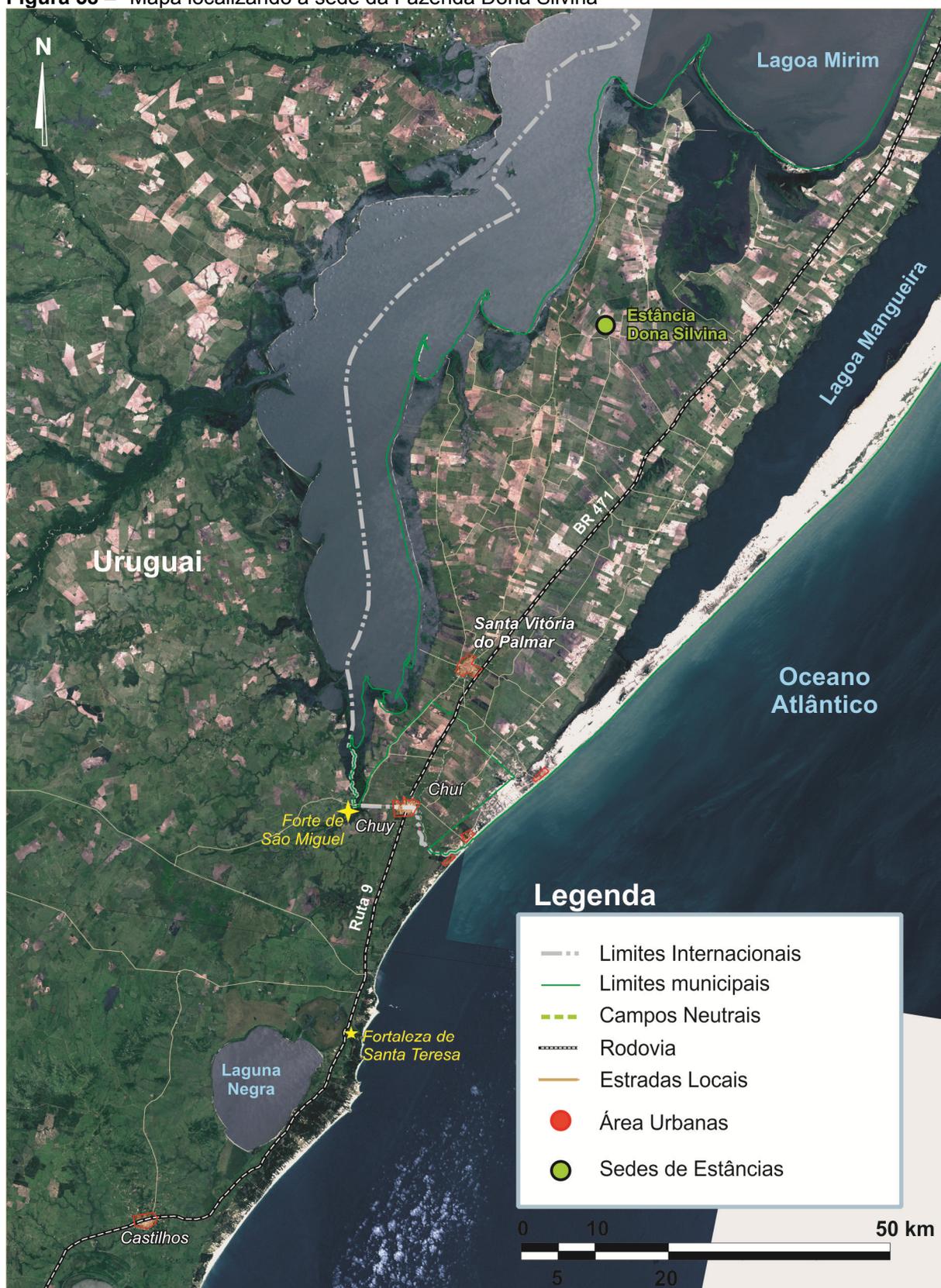
Figura 57 – Tampa da chimarreira com marca gravada



Fonte: Acervo do Autor, 2012.

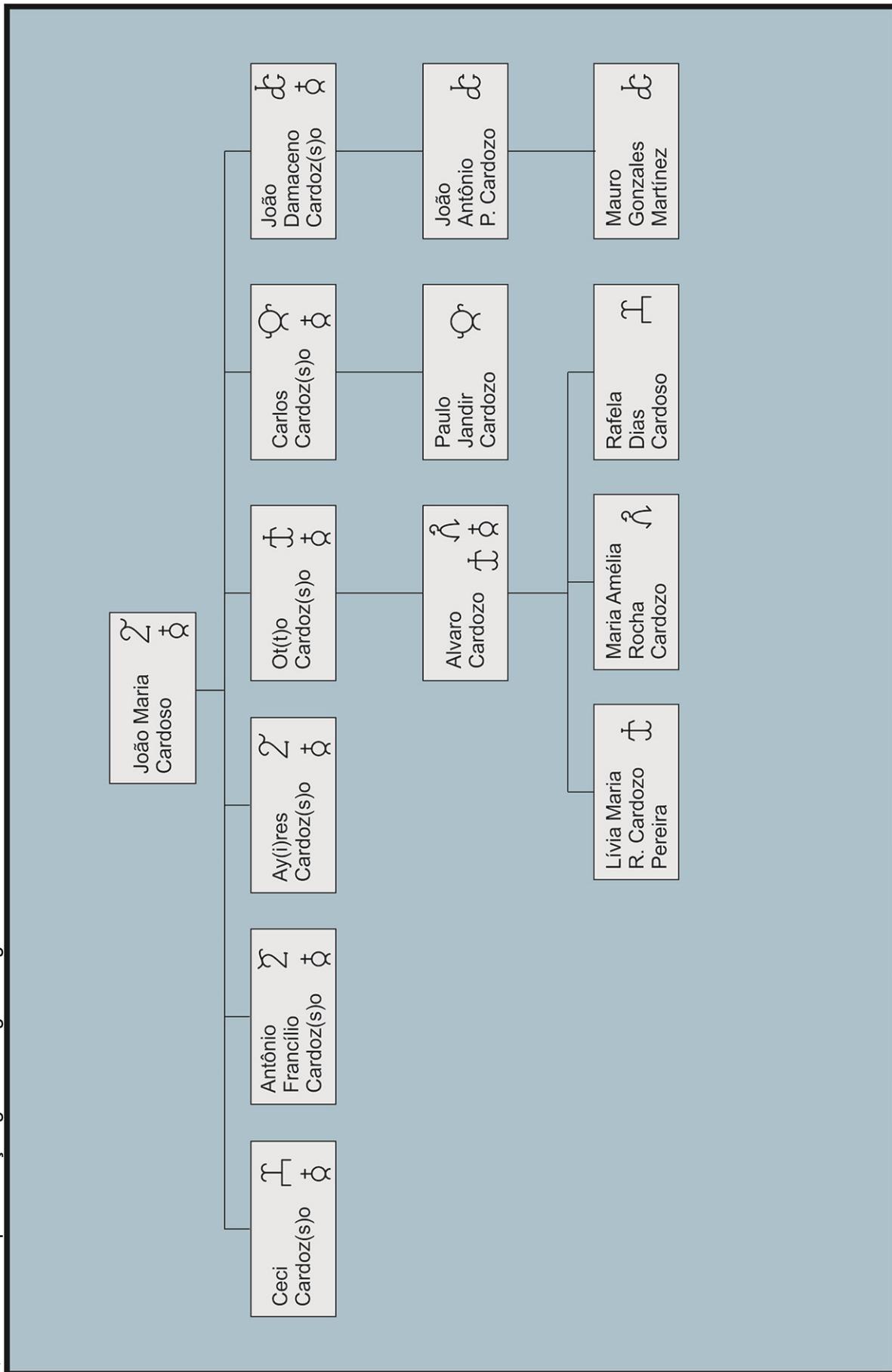
Outro fato que merece ser destacado, e que pode ser observado no Quadro 9 é a forma como as marcas vão sendo criadas ou transmitidas. Desde João Maria Cardoso, as marcas para os filhos são registradas ou transferidas por intermédio dos pais, como é o caso também de Carlos e João Damaceno Cardoso, que transferem a marca para seus filhos. A mesma situação foi descrita pelo Sr. Cardoso (2012) que resgata as marcas do pai e da tia para transferi-las para as filhas. Em todos esses casos parece haver uma intencionalidade na perpetuação dessas marcas, possibilidade que se torna mais presente quando o entrevistado declara ser conservador. Essa relação com as marcas indica que a relação familiar com a produção pecuária e o modo de vida do campo, inseridas em um contexto regional de valorização cultural dessas práticas, acaba transformando-as em um elemento significativo que expressa o pertencimento a esse meio.

Figura 58 – Mapa localizando a sede da Fazenda Dona Silvína

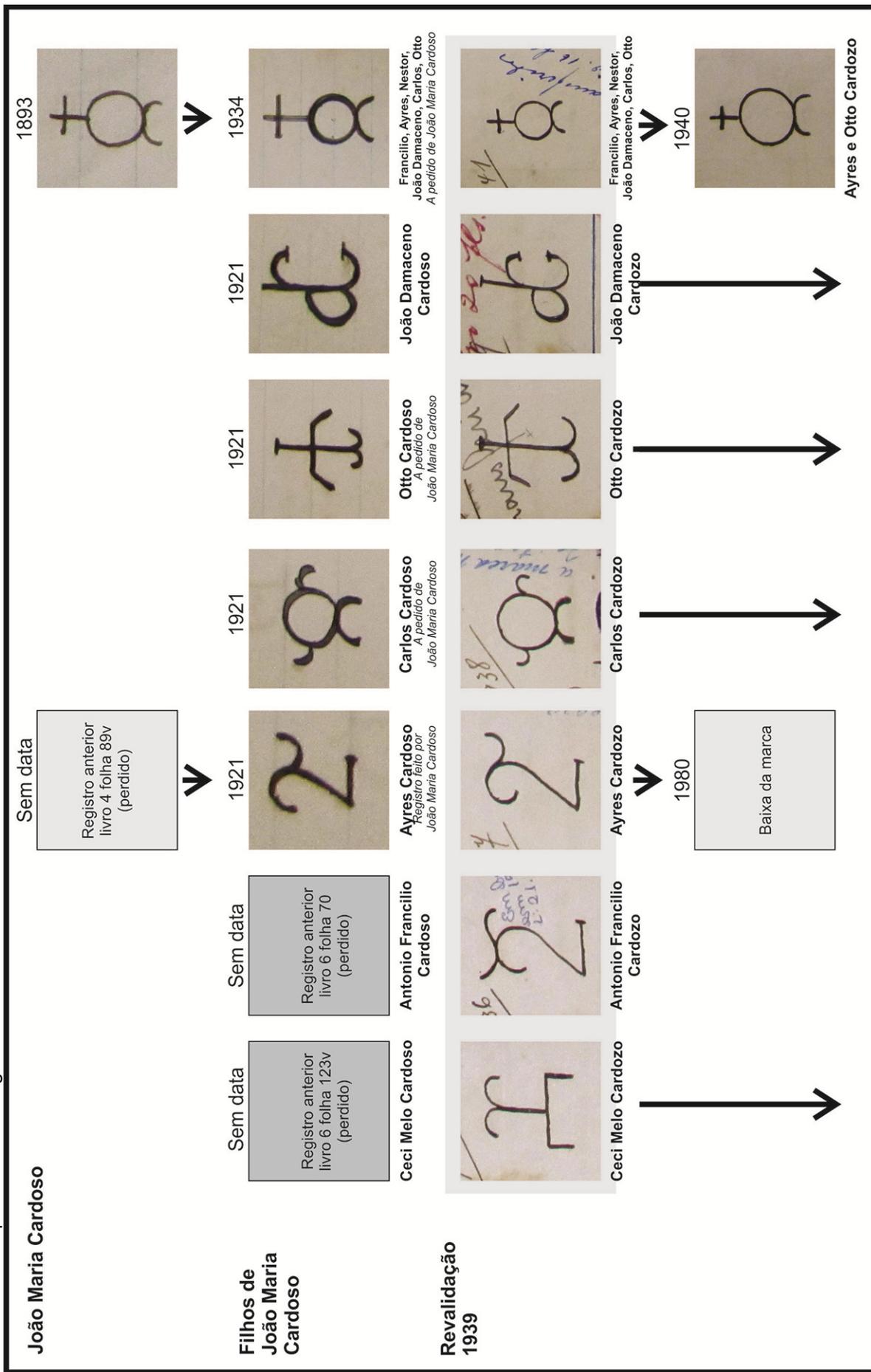


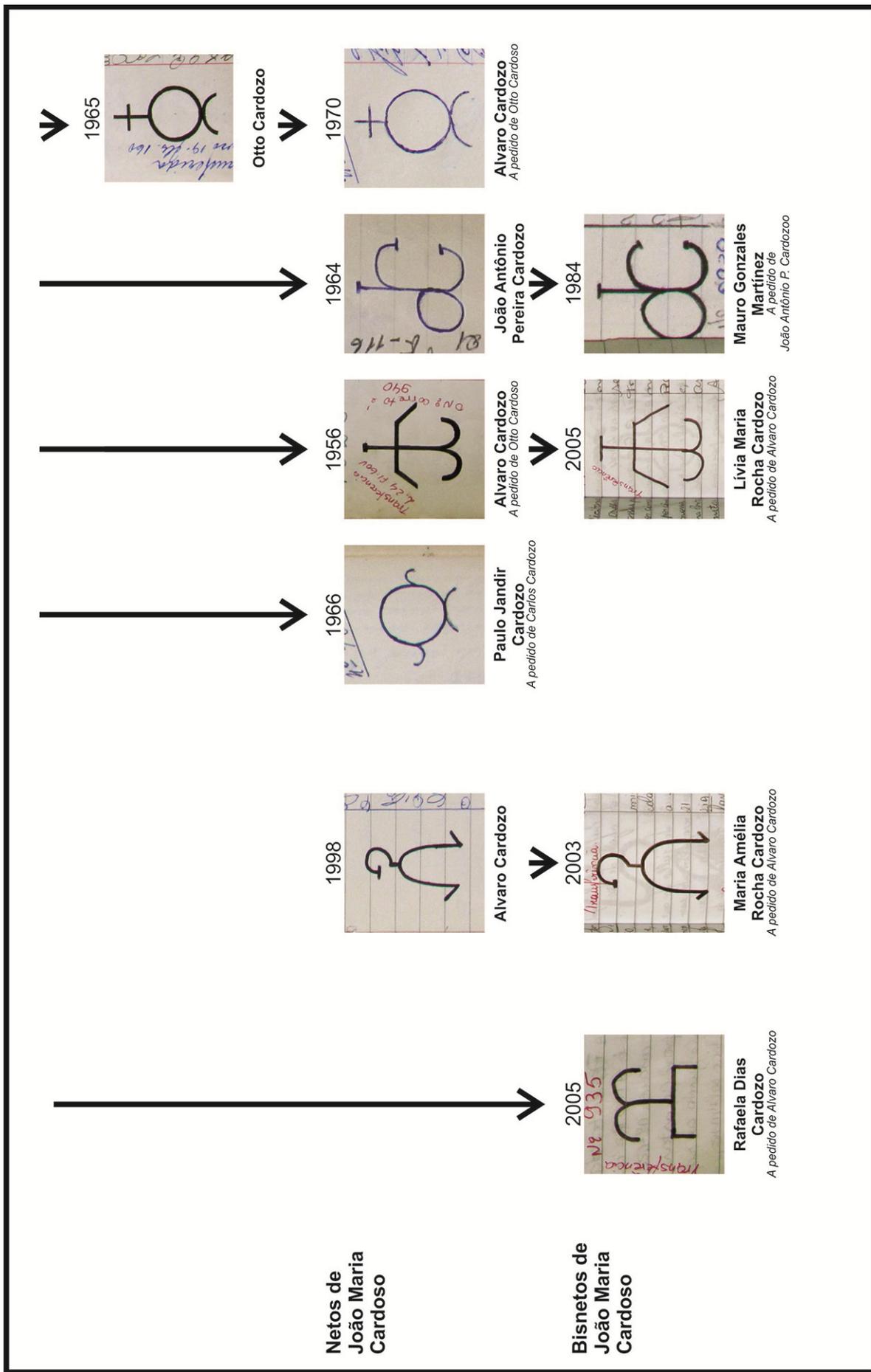
Fonte: Imagem de satélite - LANDSAT 7 ETM/2003 disponível em <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Base cartográfica - GADM/2012 disponível em <http://www.gadm.org>. Editada por Rafael Arnoni/2013.

Quadro 8 – Representação gráfica da genealogia e marcas da família Cardoso



Quadro 9 – Esquema com os registros de marcas da família Cardoso





4.2 Os usos múltiplos das marcas de gado

A descrição da tradição familiar do uso das marcas permite dizer que sua utilização possibilita o estabelecimento de vínculos geracionais e familiares, o que é importante à formação da identidade de indivíduos e grupos. Esse atributo das marcas, de conectar-se ou aludir à identidade de um grupo social detentor de posses e prestígio, num ambiente campeiro, parece ter sido um fator determinante para que tivessem uma ampla aceitação junto a diversos setores sociais, interessados em usar esse prestígio em seu favor ou tomá-lo para si, tal qual argumentado na abertura deste capítulo. Por isso, além de demonstrar o quanto as marcas estão enraizadas no contexto familiar, nos interessa registrar os usos que extrapolam esse meio e que resultam bastante plurais, constituindo essas propriedades fatores relevantes para a compreensão de sua capacidade de permanência e ressignificação nos dias de hoje.

Dos usos contemporâneos identificados, a gravação da marca em utensílios pessoais, como arreios, cuias, mateiras (Figura 56) foi o fato que primeiro chamou a atenção, justamente por extrapolar a função original de identificação do gado. Nesse caso, a utilização da marca acontece, ainda, como um registro de propriedade, inserida em um contexto de expressão da cultura campeira, porém em um ambiente doméstico e operando sobre objetos de uso pessoal⁵², fora do espaço de produção ao qual está originalmente vinculado. Dessa forma, as marcas tornam-se presentes no dia-a-dia da família. O Sr. Alvaro Cardoso (2012) relata essa relação de suas filhas e de outras pessoas com as marcas desvinculadas da produção de animais:

[...] Usa-se pra fazer propaganda de feira, de remate. Usa-se em utensílios. Essa chimarreia mesmo da minha guria, tu viste que ela botou as duas [marcas], a dela e a minha aqui. [...] Então se usa em muita coisa. Eu tenho a outra filha, Maria Amélia que é uma dessas marcas aí... tudo o que é utensílio e enfeite dentro de casa, ela mandou fazer uma marquinha pequena assim... e está tudo marcadinho. [...] Tudo o que ela tem dentro de casa de enfeite e coisa está com a marquinha dela. Até os arreios.

As marcas também podem servir para identificar as propriedades rurais, sendo desenhadas nas porteiras das estâncias ou fazendas (Figura 59 e 60). É um

⁵²No caso do Rio Grande do Sul, a marca, assim como outros elementos, como o cavalo, o churrasco, a vestimenta e o chimarrão constituem referenciais associadas à vida do campo. Neste sentido, ao aparecerem gravadas junto a utensílios como cuias, bombas, mateiras, arreios, boinas entre outros, também usuais na lida do campo, acabam por reforçar o pertencimento do sujeito à cultural local.

uso que está muito relacionado à antiga identificação das terras e dos animais, sendo considerado por alguns como uma reafirmação do domínio. Sobre este uso e papel das marcas cabe o relato do Sr. Arnoni (2012):

Essas marcas têm um grande valor, porque afora a identificação da propriedade elas podem ser prova em um roubo de animais, podem ser provas em uma venda de animais e se junta a essas marcas o sinal.

[...] Eu acho elas de muita importância não só pela propriedade, como também pelo resguardo dos animais.

[...] Interessante que aqui em Santa Vitória, como é um meio ainda isolado do restante do país, um município em um extremo, **ainda os próprios campeiros e os proprietários reconhecem as marcas de uns dos outros**. Não é raro isso.

[...] Ainda é comum o reconhecimento de marcas, de um campeiro qualquer, ou de um proprietário passar por um animal e dizer “Olha, aquela marca ou aquele sinal é de fulano de tal”. Ainda é comum isso. É comum. Porque **a venda dos animais acontece entre praticamente os mesmos proprietários**, então não há uma entrada de animais de fora aqui pra descaracterizar isso aí. É muito.

[...] Não é um marketing, mas não deixa de ser um modo de identificar a propriedade com os animais. Então se usa a marca a fogo em uma porteira, em uma porta, em uma cancela. Aquela mesma usada nos animais. Prá ficar bem claro que a marca da propriedade é aquela ali.

[...] Tanto que lá na entrada da propriedade tem azulejos com a marca e o sinal da propriedade. Para as pessoas que passarem identificarem que... reconhecerem que aquela marca é a que é levada nos animais. Isso se faz normalmente na entrada das propriedades. Caracterizar a propriedade com a marca dos animais. Isso é comum ainda (grifo nosso).

Ao ser questionado se esse reconhecimento se perpetua em gerações mais novas, o Sr. Arnoni (op. cit.) afirma que

os campeiros mais novos não, os mais antigos. Pessoas de quarenta, cinquenta anos, que trabalham ainda no campo, que ainda tem essa capacidade de reconhecer a marca e o sinal de outros proprietários, quando passam os animais. Isso é muito bom porque facilita [...] quando há o roubo, não é, quando há a falta dos animais. Ou então estão em um campo alheio e o sujeito sabe que aquele animal não é daquela propriedade. Isso é comum, principalmente na zona do interior do município, bem no interior. [...] Faz a ligação [...] com a pessoa e a propriedade. [...] Ainda tem um valor essa identificação por marcas, mesmo porque, é praticamente obrigatória essa marcação.

Utilizam também as marcas nas porteiras as propriedades-empresa, como cabanhas, haras e outras. Em comum, essas empresas têm como objetivo a venda de animais reprodutores, de alta qualidade. Esse tipo de identificação também pode ser encontrado junto a propriedades rurais voltadas ao lazer e recreação, tanto do proprietário, nos casos das chácaras de lazer, quanto de públicos externos, como em empreendimentos que exploram o turismo rural.

Figura 59 – Marcas em porteiras no Uruguai

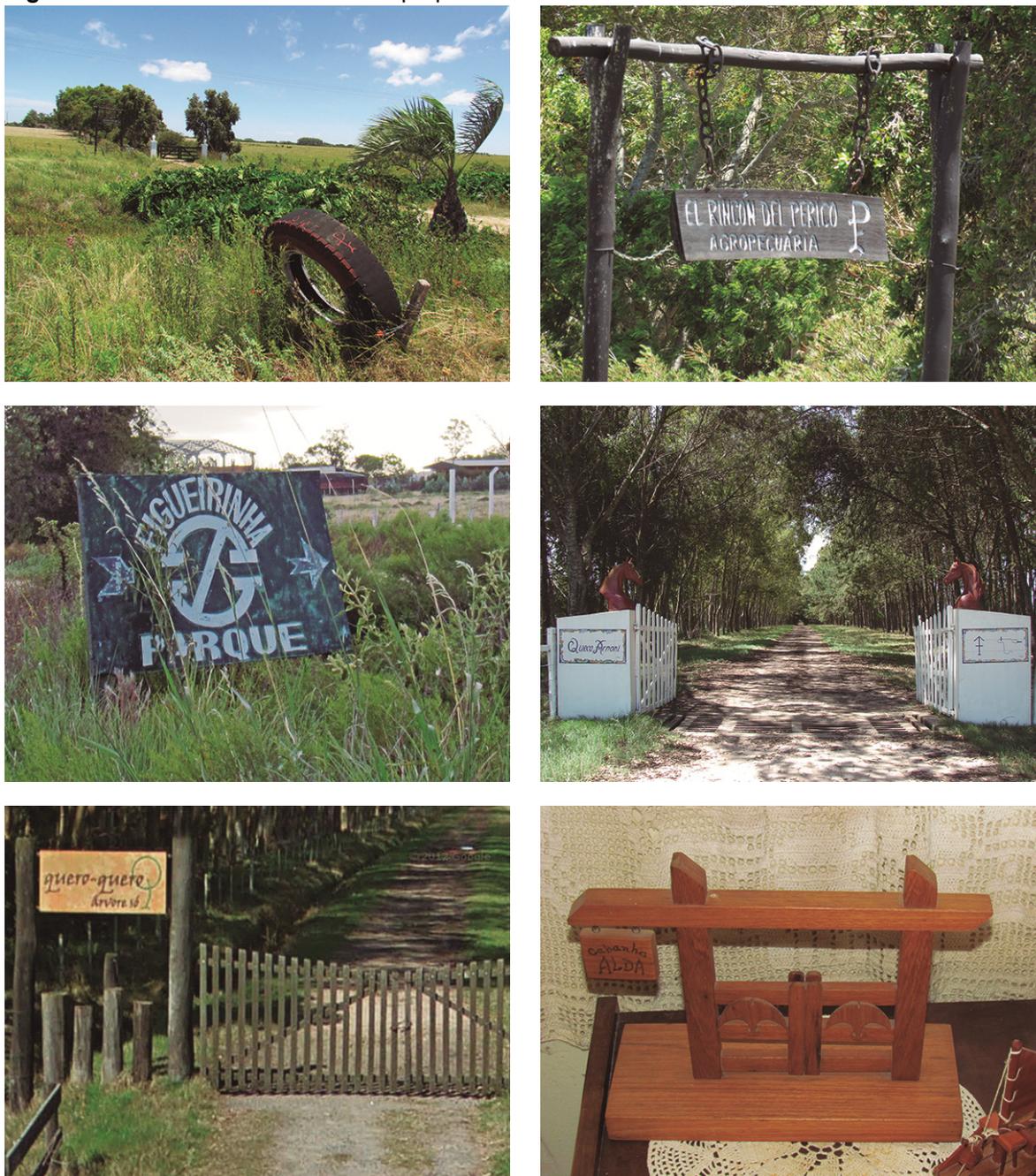


Placas em entradas de fazendas localizadas no *Camino del Indio*, departamento de Rocha, Uruguai. Fotos: Karen Melo da Silva, 2012. Fonte: Acervo do autor.

No caso das propriedades-empresa, em que as marcas de gado são utilizadas comercialmente, podemos dizer que são almejados valores que dizem respeito a uma associação da qualidade dos produtos oferecidos – equinos, bovinos ou ovinos, para abate ou reprodução – com a tradição do estabelecimento ao qual a marca está ligada. Dessa forma, institui-se um atributo de competência pela longevidade e também uma associação direta com o público voltado ao comércio e à produção pecuária, afinal as marcas carregam elementos que as distinguem e as particularizam em seu meio.

Nesse contexto, acabam por acompanhar a evolução na estrutura organizacional da propriedade, em que as antigas estâncias se transformaram em empresas. Esse fato pode ser visto principalmente em cabanhas, interessadas em vender sua produção, ou em granjas, muitas vezes originárias de antigas fazendas, que utilizam a marca de gado da propriedade como marca comercial.

Figura 60 – Marcas em entradas de propriedades em Santa Vitória do Palmar e Chuí



Placas em entradas de fazendas localizadas em Santa Vitória do Palmar e Chuí. Fotos: Karen Melo da Silva, 2012 e Google Maps, 2013. Última imagem à direita: Réplica da porteira da cabanha, com a marca desenhada nas folhas. Fonte: Acervo do autor.

Em nosso entendimento, essa prática amplamente difundida tem origem em dois fatores. O primeiro diz respeito à praticidade de transformar a marca de gado em marca comercial, uma vez que aquela já representa a propriedade. Assim, além de reforçar a identidade da fazenda-empresa, também evita a confusão entre símbolos, utilizando uma única representação. O segundo fator está ligado à forma como a empresa pretende se mostrar junto a seu público-alvo. A marca de gado é

usada então para reforçar os já referidos atributos de tradição e ligação com a atividade do campo.

A utilização das marcas pode também estar associada à identificação de estabelecimentos agropecuários e industriais, tais como correarias (Figura 61), granjas e empresas de armazenamento e beneficiamento de arroz, empresas produtoras de derivados de carne e leite. Ainda podem ser incluídas nesse conjunto empresas de melhoramento genético e manejo sanitário. Mais uma vez o uso das marcas desses estabelecimentos tem como principal característica a intenção de estabelecer um vínculo com o campo e/ou com as atividades nele desenvolvidas, numa alusão às relações existentes entre ele e seus produtos.

Figura 61 – Marca em loja de produtos agropecuários.



Marca da loja de produtos agropecuários, com uma cabeça de cavalo estilizada em forma de marca de gado, na cidade de Pelotas. Fonte: Acervo do Autor.

Exemplos ilustrativos desses usos podem ser encontrados junto a indústrias produtoras de derivados do leite, ou *lecheras*, na Argentina. A marca comercial de *La Martona* (Figura 62), primeira empresa *lechera* argentina, é descrita como tendo a intenção de representar a cabeça de um gato, utilizando em sua construção traços característicos de uma marca de gado (INFOCAÑUELAS, 2008).

No caso da empresa *La Serenisima*, pode ser observado que a primeira marca comercial, de 1935, remete à forma de construção de um monograma, com as iniciais de Antonino Mastellone (Figura 63), na forma de uma marca de gado. A atual marca institucional da empresa também remete à construção de uma marca de gado, que pode ser observada, principalmente, no selo de qualidade da empresa (Figura 64).

Figura 62 – Marca da empresa *La Martona*



Marca da primeira indústria láctea argentina *La Martona*. A marca representa a cabeça de um gato desenhado como uma marca de gado. Acima à esquerda: Pote de doce de leite; acima à direita: tableta de doce de leite; abaixo à esquerda: antigo silo onde se localizavam os tambos; abaixo à direita: jarro cerâmico de creme. Fonte: INFOCAÑUELAS, 2008.

Figura 63 – Marca antiga da empresa *La Serenisima*

1935

- La empresa adquiere el primer camión para transportar los productos, cuidando que lleguen al consumidor con la calidad original.



Imagem retirada da linha de tempo da história da empresa. A primeira marca, na porta do veículo apresentava as características de uma marca de gado. Fonte: LA SERENISIMA, 2013.

Figura 64 – Marca atual da empresa *La Serenisima*



1982

- La Serenisima impone el sello de calidad LS, con el que distingue a un grupo de productores de avanzada, que cumplen con exigencias de calidad internacional.



Acima: Marca atual da empresa e imagem retirada da linha de tempo da história da empresa. Abaixo: Selo de qualidade, na qual se pode perceber mais claramente a referência a uma marca de gado. Fonte: LA SERENISIMA, 2013.

Muito similar às características deste último conjunto de usos, porém com a distinção de relações indiretas ou mesmo desvinculadas das questões de produção e comercialização agropecuária, é o grupo que utiliza as marcas para identificação de estabelecimentos comerciais em geral, como restaurantes (Figura 65), açougues e outros. É importante mencionar que esse conjunto abarca estabelecimentos voltados a um público essencialmente urbano.

Figura 65 – Marcas de restaurantes especializado em carnes



Placas com marcas de restaurantes especializados em carnes, tendo como referência marcas de gado, na cidade de Pelotas. Fonte: Acervo do Autor.

Dentre os usos contemporâneos, o que podemos mencionar como tendo menor grau de relação com a marcação de gado e seu uso identificador de propriedade, diz respeito à propaganda de serviços e eventos ligados à produção pecuária, tais como divulgação de propriedades-empresa, de realização de remates e feiras. Nesses casos, a comunicação deixa de ser emitida unicamente por pessoas ou empresas que tenham relação direta com terras ou animais, e passa a ser utilizada por todos que desejam se vincular a esse tipo de produção.

A comunicação é construída propositalmente, com a interferência de profissionais da comunicação ou leigos que entendem esta ligação e aproveitam-na. É direcionada a um público amplo, em geral a pessoas ligadas ao meio (como no exemplo das agropecuárias), mas também a um público geral (como no exemplo dos restaurantes). Um fator importante se refere ao meio onde essa manifestação se dá, na medida em que precisa ser compreendida e legitimada por um determinado grupo e estar inserida em um espaço que a legitime, podendo abranger, no caso, a amplitude da área cultural da Região Platina.

Durante a pesquisa, foram encontrados diversos registros desse tipo de uso,

sendo os mais antigos, aos quais tivemos acesso, os existentes no *Registro oficial de marcas de hacienda de la provincia de Buenos Aires* (COLL, [1899?]) e no *Catalogo Oficial de Marcas y señales de la provincia de Santa Fe* (ALDAO, [1920?]). Nesses impressos verificamos a existência de anúncios de cabanhas e estâncias, produtoras de animais de qualidade, que usam suas marcas como atestado de excelência (Figura 66). Essa mesma utilização pode ser encontrada, também, na revista uruguaia *La Propaganda Rural* de 1940 (Figura 67) e nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*, da década de 1960, e mesmo recentemente (Figuras 68 e 69). Pelo que percebemos, essa prática de divulgação vem de longa data, sendo recorrente como estratégia de divulgação da produção pecuária.

Figura 66 – Página de catálogos de marcas com propaganda de estâncias e cabanhas



À esquerda: página do *Registro oficial de marcas de hacienda de la provincia de Buenos Aires*, onde aparece acima propaganda de uma propriedade rural. Fonte: COLL, [1899?]. À direita: página do *Catalogo Oficial de Marcas y señales de la provincia de Santa Fe*, em que aparece abaixo a propaganda de uma estância. Fonte: ALDAO, [1920?].

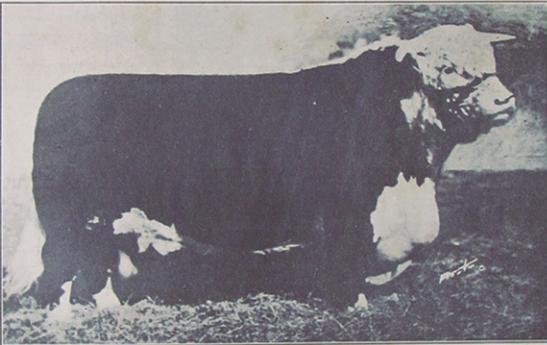
Figura 67 – Página da revista *La Propaganda Rural* com anúncio de estância

SEPTIEMBRE DE 1940 — N.º 848 29



Estancia y Cabaña
“JULIO MURÓ”
 de HERMANN HOLZMANN

Estación Queguay F. C. M. Dpto. Paysandú



“VERN HORBUCH” Toro Hereford importado de Inglaterra y adquirido por este establecimiento en Buenos Aires en el salto de Bultrich y en remate por la suma de \$ 10.000.000. Este toro es Campeón de la Exposición Real de Inglaterra del año 1937, y considerado el mejor toro que en los últimos tiempos haya llegado al Río de la Plata.

Este Establecimiento concurre a la Exposición de Campeonatos Rústicos a realizarse en Salto y al Remate de Reproductores Seleccionados con un especial conjunto de Toros Hereford

Ordenes y Correspondencia dirigirse al Establecimiento o en Montevideo a los señores Ponce de León y Dutra, Rondeau 1908

Fonte: LA PROPAGANDA RURAL, 1940.

Figura 68 – Páginas dos Anais da *Sociedad Rural Argentina* do ano 1966 com propaganda de estâncias e cabanhas

APACENTE MAS GANADO EN LA MISMA TIERRA

El uso de las pasturas es más productivo y más seguro que el uso de los potreros, y así podrá usted obtener más caballos o más vacas en el mismo terreno. Nuestra “MANTA RAY”, disponible en modelos de 8,5 y de 12,5 metros de ancho de corte, cubre grandes superficies y al mismo tiempo destruye todos los insectos, enriqueciendo el pasto. Sus tres campos “flexibles”, cada uno equipado con una fuerte cuchilla, de acero de muelle, con transmisión por engranaje, se ajustan a la topografía del terreno permitiendo efectuar cortes en tres posiciones diferentes. “MANTA RAY” es la mejor en condiciones para terrenos difíciles u ondulados.



CORTADORAS ROTATIVAS “MANTA RAY”
 E. L. CALDWELL & SONS, INC. - TEXAS, EE. UU.
 SEPA COMO DISPONER DE ESTE EXCEPCIONAL EQUIPO DE PRECIO ACESIBLE Y BASTA ENTRECAR. DIRIGIENDOSE A SUS AGENTES EXCLUSIVOS EN LA REP. ARGENTINA
RAUL MARTINEZ ARIAS
 Av. Pte. R. SAENZ PEÑA 917, DE FRENTE, BUENOS AIRES
 T. E. 35-1535/6257 — CORREO: RAMA - BAIRES



LA VERDENA

de BERTEL SKOU S.A.
 COPETONAS - F.N.G.R. - TELEFONO 25

INCORPORA UN NUEVO PADRE A SUS PLANTELES



JERMUS ERIC OF DOUNESIDE
 RESERVADO CAMPEON SENIOR PERTH 1967

“EL RECREO”
 de JUSTA DOSE DE ZEMBORAIN
 Fundado por ALFREDO I. ZEMBORAIN en 1926

TOROS PADRES

“LA SORPRESA 749 JOLIET ERIC”, 3er. premio en la Exposición Internacional Palermo 1966, adquirido en la suma de \$ 2.300.000.—
 “BELTZA 2269 OF COUNT BRIO”, 3er. premio en la Exposición Internacional Palermo 1966, adquirido en la suma de \$ 1.100.000.—

VENTA PERMANENTE DE REPRODUCTORES PUROS DE PEDIGREE Y PUROS POR CRUZA
 SARMIENTO 459, 3er. piso - Bs. Aires - T. E. 49-2840
 ZENON VIDELA DORNA - F.N.G.R.

96 ANALES

Fonte: ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 1966.

Figura 69 – Detalhe da página dos Anais da *Sociedad Rural Argentina* no ano 2012 com propaganda de cabanha

ENARBOLAMOS LA BANDERA ARGENTINA EN AMERICA DEL NORTE

Mediante un convenio con Towaw Cattle, de Alberta, Canadá, La Pastoriza exporta genética argentina a América del Norte. Con 25 hijos de Brigadier, enarbolamos allí orgullosamente la bandera de la ganadería nacional.

24° REMATE ANUAL, en la Cabaña
Ruta 3, Km. 98 – Pdo. San Miguel del Monte
SABADO 7 DE JULIO DE 2012

Reventa **Jauregui Lorda** Telefax (02223) 445150
remates@jaureguilorda.com.ar

Administración: Av. Pte. R. Sáenz Peña 1164 - 7° - (C1035AAT) Bs. As.
Telefax: (011) 4382-3371/2291 - Contacto Técnico: (011) 15-5626-6830
elmadrigal@elmadrigal.com.ar

Fonte: ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2012.

Nos dias atuais, podemos observar que, em alguns desses casos, as marcas podem ser incorporadas de uma forma bastante sutil, muitas vezes sem serem propriamente utilizadas, apenas sendo feita uma analogia à construção gráfica de seus traços. Exemplos podem ser encontrados em meios voltados à divulgação de remates ou em revistas e periódicos, interessados em comunicar-se com o ambiente da pecuária ou a ele fazer referência (Figura 70 e 71).

A amplitude de utilização das marcas atualmente diz respeito à lógica de inserção das propriedades-empresa na economia de mercado vigente, bem como às suas estratégias de marketing, sendo que a difusão de seu uso parece estar associada a alguns fatores, os quais merecem ser destacados. O primeiro, já descrito, diz respeito à necessidade dessas empresas aparecerem no mercado de compra e venda de animais, utilizando técnicas de propaganda para atingir de forma mais eficiente seu público.

O segundo está associado aos avanços que os processos gráficos experimentaram nas últimas décadas. Até bem pouco tempo a divulgação ficava restrita a publicações impressas, limitadas à tipografia ou às primeiras impressões em *offset*, com poucos recursos. Essa realidade foi se modificando na medida em que as alternativas foram se diversificando e ficando mais baratas. Assim, surgiu

uma série de possibilidades que extrapola as impressões tradicionais e permite que as marcas de gado circulem não mais apenas em impressos, mas também em uma infinidade de objetos como camisetas, bonés, canetas, chaveiros, agendas, adesivos e outros (Figura 72 e 73).

Figura 70 – Cartazes de remate com marcas de gado



Cartazes de remate de animais. À esquerda, cartaz de empresa rematadora de Pelotas/RS, onde são utilizadas, além das marcas de gado das fazendas, uma tipografia que remete a marcas de gado. À direita, cartaz de remate em Buenos Aires, onde a marca da rematadora (destaque amarelo) faz referência a marcas de gado. Fonte: acervo do autor.

A existência dessa profusão de usos, quando avaliada prematuramente, pode conduzir à interpretação de uma ruptura nos processos identitários que caracterizaram a história da consolidação das marcas. No entanto, o que percebemos é que, ao contrário, essa amplitude se deu de forma a alargar esse uso e contribuir para reforçar aqueles processos. Ainda observamos que o uso das marcas extrapolou largamente os limites da propriedade e do modo de produção ao qual estiveram historicamente ligadas, permitindo sua expansão para além dos limites do campo, bem como sua inserção no cotidiano do ambiente urbano.

Figura 71 – Páginas dos Anais da *Sociedad Rural Argentina* de 2012



Páginas dos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*, edição de maio/junho de 2012. Nos títulos é possível perceber a referência da tipografia a marcas de gado.
 Fonte: ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2012.

Figura 72 – Camisa de escritório de contabilidade rural, com patrocínio de estâncias e cabanhas



Fonte: Acervo do autor.

Figura 73 – Marcas de gado adesivadas em carros



Automóveis com adesivos de marcas de gado, nas cidades de Santa Vitória do Palmar e Pelotas.
Fonte: Acervo do autor.

Concomitantemente, percebemos que essa multiplicidade tem ressonância junto às categorias que estiveram vinculadas ao seu uso, que resultou, portanto, ressignificado e potencializado e pela renovação dos processos de transmissão. Sobre essa renovação, o relato do Sr. Alvaro Cardoso (2012) pode ser esclarecedor:

[...] Eu uso, mas não com a intensidade que eles [os jovens] usam.
 [...] Eu me lembro que há muitos anos [...] fui a uma exposição em Esteio e lá tinha uns caras que faziam uns chaveiros e um distintivo de bronze, e eu mandei fazer um lote, e trouxe, distribui pros filhos e inclusive eles até tem até hoje com a marquilha.
 [...] Outra coisa que hoje essa gurizada usa muito é fazer camisetas e botar a marca das fazendas. Camisetas, camisas.
 [...] Hoje está sendo muito usado esse negócio da marca. Muito usado. [...] Hoje os ginetes, que participam do Freio de Ouro têm, cada um, o seu tipo de sela, de montaria, de arreio, sela, que é uma coisa [...] deles. Claro que isso aí um pouco de marketing pra fazer dinheiro, mas o seu Zeca Macedo, que é do Rio Grande, tem um modelo de sela que ele usa. Na sela está a marca dele. Lá o seu Collares, de São Gabriel, tem um outro modelo, também está com a marca dele.

Percebe-se que, muito ligadas a uma ideia de um identificador de propriedade de objetos, as marcas pessoais (legalmente registradas ou não) são utilizadas orgulhosamente como um símbolo, demonstrando em sua construção gráfica, a ligação do indivíduo com a cultura do campo. Essa ligação está muito associada ao que Tilley (2006) trata como a corporificação dos indivíduos.

O reconhecimento recorrente de que as marcas podem também ser utilizadas por pessoas sem nenhuma ligação real com a vida do campo ou com a produção pecuária, mas que se identificam com elas, tem por certo um caráter paradoxal que está associado à descrição de Tilley (op. cit.) remetendo-se a Giddens

Outro elemento-chave da alta modernidade, para Giddens, é ao que ele se refere ao 'esvaziamento da tradição'. Tradições tornaram-se não um meio de vida, um imperativo para identidade, mas parte e parcela de escolhas de estilos de vida. Elas entram em diálogo com outras tradições e caminhos alternativos de fazer as coisas (GIDDENS, 1994, p. 105). Elas tornam-se desassociadas da vida social e como tudo mais são chamadas para explicar e justificar a si mesmos: o que é relevante nisso para mim ou para nós? A alta modernidade é supostamente a primeira sociedade 'pós-tradicional' (op. cit., 2006, p.11, tradução nossa).

Ao referir-se a uma sociedade pós-tradicional, em que as tradições seriam escolhidas pelos indivíduos para se representarem, sem a existência de pertencimento e sem o sentimento de vínculo com o passado, mas impelidos por escolhas ocasionais, pode ficar a impressão de que elas se esvaem, o que, de fato pode ocorrer em alguns casos. Entretanto, ainda que esse esfacelamento seja

inegável, é importante entender a coexistência de representações e de temporalidades, pois, afinal, retomando as ideias de Arévalo (2004) e Candau (2011) – que abordam os aspectos necessários à constituição de uma tradição, quais sejam, a transmissão efetiva e aceitação geracional, bem como a renovação das práticas do passado no presente – acreditamos que o uso das marcas constitui-se, ainda em nosso campo, como uma tradição, sendo justamente essa coexistência mais um elemento que atesta o seu pertencimento aos dias atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, interessa registrar a confirmação da existência de uma tradição ligada ao uso das marcas de gado no extremo sul do Brasil, através do estudo realizado junto à região dos Campos Neutrais. Tradição ancorada em uma transmissão geracional, vinculada aos usos simbólicos das marcas, em que estas se mantêm como um elemento de identificação dos animais, ao mesmo tempo em que adquiriram um caráter memorial dentro das famílias. Isso porque estiveram imbricadas à história de disputa e posse territorial e de produção pecuária, gradativamente convertendo-se em suporte de memória. O estudo revelou, ainda, ser possível afirmar que os usos associados às marcas de gado constituem uma tradição que, iniciada com a identificação de animais, não apenas se perpetuou como prática de transmissão familiar, como também extrapolou esses domínios, tendo sido renovados ressignificados para atender a novos valores, públicos, aspirações e interesses.

Embora o campo de trabalho relacione-se aos Campos Neutrais, em particular aos campos de Santa Vitória do Palmar, as pesquisas também contemplaram alguns aspectos referentes ao papel das marcas no contexto histórico e geográfico da Região Platina, em função das expressões comuns ao contexto da área cultural que as amalgama. Essa abordagem, iniciada com o relato das disputas pela posse de terras das Coroas ibéricas e posterior configuração territorial, particularmente ocorridas na banda oriental do Rio Uruguai, revelou que, naquele momento, as marcas foram utilizadas como um elemento vinculado às estratégias demarcatórias, que culminaram com o estabelecimento dos limites internacionais.

Concomitantemente, as investigações realizadas sobre a produção pecuária permitiram a avaliação da existência de um intenso trânsito e mobilidade no uso das marcas, que extrapolaram a função de auxílio ao estabelecimento de limites e que

permitiram a identificação de uma zona de fronteira. O entendimento dessas disputas, seus limites cambiantes e consequente surgimento dessa região de fronteira, tornaram possível observar, com certa naturalidade, o inevitável surgimento de traços culturais comuns à região. Particularmente, na região dos Campos Neutrais, ficou evidenciado que há um compartilhamento de valores, expressos em conjunto ao apego à terra e à propriedade do gado, que permitem o reconhecimento das marcas como expressões de pertencimento ao lugar e à história regional.

Talvez por isso seja interessante observar que, embora tenha sido detectado o declínio da atividade pecuária como matriz produtiva da região, em especial no RS, a utilização das marcas não acompanhou essa queda. Ao contrário, seu uso foi ampliado, atingindo públicos maiores e em situações distintas, o que merece o reconhecimento de uma capacidade singular de adaptação aos novos tempos. Mesmo que estudos possam apontar outras explicações, é preciso realçar como determinante, neste processo de permanência e amplitude, a existência de uma motivação comum, compartilhada por esses diferentes grupos. Motivação esta que se relaciona diretamente ao papel simbólico que as marcas possuem, aludindo à identidade de um grupo social, local e regionalmente reconhecido por ser detentor de posses, poder econômico e prestígio social e político.

Embora, a título de fechamento desta pesquisa, esses aspectos gerais sobre a utilização das marcas mereçam destaque, trabalhamos sobre algumas particularidades, como a existência de diferentes formas de utilização e normatização. Estas, juntamente com os sistemas de registro das marcas, se constituíram como a principal forma de identificar a propriedade de animais em toda a Região Platina. É preciso reforçar que são notáveis as distinções quanto aos estágios alcançados pela Argentina e Uruguai em relação ao Brasil, particularmente nas questões relacionadas às estratégias bem estruturadas de controle e organização dos sistemas, que os primeiros desenvolveram. Também é preciso apontar que essa distinção possa estar vinculada à importância que a pecuária tem na economia daqueles países.

No Brasil, as tentativas e os investimentos de aprimoramento no sistema de registro de marcas de gado sempre foi alvo de polêmica, em função da resistência dos pecuaristas, em especial no Rio Grande do Sul, onde a atividade pecuária sempre foi muito representativa na economia. Boa parte desse receio, como

abordado, estava vinculado à temeridade de perda das marcas familiares, pelo significado que elas adquiriram com o tempo. Talvez por isso, diferenças substanciais sejam percebidas com relação aos sistemas do Brasil e os países vizinhos, que podem ser consideradas, pelos argumentos apresentados no trabalho, como referências importantes a serem observadas. No caso da Argentina, o fato que talvez mais mereça atenção diz respeito ao desenvolvimento de sistemas autônomos para cada província, o que pode ser relevante para garantir que diferenças regionais sejam contempladas, principalmente se considerarmos as enormes diferenças culturais existentes no território brasileiro. O Uruguai mostra, por sua vez, que é possível alcançar um estágio bastante avançado de regulamentação e sistematização, havendo lugar para estratégias, através de exceções previstas, que permitem a recuperação das marcas por descendentes, o que pode ser algo não apenas de interesse a determinados grupos familiares, quanto importante à reconstrução da história regional.

Dessa forma, é oportuno indicar que estudos subsequentes, que explorem as possibilidades de respeito às tradições e contemplação das diferenças regionais, contribuirão não apenas para qualificar a regulamentação no Brasil, como para estruturar acervos de marcas existentes, contribuindo à sua conservação, e às pesquisas relacionadas à tradição cultural da região. Mais do que isso a disponibilização de tais registros pode abrir caminho ao reconhecimento de um vasto patrimônio, de interesse a diversos campos do conhecimento, que talvez reforcem a existência de laços de integração regional.

A abordagem sobre a transmissão familiar do uso das marcas e aos usos externos a elas, teve o foco direcionado mais para a ocupação e formação do território do que sobre as unidades produtivas e suas práticas de manejo. No entanto, foram sempre reconhecidas como basilares ao processo de transmissão, por serem o espaço em que a cultura da marcação se expressa. Assim, dadas as transformações socioeconômicas que a região vivenciou, parece interessante observar que, embora as estâncias tenham se mantido como unidades fundamentais de produção, fato que, como vimos, perdura aos dias de hoje, essa permanência, justamente por essas transformações, pode estar em ruína. No entanto, o reconhecimento da existência de um acervo potencialmente relevante à discussão patrimonial, existente nas estâncias, suscita o apontamento da importância de estudos e investigações sobre sua contribuição destas à formação cultural da região.

A investigação realizada neste trabalho, bem como os apontamentos aqui abordados como tendo potencial para serem desdobrados em trabalhos futuros, foram possíveis graças a uma ampla incursão em campo, com acesso a documentos preciosos, advindos de buscas tanto nos departamentos de registro quanto em arquivos históricos e bibliotecas. O material aqui apresentado é apenas uma parte do acervo observado e levantado, tanto em relação às fontes documentais quanto registro de campo e entrevistas. É preciso afirmar que a construção do trabalho foi extremamente instigante e gratificante, pois, na medida em que se buscava compreender um aspecto relativo ao objeto de estudo, outros tantos apareciam, apresentando-se tão interessante e relevante quanto os demais. Ao final, podem ser contabilizadas, além das valorosas e inestimáveis entrevistas, observações de campo e pesquisas em arquivos e bibliotecas nacionais de dois países, três províncias argentinas e do Rio Grande do Sul. É importante também apontar que foi realizada a digitalização de todo o acervo de marcas de Santa Vitória do Palmar, tendo como foco sua utilização nesta pesquisa. No entanto, este pode ser tomado como um primeiro movimento, um marco à sua preservação.

Essa ampla disponibilidade de material, ao mesmo tempo em que foi enriquecedora para o trabalho, tornou-se um desafio importante, pois exigiu rigor para a seleção do que seria sistematizado e incorporado à versão final deste documento. Dessa forma, foi possível manter a ideia original, de apresentar as marcas dentro de um cerne mais estável, as famílias, e a partir delas mostrar os usos que extrapolam esse meio. Também para atender a essa intenção, foi mantido o foco de estudos nos Campos Neutros, baseando-se na história das famílias e recorrendo à Região Platina quando fosse necessária a contextualização mais ampla ou quando fosse possível traçar comparações entre a situação local e a regional.

Contudo, ainda que esses aspectos tenham sido intencionalmente buscados e, espera-se, contemplados, o que parece ser mais importante evidenciar é o fenômeno de permanência das marcas atualmente. Essa permanência pode ser percebida por aspectos diversos, que dizem respeito à profusão de usos que assumem, à multiplicidade de interesses de seus usuários, à amplitude geográfica de sua ocorrência e, mesmo que não tenha aqui sido desenvolvido, à incrível diversidade gráfica que podem assumir. Diz respeito, sobretudo, à ressignificação do seu papel primeiro, vinculado à posse e à identificação do território, que não se

perdeu e que ainda hoje define a identidade do lugar, das famílias e dos indivíduos que com as marcas estabelecem relações.

Essas considerações permitiram validar a hipótese que motivou o desenvolvimento do trabalho, relacionada à suspeita de que as marcas poderiam ser estudadas sob o ponto de vista de seus usos simbólicos e da constituição de uma tradição. Permitem, também, contemplar não o encerramento da questão, mas o surgimento de novos horizontes, que conduzem ao apontamento da pertinência de estudos subsequentes.

A reflexão de que este trabalho, focado no registro e identificação da existência de uma tradição, pode estar apenas inaugurando um amplo campo de estudos, permite afirmar que, seguramente, análises posteriores, voltadas à discussão dessa tradição, deverão aprofundar o tema, aqui somente, como dito, iniciado. Nesse sentido, a exemplo do que ocorre à tradição do uso das marcas, existe o desejo de que esses estudos tenham continuidade, sejam reinterpretados e ressignificados.

REFERÊNCIAS

- ADG BRASIL. **O Valor do Design: guia ADG Brasil de prática profissional do design gráfico**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- ALDAO, Bartolomé. **Catálogo oficial de marcas y señales de la provincia de Santa Fe**. Buenos Aires: R. Herrando & Cia, [1920?].
- ALMEIDA, M. G. Geografia Cultural e os geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **Revista GEOSUL**. Florianópolis: Departamento de Geociências da UFSC, ano VIII, n. 15. 1993.
- AMARAL, A. F. **Os Campos Neutrais**. Porto Alegre: Planus, [197-?].
- ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. Buenos Aires: Sociedad Rural Argentina, v. 101, 1966.
- ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. Buenos Aires: Sociedad Rural Argentina, ano 145, n. 2, mai./jun. 2012. Disponível em < <http://www.sra.org.ar/>>. Acesso em 14 ago. 2012.
- ARCHIVO HISTORICO DE GENERAL DE LA PROVINCIA DE SANTA FÉ. **Registro de marcas para ganado**. Santa Fé, Argentina: Fondo Capitular, Acta Capitular, Tomo 1, Folio 10, 1576.
- ARCHIVO HISTÓRICO GUILLERME SARA VI. **Censo Departamento Nogoyá, 1849**. Paraná, Argentina, Fondo Gobierno, Serie VII, Estadísticas y Censos 1823 – 1894. Legajo 6, 1849.
- ARÉVALO, J. M. La tradición, el patrimonio y la identidad. **Revista de estudios extremeños**. Volume 60, número 3, 2004. Espanha: Editora da Diputación de Badajoz. Disponível em: < http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/rcex_3_2004_completo.pdf>. Acesso em: 01 set. de 2010.
- ARGENTINA. Lei nº 22.939, de 6 de outubro de 1983. **InfoLEG**. Disponível em < <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/55000-59999/56748/norma.htm>>. Acesso em 26 fev. de 2013.
- AULETE, F. J. C. & VALENTE, A. L. S. **Aulete Digital: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Editor responsável: LACERDA, C. A. Lexicon Editora Digital, 2012. 01 software.
- AZAMBUJA, P. **História das terras e mares do Chuí**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- AZAMBUJA, P. **Tahim – a última divisa: geografia e história de uma região**. Santa Vitória do Palmar: Polygraph Serigrafia & Stillus Artes Gráficas, 2001.
- BARRIOS, José Angel Lopez. La Martona de Esmeralda. **Arcon del Recuerdo**, Argentina, 11 nov. 2010. Disponível em : <http://www.arcondelrecuerdo.com.ar/?p=2112>>. Acesso em 14 fev. de 2013.
- BENEDETTI, Alejandro. Los usos de la categoría región en el pensamiento geográfico argentino. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: v. 13, n. 286, mar. 2009.
- BENEDETTI, Alejandro. Territorio: concepto integrador de la geografía

contemporânea. In: BENEDETTI, A. et. al. **Territorio, lugar, paisaje: prácticas y conceptos básicos en geografía**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL, Decreto-lei nº 7917 de 24 de março de 1910. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 30 de mar. 1910. Seção 1, p. 2275.

BRASIL. Lei nº 12.097, de 24 de Novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 2.

CABANHA ALBARDÃO. **Nossa História**. Disponível em < <http://www.cabanhaalbardao.com.br/pagina.php?paginas=1>>. Acesso em: 08 mai 2013.

CAMPOS, Carlos I. T. **Notícia sobre o trabalho com marcas de gado** [mensagem pessoal]. Mensagens recebidas por <rafael.armoni@gmail.com> em 23, 24 e 25 de maio de 2013.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Editorial Nueva Visión, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.

COLL, Emilio A. (comp.) **Registro oficial de marcas de hacienda de la provincia de Buenos Aires**. Buenos Aires: Juan Shürer – Stolle y Cia, [1899?]

COMITÊ DE SANIDADE ANIMAL DO ARIZONA, **Brand Book**. 1921. Disponível em <<http://archive.org/details/brandbookofstate00liverich>>. Acesso em 10 abr. 2012.

DICOSE. **História e classificação atual dos sistemas de marcas existentes no Uruguai**. Montevidéo: DICOSE, 2012. Apresentação multimídia impressa cedida durante a entrevista com José I. Sosa Días Martinez.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Encyclopædia Britannica Online**. Encyclopædia Britannica Inc., 2012. Disponível em : <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/87535/cabildo>>. Acesso em 26 abr. 2012.

ENTRE RÍOS, 1918. Lei n. 2.578 de 31 de outubro de 1918. **Colección de Leyes de la Provincia de Entre Ríos – 1918**. Paraná: Biblioteca y Referencia Legislativa, 1918.

ESPÍRITO SANTO, F. D. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. **Colônia**. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. Cap. 1. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

FARIA, L. A. **Sobre o conceito do valor agregado: uma interpretação**. In: FEE. Ensaio FEE. v. 3. Pp. 109-118. Porto Alegre, 1983. Disponível em < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/272/475>>. Acesso em 26 mar. 2012.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEE. **Resumo Estatístico RS – 2011**. Porto Alegre, 2011. Disponível em <

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/resumo/resumo-rs-2011_site.pdf>. Acesso em 26 mar. 2012.

FRUTIGER, A. **Sinais & Símbolos: Desenho, projeto e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCIA, F. C. D. **Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1920-1920)**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 333 + 16 p. Contém caderno de ilustrações e mapas.

GIBERTI, Horacio. **Historia económica de la ganaderia argentina**. Buenos Aires: Editorial Raigal, 1954.

GOLIN, T. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária - UFPel, 2001.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

HEALEY, M. **What is Branding?** Suíça: RotoVision, 2008.

HERNÁNDEZ, José. **Instrucción del estanciero: tratado completo para la plantación y manejo de un establecimiento de ampo destinado a la cria de hacienda vacuna, lanar y caballo**. Buenos Aires: Claridad, 2008.

HOBBSAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLZER, W. Memória de Viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UFF, ano II, n. 3. 2000.

IBGE. **Censo 2010**. IBGE: 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 10 abr. 2010.

IBGE. **IBGE Cidades@**: Histórico de Santa Vitória do Palmar/RS. IBGE: 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 26 abr. 2013.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2010. Disponível em < <http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PP>>. Acesso em 10 abr. 2012.

IHGRGS. **Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Coordenação: VIEIRA, E. F., NEVES, G. R. & HASENACK, H. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 133 p. 1 dvd.

INFOCAÑUELAS. Cuna de la industria lechera nacional. **InfoCañuelas**, Cañuelas, Provincia de Buenos Aires, 06 jan. 2008. Disponível em < <http://www.infocanuelas.com/La-Martona>>. Acesso em 14 fev. 2013.

ISLAS, Guillermo G. **Las Marcas y Señales en el Derecho Rural Argentino**. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1922.

KOSBY, Marília F.; SILVA, Liza B. **INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa**. Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 2, N. 1, p. 101-114, março/2013.

LA PROPAGANDA RURAL: revista mensal de ganaderia, agricultura e industrias. Montevideu: ano 39, n. 848, set. 1940.

LA SERENISIMA. **La Empresa: Historia. Sítio institucional La Serenisima.** Disponível em < <http://www.laserenisima.com.ar/>>. Acesso em 14 fev. 2013.

LEAL, Ondina F. Do etnografado ao etnografável: “O Sul” como área cultural. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 3, n. 7, p. XXX, Nov. de 1997.

MAIA, V. **Rudes Brasões: ferro e fogo das marcas avoengas.** Cotia: Atelier Editorial, 2004.

MASEDA, Orquídea A. D. **Propiedad del ganado.** Buenos Aires: Editorial Hammurabi: 1978.

MELLO, T. F. **O Município de Santa Vitória do Palmar.** 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1992.

MENASCHE, Renata. Gauchismo: tradição inventada. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 22-30, nov. 1993. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199311-022-030.pdf>>. Acesso em 01 set. 2010.

MIRANDA, María Miranda. Algunas Consideraciones em torno al significado de la tradición. **Contribuciones desde Coatepep**, Toluca, México, v. 5, n. 9, p. 115-132, jul./dec. 2005.

MÜLLER, Carlos A. **A História econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

OLIVEN, R. G. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Número 9, 1989, p. 5-14. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm>. Acesso em 01 set. 2010.

PAES, D. L. N. **Sob o signo das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano.** 2011. 73 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2011.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PONT, R. **Campos Realengos.** Porto Alegre: Editora e Distribuidora Gaúcha, 1983.

PORTUGAL. **Tratado de Santo Ildefonso.** Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1777. Disponível em < <http://archive.org/details/tratadoprelimina00port>>. Acesso em 08 abr. 2012.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, (27): 63-76, 1998. (arquivo digital).

REICHEL, H. J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. **Colônia. 1.** ed. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. Cap. 2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002. Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1064/4/626704.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2013.

SANTOS, Ana R. D. **A Organização Social das Fronteiras**: etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas, Brasília, 2006.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. **Colônia**. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. Cap. 3.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SUASSUNA, A. **O Movimento Armorial**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/91421023/historicomovimentoarmorial2-100825060922-phpapp02> >. Acesso em: 13 fev. 2013.

TILLEY, Christopher. Identity, Place, Landscape and Heritage. **Journal of Material Culture**, (11): 1/2, 7-32, 2006.

VERÍSSIMO, E. Um romancista apresenta sua terra. In: PRADO, A. **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1964.

VIEIRA, Sidney G. As Cidades do Prata: Origens da Formação Territorial e Urbana do Extremo Sul do Brasil. In: **Memoria del 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideu: Observatório Geográfico de América Latina, 2009. Disponível em: < <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/189.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

WANDERLEY, Maria. N. B. **O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEIMAR, L. **Marcas passadas não movem moinhos?** UNirevista - Vol.1, nº 3: julho 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Weymar.PDF> Acesso em: 12 set. 2009.

Acervos Pesquisados

Acervo do Registro de Marcas e Sinais do Município de Santa Vitória do Palmar. Santa Vitória do Palmar, RS, 2011/2012.

Archivo General de Entre Ríos, Archivo Histórico “Guillermo Saravi”. Paraná, Argentina 2012.

Archivo General de la Nación. Buenos Aires, Argentina, 2012.

Archivo General de la Nación. Montevideu, Uruguay, 2012.

Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires. La Plata, Argentina, 2012.

Archivo Histórico General de la Provincia de Santa Fe. Santa Fé, Argentina, 2012.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Biblioteca del Congreso de la Nación Argentina. Buenos Aires, Argentina, 2012.

Biblioteca do Instituto de Historia Argentina y Americana, Dr. Emilio Ravignani. Buenos Aires, Argentina 2012.

Biblioteca Legislativa Entre Ríos

Biblioteca Nacional de la República Argentina. Buenos Aires, Argentina, 2012.

Biblioteca Pública - Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina, 2012.

Fototeca Benito Panunzi, Biblioteca Nacional de la República Argentina. Buenos Aires, Argentina, 2012.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Fontes de Consulta Oral

ARNONI, José Vasconcelos. Chuí. Entrevista em 08 de abril de 2012.

BENITEZ Eduardo; CHENTO, Julio & LEDESMA, Cesar. La Plata, Buenos Aires. Entrevista em 28 de setembro de 2012.

CARDOSO, Alvaro Melo. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 20 dez. 2012.

CARDOSO, Carlos Alcy. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 09 de julho de 2012.

CESCA, Jose & AMADO, Martin. Buenos Aires. Entrevista em 11 de setembro de 2012.

GREGORUTTI, Raquel. Paraná, Entre Ríos. Entrevista em 09 de outubro de 2012.

MATTOS, Aníbal Dias de. Pelotas. Entrevista em 1º de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Olavo Acosta. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 20 dez. 2012.

PEREIRA, Marie M. P. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 06 de junho de 2001.

RETAMAR, Jorge. Santa Fé, Santa Fé. Entrevista em 10 de outubro de 2012.

RODRIGUES, Cláudio Coutinho. Pelotas. Entrevista em 29 dez. 2011.

SOSA DÍAS, José I. Montevideú. Entrevista em 18 de janeiro de 2012.

TEIXEIRA, Cátia O. M. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 06 de junho de 2011.

TEIXEIRA, Marizele de Á. & CLAVIJO, Denise. Santa Vitória do Palmar. Entrevista em 07 jun. 2011.